

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

26 DE FEVEREIRO DE 2010

No dia 26 de Fevereiro, pelas 09 horas e 30 minutos, no Auditório Municipal de Mirandela, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mirandela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- ACTAS – Leitura, discussão e votação da acta da sessão ordinária de 21 de Dezembro de 2009.
- 2- PÚBLICO – 1.º Período de Intervenção.
- 3- Período de Antes da Ordem do Dia.
- 4- Período da Ordem do Dia:
 - 4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.
 - 4.2- Gestão dos Óleos Alimentares Usados – Criação de uma Rede de Recolha Intermunicipal.
 - 4.3- Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental.
 - 4.4- Eleição de um representante da Assembleia Municipal para:
 - 4.4.1 – Comissão Municipal de Comércio: (alínea b) do n.º 4 do Artigo 7.º da Lei n.º 12/2004, de 30 de Março);
 - 4.4.2 – Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar de Centros de Saúde de Alto Trás-os-Montes 1 – Nordeste: (Alínea b) do n.º 1 do Artigo 31º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro);
 - 4.5- Eleição de 1 Presidente de Junta de Freguesia para:
 - 4.5.1 – Delegado do Município aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses: (Alínea a) do n.º 2 do Artigo 6.º dos Estatutos da ANMP);
 - 4.5.2 – Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal: (Alínea e) do n.º 2 do Artigo 157º do Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro);
 - 4.5.3 – Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios: (Alínea b) do n.º 1 do Artigo 5.º da Lei n.º 14/2004, de 8 de Maio).
 - 4.5.4 – Assembleia Distrital: (Alínea b) do Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de Janeiro).
 - 4.5.5 – Conselho Municipal de Educação: (Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto).
- 5- Outros Assuntos de Interesse para o Município.
- 6- PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.

Nota: o ponto 4.4.1 foi retirado da agenda por decisão do Executivo Camarário.

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
2.º SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 65 presenças, pelo que o Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 72 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Adérito Joaquim Ferro Pires, António Joaquim Pereira Figueiredo e Fernando Manuel Gomes Alves.

Justificação de Faltas:

- Hernâni Fernando Fernandes Rodrigues: sessão de 21 de Dezembro de 2009;
- Rui Fernando Moreira Magalhães: sessão de 26 de Fevereiro de 2010, tendo sido substituído por José Ribeiro, seu substituto legal;
- Adérito Joaquim Ferro Pires: sessão de 21 de Dezembro de 2009.

Hernâni Fernando Fernandes Rodrigues requereu a suspensão de mandato por 360 dias, até ao dia 15 de Janeiro de 2011, tendo sido substituído por Márcio Paulo da Silva Filipe.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Bom-dia, vamos dar início à nossa sessão de Assembleia Municipal. Cumprimentava então o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Membros do Executivo, os Srs. Deputados, representantes de Autoridades, Comunicação Social e Municipais.

Antes de fazer a aprovação das actas anteriores, eu vou em nome da Mesa pedir a toda a Assembleia, dada a dimensão da tragédia Madeirense, um minuto de silêncio em honra das vítimas, deixando posteriormente aos partidos a apresentação de qualquer mecanismo que possa traduzir o sentimento de solidariedade para com os nossos irmãos madeirenses que pudesse traduzir um consenso nessas circunstâncias.

Muito obrigado.

PONTO 1: ACTAS – LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

Com certeza todos receberam as actas e, antes de pedir o mecanismo para a sua aprovação ou não, algum dos Srs. Deputados quer fazer algum comentário?

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Eu quero começar por felicitar os serviços da Assembleia pela forma como conseguiu a transcrição das actas. No entanto, na minha intervenção, cita a páginas 20, linhas 6 e 7 da minha intervenção, onde diz: "no que respeita às receitas há uma redução sensível das receitas correntes", deve ler-se "no que respeita às despesas há uma redução sensível das despesas correntes". Portanto, onde diz receitas deve ler-se despesas. Não posso garantir que foi erro de transcrição ou se foi erro de apresentação aqui, mas de qualquer maneira o conteúdo correcto é este e quero deixá-lo claro. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado. O reparo vai ser naturalmente submetido a correcção.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Bom-dia Sr. Presidente e bom-dia a todos os presentes.

Em relação a esta acta, na página sete (voto de pesar que aqui foi proposto e aprovado, quer em relação ao Sr. José Sequeira Rodrigues, quer a Mário Rafael) as moções de pesar que foram propostas, quer pelo PSD, quer pelo PS, todos devem estar recordados, eu propus um ligeiro aditamento àquilo que tinha sido referido pelo Sr. Deputado Dinis Humberto Veiga e depois pelo Deputado Jorge Pereira. E o que eu disse e que não está aqui transcrito na página 7 desta acta, foi o seguinte: "mais propomos que o seu nome seja justamente tornado toponímia num lugar condigno da cidade de Mirandela". Está incompleto quando se refere aqui à minha intervenção, onde se lê "que houvesse aqui um ligeiro aditamento a isto que já foi dito", já foi dito aqui o quê? Não está aqui transcrito Sr. Presidente.

Peço a atenção da Mesa, é um reparo que fica da minha parte porque há algo que não está transcrito.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado. Naturalmente que ficará resolvido se da Mesa for transmitido à Comissão de Toponímia que naturalmente dirá de sua justiça. Então vamos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por unanimidade, aprovar a acta da sessão ordinária de 21 de Dezembro de 2009.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 A 12 DE FEVEREIRO DE 2010

DATA	REMETENTE	ASSUNTO
01.01.2010	ANMP	Boletim
11.01.2010	Município de Vila do Conde	Regionalização
12.01.2010	Hernâni Rodrigues	Justificação de falta à sessão de 21 de Dezembro
12.01.2010	ANMP	Informação sobre eleitos locais e contactos
21.01.2010	José Baltasar Aguiar	Justificação de falta à sessão de 21 de Dezembro
22.01.2010	Hernâni Rodrigues	Suspensão do mandato por 360 dias
22.01.2010	Museu do Douro	Faina Fluvial no Douro
25.01.2010	Adérito Pires	Justificação de falta à sessão de 21 de Dezembro
25.01.2010	ITSE MAP	Plano de Formação Profissional 2010

27.01.2010	CIM Trás-os-Montes	Envio de orçamento de 2009 e Plano de Actividades e Orçamento de 2010
03.02.2010	ANMP	Boletim
09.02.2010	CPCJ de Mirandela	Movimento processual da CPCJ

CORRESPONDÊNCIA ENVIADA DE 05 DE JUNHO A 7 DE DEZEMBRO DE 2009

DATA	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
22.12.2009	12 membros da AM	Envio do Regimento de 2006-2009
12.01.2010	Lúisa Rodrigues	Voto de pesar
12.01.2010	Jornal Terra Quente	Publicação do voto de pesar
13.01.2010	Laura Rafael	Voto de pesar

NOTA: Foi também enviada correspondência vária para os membros da Assembleia Municipal, órgãos da comunicação social local e vereadores sobre a convocatória e documentação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 26 de Fevereiro de 2010.

PONTO 2 – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Assembleia Municipal:

Algum munícipe quer usar da palavra? Parece que não. Prossigamos.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

Para este período da ordem do dia temos as seguintes inscrições:

José Eduardo Almeida, Fernando Pilão, Alzira Ramos, Luís Sousa, Vasco Aníbal, Faustino Cunha, Elina Fraga e Miguel Ângelo.

Deputado Municipal José Eduardo Almeida (PSD):

Bom dia Sr. Presidente da Mesa, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e Sr.ªs Vereadoras, caros Companheiros. Vou ler um Voto de Pesar:

Voto de Pesar

O Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Mirandela, atento à terrível catástrofe que abalou no sábado passado a Região Autónoma da Madeira, causando prejuízos incalculáveis e um elevado sofrimento e morte, não podia deixar de manifestar publicamente a sua solidariedade para com todos aqueles que ali vivem.

Às famílias enlutadas, ao povo madeirense em geral e ao Governo Regional da Madeira queremos deixar aqui o nosso mais sentido pesar por tão enorme tragédia e expressar a nossa admiração e louvor a todos aqueles, voluntários ou não, que de maneira honrosa e heróica têm ajudado os mais necessitados e na reconstrução daquela região.

Que seja dado conhecimento desta deliberação às seguintes entidades:

Presidente do Governo Regional da Madeira, Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Presidente da Câmara Municipal do Funchal, Presidente da Assembleia Municipal do Funchal, Presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos e Presidente da Assembleia Municipal de Câmara de Lobos.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Bom-dia a todos e a todas.

Antes de mais, quero partilhar com as palavras que foram aqui proferidas pelo nosso colega de Assembleia e gostaria de trazer para a reunião de hoje uma série de assuntos soltos que não tive oportunidade de trazer na reunião anterior porque estávamos a tratar do orçamento e a agenda estava bastante preenchida.

Como hoje temos alguma folga, achei por bem trazer esses vários assuntos.

Eu começaria pelos preparativos para a celebração do Centenário da República. Como nós sabemos, Mirandela teve um papel muito nobre nesta transformação política do país, um papel especial também por parte de vários combatentes que saíram deste município e desta região para a 1.ª Grande Guerra, um dos quais avô da nossa distinta vereadora e, para além disso, também o papel de oposição ao Estado Novo que foi feito por muitos dos nossos *municipes*. Também sabemos quão foi importante nessa transição política o papel da Maçonaria. Houve vários membros da Carbonária que eram desta região e nós sabemos perfeitamente que um deles, actor importante nessa transformação política, era mesmo de Vinhais. Portanto, eu acho que temos que ter uma especial atenção para esta efeméride.

Eu gostaria de perguntar à Sr.ª vereadora da cultura o que é que pretende fazer e se poderiam também trazer a esta Assembleia um plano prévio das celebrações para que possamos todos estar de acordo e haver um envolvimento pleno das várias instituições políticas deste município.

Em 2.º lugar... enfim ontem cheguei bastante tarde numa sessão muito agradável que tive no Porto a convite do nosso distinto Presidente da Assembleia e hoje de manhã fui acordado em sobressalto com algo que já me tinha esquecido... enfim, cada vez que cá venho esqueço-me que acabamos por ser acordados bastante cedo com o toque dos sinos nos relógios das igrejas.

Apelo por isso à Câmara Municipal que recorde às várias igrejas do nosso Município que os toques de sinos têm um horário próprio que está estipulado por lei e que, portanto, deve ser respeitado.

Além disso, a lei do horário é clara e os sinos só podem tocar das 09h às 22h e os sinais que devem tocar são sinais horários. As músicas de big-ben ou do Avé Maria de Fátima, por aí fora, não são permitidas por lei. Os sinos da Avé Maria de Fátima são uma mensagem religiosa que viola a liberdade de religião consagrada na Constituição.

É claro que somos uma comunidade pequena, as coisas são faladas com algum sentido de responsabilidade do papel que a Igreja tem no nosso Município, no nosso concelho e que é um papel bastante nobre, bastante digno. As coisas são faladas com moderação mas é preciso alertar que a Lei é para ser cumprida por todos. As instituições distintas como a Igreja Católica deverão primar pelo respeito da lei.

Em 3.º lugar (e penso já ter trazido a esta Assembleia no anterior mandato este assunto), eu sou de opinião que o Salão Nobre da Câmara Municipal (que é um salão muito bonito que temos na nossa terra) deveria ser utilizado para cerimónias de casamento civil.

Nós sabemos que há falta de oportunidade para celebrar este tipo de efeméride e eu acho que faz todo o sentido realizá-lo aí. A Câmara Municipal é um órgão político e neutro e não tem qualquer pretensão religiosa. Aliás é uma prática que nós vemos em tantos outros municípios por essa Europa fora. O Salão Nobre é um salão com outra apresentação e para uma cerimónia desse tipo que é especial para quem a está a celebrar deveria estar disponível para os cidadãos que entendam celebrar o casamento civil. Até porque hoje como vocês sabem também, temos uma situação nova de matrimónio que não é acolhida facilmente na comunidade cristã. Acho que faria todo o sentido, para não haver discriminação de preferências sexuais, que fosse utilizado o Salão Nobre para esse tipo de celebrações.

Outros assuntos soltos:

Sr. Presidente, eu não estou a tomar conta do tempo, por favor dêem-me nota quando eu estiver a aproximar-me do limite, farei outra intervenção depois se for necessário.

Gostaria que o Executivo informasse esta Assembleia do andamento dos processos de averiguação de dolo relativo ao último acidente na Linha do Tua e também quanto à questão de indemnização dos familiares das vítimas.

Se possível, gostaria também que nos informasse sobre o grau de envolvimento da empresa municipal do Metro nestes dois processos e como é que isso está a decorrer para que a gente saiba alguma coisa pois já lá vai algum tempo e não temos ouvido nada fresco nos últimos tempos.

Por último, gostaria de saber se estão a ser garantidos os serviços de transporte às populações para lá do Cachão. Eu ouvi dizer que elas estão a ser servidas de táxi e eu espero que esteja tudo a decorrer da melhor maneira mas gostaria de saber se esse serviço vai ser assegurado e até quando.

Um assunto ligado a este, não directamente mas que já foi também trazido aqui no anterior mandato, tem a ver com a barragem do Tua. Gostaríamos de saber em que estado se encontram as negociações entre a Câmara Municipal de Mirandela e a EDP relativamente às contrapartidas da construção da barragem do Tua, bem com se o Executivo tem conhecimento da existência de uma providência cautelar intentada contra a construção da barragem e se essa existe qual é a sua posição sobre essa matéria.

Ainda sobre energia, gostaríamos também de saber se o Executivo tem conhecimento de qual é o ponto da situação do eventual parque eólico na serra dos Passos, mais concretamente na Freguesia do Franco. Saber quais são os prazos de execução, início da exploração do investimento e que contrapartidas se prevêem com a instalação desse parque.

Na área do turismo, gostaríamos que o Executivo informasse esta Assembleia relativamente à sua política de turismo e se essa passa pela promoção da oferta de turismo e produtos regionais em encontros internacionais.

Eu trago aqui este assunto pela seguinte razão: eu tive a oportunidade de me dirigir à Bolsa de Turismo de Lisboa, que é a maior feira de turismo internacional em Portugal e que decorreu durante os dias 13 e 17 de Janeiro, e de facto não vi praticamente nenhuma publicidade do nosso Município nessa Feira, para além duma pequena brochura que estava disponível na Região de Turismo do Porto e Norte de Portugal. Não houve mais nenhuma iniciativa visível no âmbito dessa feira.

Por último, dois outros assuntos que gostava que gostava de trazer muito brevemente.

O primeiro tem a ver com a questão do turismo, de certa maneira economia /investimento. Gostaríamos de saber se o Executivo tem ou não tem capacidade para nos fazer um balanço da actividade empresarial do nosso concelho, quantas empresas foram criadas nos últimos anos e quantas foram encerradas e qual o volume de negócio médio e número de trabalhadores das mesmas e ainda qual a sua capacidade de exportação.

Se possível, também gostaríamos que o Executivo nos informasse da sua política de atracção de investimento e de promoção da inovação, excelência e internacionalização do nosso tecido empresarial, quais os apoios ou incentivos que o Município desenvolveu ou pretende vir a desenvolver para atenuar este período de crise em que estamos a viver e, portanto, atrair algum investimento para a nossa região.

Por último, um assunto que foi trazido a esta Assembleia no anterior mandato mas que convém voltar a sublinhar a importância deste mesmo tema, que ele é de vital importância para o funcionamento e desempenho das instituições camarárias. Gostaríamos de saber qual a política do Executivo em matéria de combate ao desemprego e se existe algum estudo que informe as necessidades de crescimento ou de contratação do pessoal camarário.

Digo isto, porque fomos confrontados com duas situações a meu ver chocantes. Tive conhecimento há pouco tempo e gostaria que me esclarecessem se de facto essas situações se confirmam ou não.

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

Sr. Deputado terminou o seu tempo.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Eu posso deixar este assunto para depois e pedir uma segunda intervenção ou concluí-lo agora. Estou mesmo a concluir. A primeira dessas situações chocantes foi o facto de saber que tinham sido lançadas trinta vagas para a Câmara Municipal quatro dias antes das eleições e a segunda situação também não deixa de ser chocante, embora eu não gostasse que o enfoque fosse pessoal, mas que vissemos isto como uma situação anormal de recrutamento. Gostaria que o Executivo explicasse porque é que um técnico que entrou no último mandato mediante um processo de recrutamento, que foi aqui discutido por ser pouco transparente e pouco competitivo, possa no espaço de quatro anos assumir funções de Chefe de Divisão em regime de substituição de Acção Social, para além do facto de não exercer essas funções, continuando, portanto, a fazer o mesmo que fazia no mandato anterior.

E com isto deixaria os restantes temas para outra oportunidade.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Muito-bom dia a todos.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal e demais Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Exm.ª Assembleia.

Comemoramos no decurso do corrente ano o Centenário da Implantação da República em 05. Outubro. 1910 e a estas comemorações estão também associadas todas as revoluções e contra-revoluções, desde o 31 de Janeiro de 1891 até ao 25 de Abril de 1974.

Ao longo de todo este percurso, com mais de 100 anos, estiveram envolvidos vários Mirandenses de todos os grupos económicos, sociais, políticos e militares.

Em 31 de Janeiro de 1891, na Cidade do Porto, foi figura de destaque o Mirandense Augusto Manuel Alves da Veiga. Não obstante, esta data foi ignorada pelo nosso Município.

Neste período de tempos conturbados, como os vivemos, em completa oposição, ao primado do interesse público, como a República então proclamava, fazia todo sentido um programa de grande abrangência sócio-cultural e consequentemente de Cidadania.

Mirandela, lamentavelmente, ao não ter comemorado a Revolução do 31 de Janeiro, com a dignidade que era expectável em torno de uma figura cimeira como foi Alves da Veiga, ainda que venha a participar nas comemorações do Centenário ao longo de todo este ano, decididamente já está atrasada, ou seja, perdeu uma grande oportunidade de se afirmar como uma Terra que sabe e quer manter viva a sua história e a preservação dos valores do seu Povo.

Estas comemorações fariam todo o sentido, quando do amplo programa da Organização faz parte o capítulo "A República nos Municípios".

Em Mirandela travou-se dura batalha contra as forças da denominada "Monarquia do Norte", as quais pretendiam resistir ao avanço da República, repondo a Monarquia.

Fruto desta batalha, resultou a atribuição a Mirandela da condecoração com o "Colar de Torre de Espada". Porque não, por exemplo, recriar esta batalha, envolvendo toda a sociedade Mirandense, nomeadamente as comunidades escolares dos diversos graus de ensino?

É sabido como essa figura ímpar, que foi o saudoso Coronel António Eduardo Faria, ainda hoje bem presente na memória de muitos de nós, teve parte activa em alguns destes momentos da nossa história recente. Porque não recordá-lo?

Sei por experiência própria que tal iniciativa daria trabalho, diria mesmo, muito trabalho, mas meus Senhores, ser Político, desde Ministro ou Secretário de Estado, Presidente de Câmara ou Vereador, Secretário ou Assessor, Presidente ou vogal da mais pequena das Juntas de Freguesia, é uma atitude de grande nobreza, mas quando a função é exercida em nome dos mais puros sentimentos de Cidadania, ou seja, em nome do primado do interesse público, tudo vale a pena.

Presidente da Assembleia Municipal:

Tem a palavra o Deputado Fernando Pilão.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):

Eu queria colocar algumas questões ao Executivo, alguns assuntos também avulsos, nomeadamente (este não é para o Executivo, mas para o Sr. Presidente da Assembleia) relativamente ao Regimento. Na última Assembleia fui eleito para fazer parte de uma comissão de revisão do Regimento e até hoje não tive conhecimento de qualquer reunião ou como esse assunto está a ser tratado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. Deputado, eu respondo-lhe já. Se V. Ex.ª não foi convocado é porque não houve nenhuma reunião. A Mesa está a trabalhar com essa preocupação. Como sabe e como foi divulgado e naturalmente em tempo próprio, será convocado com o período de antecedência respeitável para podermos organizar a nossa vida.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):

Sr. Presidente, eu não disse nesse tom de crítica que não tinha sido contactado. Só levantei essa questão no sentido de saber em que termos é que está este assunto.

Presidente da Assembleia municipal:

Sr. Deputado, o Presidente da Mesa também não o entendeu como crítica, muito longe disso, nem sequer passou pela minha ideia. Foi em tom informativo e de eficácia.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):

Já estou informado que se está a trabalhar no Regimento. Relativamente à Empresa de recolha de resíduos sólidos, que é a FOCSA, parece que houve problemas laborais relativamente aos trabalhadores e, segundo consta, parece que os pagamentos da Câmara Municipal não estão a ser feitos com a devida regularidade e será por isso também que há esses problemas laborais. Queria saber se o Executivo sobre este assunto sabe o que se passa.

Também se consta que há problemas quanto ao matadouro do Cachão, inclusive que vai encerrar. Precisava de saber se há alguma novidade quanto a este aspecto e como está este assunto.

Vou fazer uma intervenção sobre a opção gestonária e o SIADAP:

Defendemos uma melhor gestão dos recursos humanos e o aproveitamento de todos os trabalhadores ao serviço do Município. Relativamente ao SIADAP, a CDU denuncia a legislação actual aprovada pelo Governo PS, com o silêncio e convívência do PSD, porque:

- Acabaram com as carreiras;
- Acabaram com as categorias;
- Acabaram com os concursos;
- Tudo ficou dependente da Avaliação de Desempenho – SIADAP.

O trabalhador a partir de agora terá que contar com o “aumentozinho” que lhes queiram dar. Depois tem de estar mais de 10 anos para subir de escalão na carreira para receber, diz a Lei, mais ou menos 28 Euros. Se um trabalhador tem um ou dois anos de Bom mas há um ano em que a chefia lhe dá zero, então tem que ficar mais um ano a “marcar passo” (necessita de desenvolvimento, diz a lei) e neste caso poderá precisar de 11 anos para subir de escalão.

Por outro lado, deixaram nas mãos do Presidente para todos os anos fazer aquilo a que chamam opção gestonária, que será: dar mais umas “migalhas”, colocando no Orçamento o valor que entender.

O que é a opção gestonária? O trabalhador que tenha 5 anos de bom passa de escalão. Porém, até pode ser que o dinheiro orçamentado seja só para alguns.

Será com este tipo de política que o Sr. Presidente pretende motivar os trabalhadores?

A posição da CDU e do PCP sobre esta matéria é muito clara e é a seguinte:

Enquanto esta injusta, tenebrosa e macabra legislação não for destruída (leia-se revogada) – todos os trabalhadores em condições devem ser contemplados, garantindo a entidade a orçamentação adequada. Pensamos que os trabalhadores merecem melhor tratamento!

Mas centremo-nos no Município de Mirandela: O Município tanto quanto sabemos tem previsto este ano para promoções e subidas 10.000 euros. Quer dizer, uma miséria que não deve dar para mais de cinco subidas de escalão. Mas a Autarquia tem cerca de 80 trabalhadores com classificações e possibilidades de subirem de escalão. O Município não vai pois optar pela subida de escalão da maioria dos seus trabalhadores.

Pode-nos dizer Sr. Presidente que opção foi esta de não compensar os trabalhadores do Município pelo seu esforço e dedicação à Autarquia? Será que lhe faltam verbas? Porque prescindiu da colecta do IRS que a Autarquia devia receber? Foi manobra para a comunicação social? Para vir como exemplo nas televisões?

Porque não aparece agora como exemplo das únicas autarquias, mesmo no distrito, que não promove os seus trabalhadores por falta de verbas ou por falta de vontade política? Era hora de aparecer e dar a cara nos momentos bons e nos momentos maus!

Tem porém uma oportunidade de se redimir e de aparecer mais uma vez na comunicação social pelas boas razões. Fazemos-lhe um desafio, a si e a todo o Executivo:

Faça como as autarquias de S. João da Madeira e Vidigueira: aumente os salários mais baixos acima do mínimo nacional e prescindam dos vossos vencimentos em 10% pelo menos para assim compensarem e terem verbas para promover os trabalhadores desta autarquia.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Sr. Deputado, tem a palavra o Deputado Vasco Anibal.

Deputado Municipal Vasco Saldanha (PSD):

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia, Exm.º s Senhores Secretários, Exm.º Senhor Presidente da Câmara, Exm.ºs Senhoras e Senhores Vereadores, Exm.º s Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.

Porque esta é a minha 1ª intervenção queria antes de mais lamentar os acontecimentos na Madeira mediante a calamidade ali verificada.

Permita-me Senhor Presidente da Assembleia, fazer algumas considerações.

Quero em 1º lugar dar os parabéns à população do nosso concelho pela escolha manifestada nas eleições autárquicas de 11 de Outubro último votando maioritariamente no PSD e a todos aqueles que directa ou indirectamente têm sabido ir ao encontro das suas preocupações.

Gostaria de desejar a V. Exª, aos Srs. Secretários e Srs. Deputados e, em particular, aos novos eleitos as maiores felicidades sabendo que as metas desta nova legislatura exigem cada vez mais de nós na procura do desenvolvimento do nosso concelho.

Na vida podemos ter vários pontos de vista sobre determinado assunto mas, se quisermos ser politicamente justos e não olharmos só para os partidos que representamos, penso que devemos sublinhar o esforço desempenhado pela população, pela vereação em particular pelo Sr. Presidente da Câmara relativamente a um passado recente na defesa da permanência dos serviços no concelho em matérias relacionadas com a saúde a maternidade e comboio do Tua, principalmente. Estas lutas apesar de difíceis ainda não terminaram. Apelo, pois, à união de todos para apoiar a Câmara a forçar o governo a recuar de uma vez por todas nas políticas de esvaziamento de serviços.

Gostaria de cumprimentar as juntas de freguesia aqui representadas pelos Srs. Presidentes de Junta sempre predispostos a lutar pelo bem das nossas terras e, por isso mesmo, é urgente reforçar as competências das freguesias e a sua reorganização de forma a ter voz própria na defesa dos seus interesses.

Cumprimento o Sr. deputado Fernando Pilão, recordando aqui o contributo que deu no passado relativamente ao associativismo do concelho no tempo da criação das Associações Culturais.

Apraz-me ainda registar o sentido de responsabilidade e de postura do CDS-PP através do Deputado Luis Sousa na última tomada de pose, reconhecendo além de várias aspectos a derrota do seu partido nas últimas eleições.

São estas atitudes de reconhecimento e de respeito uns pelos outros que nos dignificam.

Gostaria pois, de ver os partidos representados nesta Assembleia mais preocupados para uma tomada de consciência colectiva em defesa dos interesses do concelho onde deve imperar o bom senso. As defesas da honra, o excesso de tempo e algum fundamentalismo partidário com que se debatem alguns pontos são na minha opinião muitas vezes exagerados que não nos pode levar a um bom porto.

Vivemos num tempo em que as decisões sobre o futuro têm que ser rápidas, principalmente no interior onde infelizmente a vida não é fácil e o desenvolvimento demora muito tempo a chegar e o pouco que chega nunca é suficiente. Por isso mesmo, temos que ser práticos e deixar de lado querelas políticas exigindo decididamente do Governo investimento público nas grandes obras que pretendemos realizar.

É tempo de deixar de estar condicionados à vontade do governo. E então não tomamos decisões de fundo porquê?

Todos, mas nomeadamente os jovens, têm que ter não uma mas várias janelas de esperança relativamente às suas expectativas de vida futura mas com este governo já se viu que as perspectivas são praticamente impossíveis de alcançar.

É hora dos grandes centros e o litoral deixarem de ser só eles a usufruir do investimento público por parte do governo. Ou será que não fazemos parte do mesmo país? Para o Governo parece que não, estamos muito longe dos centros de decisão.

Os factos estão à vista de todos e as políticas deste governo não têm passado de acções de marketing nem tão pouco se deslumbra uma luz ao fundo do túnel por incapacidade de quem já deu provas de que não é capaz de governar o país. A economia está cada vez mais débil, o sector têxtil por exemplo está praticamente a desaparecer as suspeições sobre corrupção não faltam. As promessas de criação de emprego não têm passado disso mesmo, o governo só vive de imagem, os cerca de 700 mil desempregados e cerca de 108.000 no último ano é bem prova disso e todos os dias se concretiza o encerramento de novas fábricas. A crise internacional não justifica toda esta ausência de investimento.

Este país está a afundar-se, o Governo não consegue solucionar os grandes problemas. Por quanto tempo mais o vamos ter?

Até os que trabalham uma vida inteira são penalizados, como que já não contassem para esta sociedade. Os lares e centros de dia ainda são uma forma de lhes dar alguma dignidade mas para isso é forçoso uma política de implementação de mais lares e centros de dia principalmente nas nossas comunidades.

A nossa agricultura, por exemplo, que durante décadas foi o sustento das nossas gentes, está a pouco e pouco a ser abandonada e, com os agricultores a passar cada vez mais dificuldades e a deixar marcas numa desertificação cada vez mais acentuada. Que tem feito o Ministério de agricultura e a Direcção Regional sobre os apoios aos agricultores a uma agricultura moderna. Os técnicos não servirão também para se deslocar às freguesias e debater a nossa agricultura? É pois obrigatório alterar vícios instalados há tempo demais.

É necessário incentivar a criação de pequenas e médias empresas e seu conseqüente apoio, de forma a criar emprego e fixar as populações. Um bom exemplo, ainda que privado é a construção do Hospital Terra Quente, isto só reforça a certeza de que o governo não investe na saúde pública, fazendo desta uma política essencialmente economicista.

E porque todos temos obrigação de dar o nosso contributo, lanço aqui um desafio objectivo ao partido do governo, ao PS local, que no prazo de 15 dias enumere 5 pontos estratégicos de desenvolvimento para o nosso concelho que dê conhecimento à câmara e que desafie o governo no prazo de 90 dias a tomar uma posição clara dessas estratégicas. Penso ser este um bom contributo ao nosso concelho.

Precisamos de olhar um futuro mais risonho, temos esse direito. Todos sem excepção temos que saber encontrar o caminho certo de uma nova esperança no sentido de tornarmos o concelho de Mirandela no grande pólo de desenvolvimento de Trás -os -Montes e Alto Douro. Nós temos que ter essa capacidade.

A nossa eleição obriga-nos a isso. Viva o concelho de Mirandela.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Se há pouco não intervi não é porque não estivesse preparado. Foi porque achava que não era a altura correcta. Sr. Presidente, eu vou pedir a V. Ex.ª que me confirme uma ideia que tenho no cérebro e que não sei se estou correcto. Se uma decisão tomada aqui em Assembleia por maioria, se tem ou não a mesma eficácia jurídica do que tomada por unanimidade?

Presidente da Assembleia Municipal:

Não sei a qual decisão o Sr. Deputado se está a referir mas num sentido universalista e de funcionamento de uma assembleia julgo que o sentido de eficácia é o mesmo, no meu humilde entendimento.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Também esse é o meu pensamento.

Vem isto a propósito do artigo do Sr. Presidente do Executivo, na Agenda de Fevereiro de 2010, quando o Sr. Presidente, passo a citar, diz: "A Câmara Municipal de Mirandela com o apoio da maioria da Assembleia Municipal, deliberou, tal, tal e tal". Ora, eu penso que estas decisões, e já vamos vê-las, foram quase todas elas tomadas por unanimidade, não foi por maioria, salvo uma, a do IRS, que só teve um voto contra.

Acerca disso, por acaso, em pé de página, uma vez que já foi aprovada a acta, o CDS/PP ainda está a aguardar que lhe chegue o comprovativo da comunicação à Direcção Geral de Finanças da posição que aqui foi tomada com data anterior a 31 de Dezembro. Estou um bocado surpreendido, não sei de que maioria se fala aqui. Esta é a minha interrogação de base "com o apoio da maioria da Assembleia Municipal alguns casos", "com o apoio da Assembleia Municipal", parece-me que é essa a forma correcta de escrever.

No que respeita ao resto do texto, é evidente, não vou preocupar-me demais, mas o Sr. Vice-Presidente ou o Sr. Presidente na altura pode esclarecer porque há aqui uma série da altura, as famílias mais carenciadas e na qual uma verba para medicamentos, reparações de casas, refeições dos estudantes, etc. As refeições de estudantes sabemos que é uma verba à parte, as famílias carenciadas não sei qual é a verba que está disponível no orçamento que aqui foi votado.

Segundo me pareceu, subsídios às famílias, crianças e jovens, 90.000,00 Euros, outras prestações familiares, 500,00 Euros. Não sei se é esta fortuna toda. De qualquer maneira fico a aguardar.

Sr. Presidente, o objectivo principal da minha intervenção é o de apelar a V. Ex.ª no sentido de agendamento de uma assembleia tão próxima quanto possível do tema "política concelhia de transportes", a questão da mobilidade no Concelho.

Porém e apenas como mero exemplo, vou apresentar uma situação concreta vivida pelos munícipes da freguesia onde resido, Vale de Gouvinhas.

Peço, portanto, desculpa ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia aqui presente por apresentar uma situação que penso que está no topo das suas preocupações como Presidente da Junta de Freguesia.

Ponto 1 – O centro da freguesia dista cerca de 2 Kms. da paragem da camioneta, não falando sequer em Vale Maior ou Quintas que são mais de 5 Kms.

Ponto 2 – Os horários de passagem no sentido Mirandela são 7h25, 12h45, 17h15 e o regresso 11h30, 16h e 18h. E estas passagens só se registam em dias semanais. Aos Sábados, Domingos e Feriados não há quaisquer transportes.

Sabendo-se que uma das razões da frequência será de consultas clínicas, apenas o Centro de Saúde na Av. das Amoreiras se pode considerar utilizável já que para o Hospital ou o Centro de Saúde de Golfeiras ficam nos tanques. Eu digo isto porque já me meti na camioneta e já vim a ver qual é o percurso que a camioneta leva.

Se o utente não estiver liberto às 11h30, que é à hora que parte a circulação de regresso, ou vai para os tanques à espera que passe alguém que lhe dê boleia ou espera até às 16h. Eu sei que há táxis mas fazem horários competitivos com a empresa Tâmega, passando antes e regressando também pelas 11h. Saem de Vale de Gouvinhas pelas 7h, 7 e pouco e regressam pelas 11h, a camioneta é às 11h30, para assim tirar as pessoas à camioneta.

O custo de passagem de ida e volta é de 2,60 Euros, numa cidade como Lisboa, quanto é que se paga num bilhete solto? 1,30 Euros e anda-se que se farta.

Quando o médico do Centro de Saúde envia um doente para o Hospital, gostaria de saber qual o meio de transporte disponível, táxi, ambulância? A minha mulher já levou um tio, por acaso tinha ali o carro.

Não consigo ainda compreender o sistema de mobilidade interna dentro da cidade. Vejo uma camioneta ali no centro do terminal, de vez em quando pára lá uma camioneta, saem duas ou três pessoas, depois vai-se embora, vem outra, mas eu não sei se há algum horário, se há alguma frequência, se há algum circuito, o que é que se passa.

Sabendo-se que há várias pessoas que necessitam de viagens diárias à cidade para trabalho ou frequência de formação, estas dispõem nos horários referidos, isto é, têm que ir para cima antes das 06h da tarde senão já não vão e têm que vir na primeira às 07h da manhã para se começar a trabalhar às 09h.

Sabendo-se que há várias pessoas nos horários referidos, da possibilidade de um passe, o custo do passe é 73,60 Euros. Algumas pessoas vêm ganhar uns 500,00 euros e não é utilizável aos sábados, domingos e feriados porque não há transportes.

Já não me refiro à mobilidade interna nas diversas freguesias, citando apenas que algumas pessoas em Vale de Gouvinhas têm médico de família na vila da Torre e não há qualquer circulação para lá. Sr. Presidente, porque esta situação não é exclusiva de Vale de Gouvinhas, solicito que a mesma seja debatida nesta Câmara. Muito obrigado

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também.

No que respeita à questão que me colocou sobre o Boletim Informativo da Câmara, devo dizer-lhe que o sentido entre a palavra maioria e a palavra unanimidade é substancialmente diferente, ou melhor, neste caso concreto é numericamente diferente. Eu estive com especial atenção (aliás procuro estar sempre) mas julgo que não valorizaria tanto isso porque na elaboração do Boletim e os responsáveis pelos textos. Naturalmente quiseram reforçar o sentido da decisão autárquica com a palavra maioria. Naturalmente que depois o Sr. Presidente, se entender que deve falar sobre isso, poderá também acrescentar alguma coisa.

No que respeita ao pedido que fez sobre a realização duma assembleia, naturalmente que a Mesa vai ouvir a Comissão Permanente, os chefes da bancada e depois falaremos disso e da importância que a questão dos transportes tem para a população do concelho.

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):

Bom-dia a todos. Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara e Vereação, Srs. Deputados da Assembleia, Meus Senhores, Minhas Senhoras, Comunicação Social, as minhas cordiais saudações.

O ano que ainda agora começou é já para todos de má memória e também é um ano que por acaso, não será tão por acaso, foi chamado 2010 – Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social.

Eu viria aqui chamar a atenção para alguns que possam estar um bocadinho distraídos para o que é exactamente a pobreza e a exclusão social no mundo.

A Comissão Europeia assinalou o ano de 2010 como o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. A erradicação da pobreza e da exclusão social é indiscutivelmente um dos principais desafios do desenvolvimento e dos direitos humanos do nosso século, havendo uma consciencialização crescente que é imperioso conciliar o desenvolvimento económico com a coesão e justiça social.

A pobreza é uma atroz realidade com que uma grande parte do Planeta se depara. Muitos seres humanos continuam a viver e a morrer em condições degradantes.

Cerca de 1,2 mil milhões de pessoas (20% da população mundial) vive penosamente abaixo do limiar da pobreza (com menos de um dólar por dia). Aproximadamente 850 milhões sofrem de fome e 30 mil morrem de causas directamente relacionadas com a pobreza.

A Europa é uma das regiões mais ricas do Mundo e, mesmo assim, 78 milhões de pessoas estão em risco de pobreza.

A dimensão e a complexidade destes fenómenos estão bem patentes nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio definidos pela ONU em 2000, onde se define como meta a redução da pobreza extrema para metade até 2015.

Também em 2000, a União Europeia, a partir da Cimeira de Lisboa, retomou estes temas como uma preocupação central da construção europeia, colocando o objectivo da coesão social ao mesmo nível do crescimento económico e do emprego.

Embora os resultados alcançados até ao momento tenham ficado muito aquém das expectativas, a verdade é que não nos podemos esquecer que o caminho a percorrer é longo e implica a concertação de meios e vontades, mas o facto de estes mesmos temas e preocupações voltarem novamente para o centro das agendas políticas nacionais e internacionais significa que a prioridade se mantém e que envolve toda a sociedade.

O Ano Europeu 2010 tem como finalidade:

- Reconhecer os direitos e a capacidade das pessoas excluídas para desempenhar um papel activo na sociedade;
- Sublinhar que cada indivíduo na sociedade tem responsabilidades na luta contra a pobreza;
- Promover a coesão social e disseminar boas práticas em matéria de inclusão.
- Reforçar o compromisso de todos os altos responsáveis políticos de tomar medidas mais eficazes.

Compromisso, participação, co-responsabilização, parceria, trabalho em rede, territorialidade, são palavras que devem cada vez mais estar presentes na definição da estratégia eficaz da luta contra a pobreza. Importa caminhar na luta contra a pobreza e exclusão social como um designio explícito, de que é possível atingir a meta da erradicação.

A erradicação da pobreza e da exclusão social não é um mito, não é uma utopia, é um desafio e um designio que exige compromisso de todos. Precisamos de nos esforçar mais para mudar a nossa atitude. A EU, os Governos Nacionais e os cidadãos, todos juntos podem e devem agir para erradicar a pobreza.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Muito bom-dia a todos.

Peço desculpa, cheguei atrasado e por isso não sei se alguma coisa de interesse se passou em relação à minha freguesia mas ainda cheguei a tempo pelo menos de uma coisa. Cá volto eu, tenha esta promessa para comigo e sempre que o ouça, eu terei sempre que rebater esta situação.

Agora dirijo-me ao Sr. Deputado Luís Sousa, que mais uma vez, a propósito das eólicas se referiu (e vejam só... não sei se quis falar bem demais ou se foi premeditado) à questão das eólicas na serra dos Passos, mais precisamente na freguesia do Franco.

Sr. Deputado Luís Sousa, vou-lhe dizer:

Na serra de Santa Comba, mais propriamente na freguesia do Franco, ou se quiser, na serra do Colado ou noutra serra qualquer. Não é na serra dos Passos, é na freguesia do Franco, na serra de Santa Comba.

Fiquei também um pouco boquiaberto e admiradíssimo e nem consegui ouvir bem o discurso, por se vir colocar aqui um problema de transportes públicos e que os horários não estão condizentes com as necessidades das pessoas e que leva ao Centro de Saúde, não leva ao Centro, fica no tanque, não fica no tanque e eu próprio me questionei, que nem sequer sabia e ainda bem que isso acontece, é que ainda há freguesias no concelho de Mirandela que têm transportes públicos e tanto quanto eu sei e sei com certeza em relação ao Franco e estive a perguntar a todos os colegas do lado de lá do concelho, é que não existe uma única carreira pública e fiquei um bocado admirado como se vem aqui por questões de horários quando do lado de lá do concelho (não digo em relação ao Franco que tem boas acessibilidades) em relação a S. Pedro, Avidagos, Milhais, qualquer outra freguesia, qualquer outra aldeia, que não existe uma única carreira pública de transportes. Que se faça essa assembleia e que se discuta, não sei se temos condições para resolver o assunto.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente da Assembleia, respectiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara, respectiva vereação, Mirandelenses, Comunicação Social, bons dias.

O grupo parlamentar do Partido Socialista assumiu desde o primeiro dia a candidatura à Assembleia Municipal como exercício de cidadania. Esse foi o nosso ponto de honra. Durante a campanha apelamos à transparência e ao respeito democrático. Comprometemo-nos que durante o exercício do nosso mandato manteríamos os Mirandelenses informados. *Têm esse direito. Daí que olhos nos olhos*, Sr. Presidente da Câmara, lhe perguntamos? É verdade que se reformou? Vai-se manter na Presidência da Câmara Municipal? Olhos nos olhos, lhe perguntamos. É verdade que se reformou? Vai-se manter na Presidência da Câmara? Se é verdade que reformar-se é exclusivamente do foro pessoal, devo dizer que não compreendo nem aceito que em Portugal, quem quer que seja, se possa reformar aos 50 anos de idade, a não ser por razões de saúde gravosas.

Também é verdade Sr. Presidente que se encontra no exercício de um cargo político e, como tal, tem implicações e responsabilidades políticas e tem respostas a dar ao eleitorado.

Desde logo, não só escondeu esta informação dos Mirandelenses como garantiu que exerceria o mandato a que se candidatava até ao fim, o que parece que não vai acontecer e sabia-o antes das eleições já que estando reformado é espectável que, mais dia menos dia, venha a abandonar a Presidência da Câmara. Tal revela uma total falta de respeito democrático porque a não ser assim não se entende a acumulação de estatuto de reformado com a Presidência da Câmara.

Este sinal que envia aos Mirandelenses não é um bom sinal, quer para todos numa forma geral, quer para os jovens numa forma particular. E quero-lhe dizer para que não fique qualquer tipo de dúvidas, que não é por quaisquer razões salariais que aqui trago esta questão, até porque desde já lhe digo que também li que só produziria efeitos no fim do mandato ou qualquer coisa parecida com isso. Mas é por uma questão de princípios e por uma questão de valores porque não sei se tem consciência de que as sociedades não progridem sem elites estruturadas e o Sr. Presidente é naturalmente a primeira referência da elite de Mirandela e dos Mirandelenses e nessa qualidade qual é a mensagem que está a passar, nomeadamente à juventude? É de que o importante não é estudar, estudar muito e bem, trabalhar, trabalhar muito e bem, empreender, mas sim fazer uma carreira política, reformar-se, de preferência o mais cedo possível e acumular este estatuto com outros cargos políticos. Esta é uma mensagem de péssimo valor transmitido à juventude.

Também, em nome da transparência, e sobretudo para informação aos Mirandelenses, gostaria de dizer aqui a todos e ao Sr. Presidente da Câmara em particular que me sensibiliza o facto de me eleger como seu adversário político de estimação. Devo dizer-lhe que está completamente enganado, anda muito distraído, porque da mesma maneira que nos últimos 20 a 25 anos não tive qualquer actividade político-partidária, também no futuro não a penso ter. Agora não me excludo do exercício de cidadania pleno.

Eu sei, nós sabemos que para si, habituado às cumplicidades político partidárias, isto é complicado de entender.

Também lhe quero dizer que não sei se no adversário metia algum conceito de concorrência. Não o vejo e não sinto que esteja na minha área de actividade, na minha área de negócios. Vejo-o sim mais interessado na área de negócio da saúde. Na sua palavra aos Mirandelenses, garantiu que estava encontrado o corpo definitivo dos sócios depois de inúmeras peripécias.

A pergunta que eu lhe gostava de deixar é se o corpo de sócios que vem aqui mencionado no boletim ainda se mantém ou já mudou. Ele muda tantas vezes, eu pergunto se o corpo de sócios que aqui vem ainda se mantém e que é dito por si ser definitivo ou se já mudou.

Queria deixar-lhe uma outra pergunta: do seu texto fica-se e continua-se na dúvida, se a maternidade, repito, se a maternidade ainda faz parte das valências do hospital privado. Isto é extremamente importante por uma razão fundamental. A razão fundamental porque justificou a entrada da Câmara no capital desta sociedade privada era a maternidade e tudo veio no seguimento da questão da maternidade. Vê-se aqui que fala numa Unidade da Mulher e da Criança sem se perceber, e creio que ninguém percebe, das pessoas ligadas à saúde, o que é isso da Unidade da Mulher e da Criança e onde acaba e o que tem isso a ver com a maternidade. A não haver maternidade eu até lhe aconselharia a sair do capital do hospital privado porque os dinheiros públicos devem ser investidos para potenciar, para desenvolver unidades e valências que não existem.

Sendo assim, parece que o Hospital é um negócio privado e que não tem nenhum interesse para a comunidade. Também gostaria de saber uma outra questão ainda na área da saúde.

Num boletim, não sei se foi neste ou noutro, vinha dito que um dos projectos emblemáticos para Mirandela, a clínica de hemodiálise estava a ficar pronta ou estava em bom estado de andamento.

Há uma questão que a mim me interrogo e me causa imensas dúvidas. A Câmara tem alguma participação na clínica de hemodiálise? É que eu não quero correr o risco de que amanhã venha também a minha fábrica mencionada no boletim da Câmara de Mirandela.

Tenho dito.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Bom-dia a todos. Enquanto vou pondo aqui alguma água vou também fazer uns comentários:

Primeiro, é manifestar a minha profunda surpresa porque depois do Partido Socialista pedir e exigir a eliminação dos crucifixos das escolas de Portugal tivemos aqui...espante-se, um Deputado Municipal do CDS/PP Independente, eleito nas listas do CDS, a exigir que se silenciem os sinos das aldeias, da vila e da cidade.

Por outro lado, vimos também aqui um Deputado Municipal eleito nas listas do CDS/PP preocupado com os casamentos civis e sobretudo com estes novos casamentos entre pessoas do mesmo sexo e da discriminação de que podiam ser alvo se não fossem realizados designadamente no Salão Nobre, esquecendo-se que nesses casamentos nunca pode haver uma discriminação religiosa porque as igrejas ainda não reconheceram a validade desses casamentos e, portanto, nesse sentido esses casamentos para já, enquanto o Vaticano e outras igrejas não mudarem de ideias, serão feitos nos Salões Nobres, mas nos Salões Nobres das Conservatórias do Registo Civil, que existem para esse efeito.

Gostaria também, antes de entrar na minha intervenção, de dizer ao Eng.º Baltazar que realmente aquilo que eu considero que não é um bom sinal - porque estava a falar de sinais e de maus sinais - é que a Sr.ª Vereadora Júlia Rodrigues, depois de antes das eleições ter apregoado que por amor a Mirandela e aos Mirandelenses não tinha aceite o cargo de Directora Regional da Agricultura, tenha agora depois das eleições aceite a nomeação para Directora do Centro de Emprego. Isso é muito mau sinal. Em todo o caso e sem prejuízo do sinal que fica registado, eu quero desejar à Dr.ª Júlia Rodrigues as maiores felicidades, como é óbvio, fazer votos para que ela não utilize o cargo para cumprir as promessas eleitorais que fez, que foram muitas e abundantes como todos nós sabemos e desejar também que na sequência da intervenção da Dr.ª Alzira, a Dr.ª Júlia Rodrigues, como Directora do Centro de Emprego e em parceria com a Câmara Municipal, faça realmente uma luta séria contra a pobreza e a exclusão social. Julgo que é o cargo mais adequado e eu estou segura que ela será empenhada e determinante na aplicação de medidas de emprego e de políticas que fomentem o emprego no nosso concelho.

Só há aqui uma questão que eu fiquei pouco elucidada, tem a ver com o Dr. Faustino, que falou que está na Agenda a aprovação por maioria, ou que a Assembleia por maioria, decidiu determinada coisa.

Ora bem, quando há um voto contra há uma aprovação por maioria. Portanto, aquilo que está na Agenda, por sinal podia ser um erro mas não é, porque basta uma abstenção para uma votação deixar de ser por unanimidade para ser por maioria.

Dito isto vou entrar na minha intervenção que tem a ver com corrupção.

Os Municípios Portugueses estão presentemente sujeitos à necessidade e obrigatoriedade legal da elaboração e aprovação de um plano de riscos e corrupção e infracções conexas, tendo em conta sobretudo a Lei 54/2008, de 04 de Setembro, que criou o Conselho de Prevenção e Corrupção e as suas recomendações de 01 de Julho de 2009 e deliberação de 21 de Outubro de 2009.

Para o efeito, esse Conselho elaborou um questionário ao qual responderam cerca de 700 entidades públicas e cujo objectivo foi o de recolher e organizar formações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção activa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação do dever de segredo, bem como de aquisição de imóveis ou valores mobiliários, em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial.

Nesses termos, por recomendação do Conselho de Prevenção de Corrupção, os dirigentes máximos das entidades todas de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, deviam elaborar planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas, o que foi feito pela Câmara Municipal de Mirandela.

Efectivamente, a Câmara Municipal de Mirandela, consciente que a corrupção e os riscos conexas são um sério obstáculo ao normal funcionamento das instituições, revelando-se como ameaça à democracia e prejudicando a seriedade das relações entre a Administração Pública e os cidadãos, elaborou e aprovou o seu plano de prevenção de riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infracções conexas.

Esse plano foi elaborado com a colaboração de dirigentes e responsáveis de vários sectores e unidades orgânicas do Município de Mirandela que cumpriram nesse contexto com o rigor, objectividade e transparência aquilo que lhe foi pedido.

O plano foi elaborado também tendo em conta as orientações emanadas do Conselho de Prevenção da Corrupção, o Organismo tutelado pelo Tribunal de Contas e tendo como base também um guião elaborado pela Associação Nacional de Municípios.

É um documento técnico e não é um documento político. Na sua elaboração foram respeitadas as metodologias consideradas apropriadas e foi cumprida a Lei dispendo hoje a Câmara Municipal de Mirandela de um instrumento interessante e que pode naturalmente ser aperfeiçoado, de combate à corrupção.

Devo dizer também, porque a corrupção está na ordem do dia, que para além deste instrumento há também na Lei e em relação à administração das Autarquias Locais, uma série de outras medidas que permitem olhar para as Autarquias com menos preocupação que em relação a outros patamares de poder, designadamente a tutela administrativa que pode ser exercida através de inspecções, inquéritos e sindicâncias, o regime jurídico das incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos, os tribunais administrativos que fazem controlos jurisdicionais em relação a actos administrativos, uma série de organismos ligados à inspecção que permitem realmente fazer o exercício efectivo da tutela, designadamente no âmbito do ordenamento do território, as auditorias do Tribunal de Contas, as garantias impugnatórias dos cidadãos que dispõem de uma série de garantias que antes não tinham, a própria figura do Governador Civil que pode intervir nesta área, o Plano Oficial de Contabilidade da Autarquias Locais, a publicitação de benefícios que hoje é obrigatória, a inserção que também é obrigatória em muitos casos, designadamente no âmbito do Código dos Contratos Públicos de publicitação de diversos actos administrativos nas páginas electrónicas dos Municípios, o estatuto de direito à oposição, a Lei das Finanças Locais, o crime da responsabilidade dos titulares de cargos políticos e por último também, o Livro de Reclamações.

Tudo isto são mecanismos que assistem ao cidadão e que permitem realmente haver uma maior transparência no âmbito das Autarquias Locais.

Devo dizer que não é por acaso que eu escolhi o tema da corrupção, porque a minha intervenção devia ficar por aqui, mas não pode, isto porque aquilo a que se está a assistir neste momento é realmente ao aniquilamento do Estado de Direito.

Efectivamente, aquilo que a Câmara fez foi conformar a sua actuação com regras e princípios, com normas e valores que são próprios de um Estado de Direito.

Contudo, depois daquilo que tenho lido, sobretudo nos jornais, tenho dúvidas que os alicerces do Estado de Direito não estejam a ruir face à voracidade de uns tantos boys que merecem a confiança, a amizade e solidariedade pessoal e política do nosso Primeiro-Ministro.

A promiscuidade entre empresas públicas e políticos, os acordos pornográficos utilizando a terminologia do socialista Paulo Penedos ao reportar-se à sua própria actuação, dizia ele que os acordos pornográficos que se fazem em detrimento do interesse público e para salvaguardar exclusivamente interesses político-partidários não podem deixar de preocupar esta Assembleia Municipal, como não pode deixar de nos preocupar que se ergam escudos como segredo de justiça, o segredo profissional e uns outros quantos tantos segredos para ocultar o que está à vista de todos os Portugueses: a degradação total de democracia e o aniquilamento dos mais elementares valores de um Estado de Direito.

Na defesa de valores como a liberdade que não é nem nunca foi - nem suponho que alguém defenda que seja - libertinagem, não há partido, não há interesses, há uma comunhão, uma obrigação de todos nós, designadamente nesta Assembleia Municipal, de erguermos uma bandeira, essa bandeira da liberdade. A luta contra a corrupção é uma bandeira desta Câmara Municipal por aquilo que eu já disse antes, deverá ser uma bandeira desta Assembleia Municipal e deverá ser também a bandeira a erguer por todos os cidadãos de Mirandela.

Muito obrigado.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

É um simples esclarecimento na medida em que a Sr.^a Deputada porventura não entendeu bem a minha apresentação. Quando falei da história da maioria, qual era a maioria, citei que de facto uma das decisões aqui foi por maioria, havia um voto contra, certo, mas a votação do IML e do IMT foi por unanimidade. De maneira que o assunto era mais simples se dissesse com o apoio da Assembleia Municipal. Tenho dito, muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado também pelo esclarecimento. Deputado Jorge Pereira.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Sobre a reunião da Assembleia Municipal de 21/12/2009, pretendo dizer o seguinte:

Sobre os célebres barracos, bem como sobre o acesso ao Infantário em Frechas e quanto ao estrangulamento na Rua Cidade Orthez em Mirandela, o Sr. Presidente, não tendo resposta objectiva ou a sua resolução não lhe cause grandes problemas, pouco adiantou.

Disse apenas sobre os barracos “os proprietários já receberam notificação e já contestaram. Há prazos legais a cumprir que têm que ser cumpridos”. Perfeitamente de acordo, só que à notificação que o Sr. Presidente se refere não terá acontecido o mesmo que aconteceu à carta a dirigir ao proprietário, a qual há já alguns anos os Serviços Jurídicos do Município minutaram para ir parar ao cesto dos papéis?

E isto por uma razão muito simples. Nem o Sr. Presidente nem o Sr. Vice-Presidente, nenhum deles assumiu a responsabilidade inerente ao cargo que ocupam. Depois fala em meios financeiros para decretar utilidade pública.

Sr. Presidente, sejamos claros, fale-se verdade. Não se trata de decretar utilidade pública nenhuma. Aquilo que os Serviços Jurídicos dizem, é: “trata-se de uma construção abarracada não licenciada, tão pouco susceptível de ser licenciada, portanto, trata-se apenas de notificar o proprietário para proceder à limpeza e à demolição daquela lixeira, tão simples quanto isto”. Não me consta que tal operação tenha custos elevados.

Aquilo que está em causa ou que algumas pessoas em Frechas ainda que em surdina o refiram e em devido tempo lhe comuniquei, são as razões pessoais do Sr. Presidente com um dos interessados.

Sejamos claros, fale verdade, não se trata de questões de dinheiros, é uma questão de relações pessoais em função das quais o Sr. Presidente está condicionado e, tal como noutras ocasiões aqui também referi, não tem coragem para assumir a condição de autoridade administrativa.

Já agora, quanto à falta de acesso rodoviário ao infantário, não será motivo para que uma inspecção do Ministério ponha em causa o seu funcionamento? Seria interessante esclarecer este assunto.

Também sobre as questões colocadas no âmbito da discussão do orçamento e do plano de 2010, o Sr. Presidente praticamente nada respondeu.

Assim, quero dizer-lhe de uma forma muito objectiva que a minha legitimidade é total, exactamente igual à sua, bem como de qualquer dos membros desta Assembleia. Quem não tem legitimidade para responder nos moldes em que o faz, será o Sr. Presidente da Câmara.

Já lhe disse noutras ocasiões que fui eleito para aqui dar conta daquilo que me parece correcto mas também para questionar aquilo que entenda dever questionar. É um direito que me assiste e do qual não abdicó até porque duvidar ou questionar é sinónimo de inquietude e consequentemente de inteligência.

Quanto à questão da legitimidade estaremos esclarecidos.

Também sobre a degradação da Escola da Central, nada disse, tão pouco as questões de educação o incomodarão.

Entretanto, julgo que tentando responder-me mas sem falar com a clareza que normalmente utiliza, disse esta coisa fabulosa “prefiro Presidentes da Junta que acabem os mandatos e deixem as Juntas equilibradas, portanto, sem dívidas”.

Sr. Presidente, nem estaria muito a fim de falar do passado recente mas uma vez que suscitou esta questão não julgue que me vai condicionar. Por isso devo dizer-lhe que pela parte que me toca e aquilo que posso afirmar, ainda no decurso do anterior mandato, sabia claramente ao lado de quem, em circunstância alguma não quererá voltar a estar.

Quanto às dívidas quero dizer-lhe o seguinte:

Até à minha chegada há oito anos à Junta de Freguesia, dois funcionários do Município com frequência ali prestavam serviços. Das candidaturas do Município aos programas do Centro de Emprego, três trabalhadoras estavam ao serviço da Junta de Freguesia. Ou seja, a limpeza de ruas e caminhos era integralmente suportada pelo Município. A partir do dia que estas trabalhadoras terminaram os contratos, todo o pessoal que prestou serviço, foi fruto das dezenas de candidaturas apresentadas pela Junta de Freguesia de Frechas ao Centro de Emprego, ou seja, todas as despesas inerentes eram de conta da Junta de Freguesia.

Transmitindo estas preocupações ao Sr. Presidente da Câmara, havia sempre uma resposta, compensando-se Frechas dessas despesas, há também que compensar as demais Freguesias. Assim a Junta de Freguesia se foi substituindo ao Município sem ser financeiramente compensada, como legalmente lhe compete.

Entretanto no último mandato, numa das freguesias com mais de 1.000 Eleitores, são diversos os subsídios de 25.000,00 euros para despesas de limpezas públicas. Outras freguesias continuam a ter ao seu serviço pessoal de conta do Município e até membros da própria Junta, Trabalhadores do Município.

Terão sido atribuídos a Frechas dois subsídios meios encapotados. No mandato 2001/2005, as facturas da EDP e dos Serviços de Águas, do edifício da Junta de Freguesia, ocupado talvez em mais de 90% pelo infantário, foram suportadas integralmente pela Junta de Freguesia e apenas a meio do anterior mandato os respectivos contadores passaram para nome do Município. O subsídio previsto de 5.000,00€, ninguém sabe onde foi parar.

Entretanto, depois de combinado com o Sr. Presidente e o serviço verificado pelo pessoal da Câmara, era preciso proceder à reparação do telhado do referido edifício, o famigerado ofício a solicitar a transferência da verba de 3.000,00 euros mas perdeu-se no circuito interno da Câmara.

Perante tudo isto, se aos valores que no final do mandato a Junta de Freguesia tinha que pagar, deduzirmos os 20.000,00 euros que tinha ou tem para receber do Município, sendo que uma parte da dívida tem já perto de dois anos, acrescentando ainda as compensações para as limpezas referentes ao ano que terminou, provavelmente, em vez de dívidas, haveria um saldo positivo.

Mas relativamente a Frechas, e quanto ao anterior mandato autárquico, aquilo que causa realmente alguns embaraços ao Sr. Presidente da Câmara, não é o problema de dívidas, até porque, para ele, dívidas de milhares ou milhões, sejam elas das Freguesias ou do Município, não são, nem nunca foram motivo de grande preocupação.

Aquilo que lhe é verdadeiramente complicado de entender é como com tão escassa receita e apoios se fizeram alguns melhoramentos, e não só, terem-se concretizado eventos desportivos e culturais como não haverá memória na região, tão pouco no concelho de Mirandela. É que em tempos de relações difíceis entre vizinhos, numa sociedade cada vez mais individualista e até egoísta, o conjunto de iniciativas levadas a cabo trouxe as pessoas para a rua, conversaram e conviveram entre elas, coisa que nos nossos dias, é tremendamente difícil acontecer.

Cultivou-se assim o espírito de boa vizinhança, de união e até de solidariedade entre as pessoas de Frechas.

Já agora, talvez não saiba, mas deixe que lhe diga, olhe que a sua atitude controladora para com Frechas, contribuiu e de que maneira, para esse divisionismo entre as pessoas. Alguém o vem dizendo há alguns tempos, "Fez-se obra, contudo, jamais as pessoas estiveram tão divididas"

É o velho ditado "Dividir para reinar" E tudo porquê Sr. Presidente?

Em minha opinião a resposta é muito simples. Tal como o disse na anterior reunião, as suas relações com as Juntas de Freguesia são da mais completa perspectiva de subsídio-dependência, bem como de dependência hierárquica, se possível não que revelem grande iniciativa.

No caso concreto de Frechas, além dessa perspectiva, esteve permanentemente possuído por uma atitude de constante intriga e rasteiras sujas, aliás, a propósito deste tema, já no actual mandato o vem ensaiando.

Se dúvidas houver a este respeito, não tenho qualquer problema em citar um sem número de casos concretos.

De forma que Sr. Presidente, perante este cenário e fruto também da minha experiência de oito anos, a questão que lhe coloquei sobre as verbas para as Juntas de Freguesia, bem como as referências aos protocolos de delegação de competências, têm toda a razão de ser. Sei portanto, daquilo que estou a falar.

Aliás, quanto à permanente distribuição de subsídios, há inclusive quem questione a sua legalidade.

Além de que, muito provavelmente, será para evitar situações algo duvidosas, que no documento, "Medidas transversais a todas as unidades e sub-unidades orgânicas, do Plano de Prevenção e Riscos de Corrupção e Infracções Conexas do Município de Mirandela" aprovado em reunião do executivo de 21.12.2009, o ponto 8 diz assim: "Fiscalização dos investimentos efectuados pelas Juntas de Freguesia no âmbito de protocolos de delegação de competências por parte do Município".

Já agora Sr. Presidente, se por acaso não tivesse ganho as últimas eleições, não deixaria dívidas ao seu sucessor? Será que o Município tem créditos para cobrar, suficientes para saldar todas as dívidas contraídas?

Será que todas as dívidas do Município estão nesta data facturadas?

Meus Senhores, que ninguém pense que estou aqui para chatear, muito menos para prestar um serviço a quem quer que seja.

Sou Membro de pleno direito deste Órgão do Município, tenho toda a legitimidade para questionar aquilo que entenda dever questionar, sempre com um único objectivo, contribuir para que Mirandela e o seu Concelho, sejam terras com futuro.

Tal como o espírito da Revolução Republicana de 1910, estou aqui numa pura perspectiva de cidadania, bem como, pelo primado do interesse público. Assim termino dizendo: Viva a República.

Presidente da Assembleia Municipal:

Srs. Deputados, a Mesa não pretende, nem nunca o faz, interromper as intervenções dos Srs. Deputados mas o que é certo é que nós ultrapassámos muito aquilo que está previsto no Regimento que é uma hora do período da hora do dia. Como há mais inscrições, a Mesa vê-se obrigada a perguntar aos Srs. Deputados se autorizam que seja concedido mais uma hora. Então eu perguntava à Assembleia quem é que vota contra esse período de prolongamento? Quem se abstém? E, portanto, estamos autorizados.

Temos mais duas inscrições. Vamos dar a palavra ao Deputado Miguel Ângelo.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

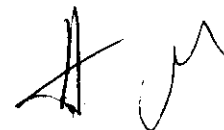
Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais. Apenas para comentar algumas questões que foram aqui levantadas.

Eu compreendo, Dr.ª Elina, o embaraço do PSD, manifestado também pelo Deputado Municipal Vasco Aníbal, em questões que se referem ao programa e ao projecto de desenvolvimento para Mirandela e para a região de Trás-os-Montes. Têm sido frequentes as exigências aqui feitas, como hoje foi apresentado e os desafios para que o Governo tome posição.

É particularmente neste momento da ordem de trabalhos numa assembleia municipal que se esperam haver intervenções de fundo sobre questões de natureza política e trazer aqui o tema da corrupção, eu penso que é perfeitamente legítimo, porque é um assunto que está na ordem do dia.

Seria importante, na minha óptica, sobretudo conseguirmos projectar ideias para o desenvolvimento de Mirandela e da região. Parece que não existem ideias mas uma exigência de que o Governo que não é da mesma cor política faça aquilo que parece ser uma incapacidade conseguida por um executivo que manifestamente está gasto e que manifestamente o demonstrou ao candidatar-se sem programa, sem querer com isso retirar a legitimidade de ter obtido o maior número de votos de sempre.

Algumas questões suscitam aqui a discussão desta assembleia e suscitariam até que pudessemos extravasar essa discussão para outros fóruns. Seria talvez interessante, Sr. Presidente, que fruto, ou na consequência de muitas das questões que aqui foram avançadas, pudesse haver um fórum de discussão na região, promovido por esta



Assembleia, que discutisse de facto que projecto de desenvolvimento queremos, o que é que queremos para a nossa região em termos de desenvolvimento económico, em termos culturais, que futuro queremos para aqueles que ainda vão sobrevivendo nas poucas escolas que o concelho e a região vão tendo.

Relativamente à questão da corrupção, eu tenho pena que com a mesma ênfase não tenha sido o tema levantado quando figuras públicas próximas do Governo do PSD, aliás próximos do actual Presidente da República, em que se viram envolvidos em questões muito delicadas, não tenha sido com a mesma ênfase levantada a questão.

Uma última questão que parece estar – espero que não tenha sido isso que justificou estar meia gaga, Dr.ª Elina – confundido na sua mente, que é relativamente à tomada de posição da Dr.ª Júlia Rodrigues aquando da recusa em assumir a posse como Directora Regional Adjunta da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

Tal questão ficou exclusivamente a dever-se ao facto de ter sido nomeado para Director Regional uma pessoa que naturalmente não estando a viver na região imprimiria uma deslocalização da sede da Direcção Regional onde precisamente um Governo do Partido Socialista a colocou, para uma zona mais próxima do litoral.

E penso que isto é uma questão que lhe é querida. Recordo aqui o que disse acerca da regionalização na assembleia de 21 de Dezembro. Se então ficava perplexo, como muita gente ficou nessa altura, hoje começo a ficar resignado com falsas questões e essa é de facto uma falsa questão porque a tomada de posse como directora do Centro de Emprego não tem nem em termos de importância política nem em termos de impacto relativamente à hierarquia do Estado a mesma importância e não tem naturalmente as mesmas razões, nem resulta das mesmas razões. A Direcção Regional de Agricultura e Pescas é do Norte, o Centro de Emprego é aqui da região e portanto estamos a falar de questões que não são absolutamente de todo comparáveis.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também. Tem a palavra a deputada Otilia.

Deputada Municipal Otilia Lima (PSD):

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Exm.º s Vereadores e Deputados Municipais.

O assunto que me traz aqui hoje é, enquanto na qualidade de cidadã de Mirandela, na qualidade de profissional, a exercer a minha profissão também em Mirandela e também num sentido pedagógico e de civismo, porquê?

Eu trabalho na Escola EB 2/3 de Mirandela e à medida que os anos passam tenho vindo a verificar ao longo do tempo cada vez menos civismo, quer da parte dos jovens, dos alunos em particular, quer da parte dos pais, encarregados de educação. E talvez seja aqui o local próprio para chamar a atenção das pessoas para este problema que de certo modo assola a nossa sociedade.

Poderá parecer à partida um pouco desproporcionado e descontextualizado falar neste assunto aqui, mas julgo que não porque, por um lado, o Sr. Presidente da Câmara tem elementos representantes quer no Conselho Municipal de Educação quer no Conselho Pedagógico da Escola e também poderá exercer uma determinada influência junto da Polícia de Segurança Pública.

Tem-se verificado que à medida que nos deslocamos para a Escola, logo no início do período lectivo, é extremamente difícil os profissionais daquela instituição estacionarem os seus automóveis, talvez e aqui faço um parênteses (talvez a localização da escola não tenha sítio a melhor), mas já lá vão 25 anos e, portanto, isso já não pode ser resolvido. Presumo também que na ocasião não haveria Plano Director Municipal e talvez não se tenham elencado todos os prós e os contras da sua localização.

De qualquer maneira verifica-se um atafalhar, passo a expressão, de carros e de pessoas e sobretudo o que mais me preocupa, pessoas de Mirandela, residentes em Mirandela, que são os pais, os encarregados de educação, que levam os filhos à escola. Nós dizemos muitas vezes, a título de desabafo, que não os metem dentro das salas que não podem, porque senão enfiavam-nos dentro das salas de aula.

O espaço é pequeno, é bastante exiguo, nós não temos onde estacionar. E o mais grave ainda é que as pessoas passam, o espaço é pequeno, dão toques nos carros já estacionados, outras vezes obrigam os professores a chegar atrasados às aulas e abandonam o local, partindo do princípio que ninguém viu e dá-se muitas vezes a situação, que não é rara, de o mesmo automóvel ter dois toques no mesmo mês sem saber quem foi.

O que me traz aqui é uma questão de civismo e apelava às instituições que poderão ter a sua influência, como já disse, quer no Conselho Pedagógico, quer no Conselho Municipal de Educação, quer junto da Polícia de Segurança Pública, para:

Primeiro – maior civismo da parte dos pais encarregados de educação e haverá muitos que estão aqui representados nesta Assembleia.

Por outro lado, talvez exigir mais policiamento e durante mais tempo. A Escola Segura não tem resolvido nem parte dos problemas.

Neste momento julgo que é importante usar de toda a influência junto das várias instituições, dos vários órgãos, para que nós como elementos da Assembleia, quer as instituições, quer os seus representantes chamem a atenção dos pais encarregados de educação que poderão eventualmente também exercer uma atitude pedagógica perante os seus filhos e deixá-los um bocadinho mais distantes do local de estacionamento para não atrapalhar quem estaciona e para não causar eventualmente os prejuízos que têm vindo a causar.

Volto a repetir: há carros que já é a segunda vez no mesmo mês que são acidentados e os pais ou quem quer que seja abandonam o local sem se identificarem. Muito obrigada.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigada Deputada Otilia Lima, passava a palavra ao Sr. Deputado Luís Sousa.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Em resposta a vários assuntos que foram aqui trazidos, em primeiro lugar começaria pela intervenção do companheiro Vasco relativamente aos apoios à agricultura.

De facto trouxe aqui um tema interessante que importava até aprofundar. Eu já em várias ocasiões no mandato anterior referi a necessidade de uma estratégia de valorização e sobretudo de escoamento de produtos biológicos que temos na nossa região e que no meu entender há acções que têm vindo a ser desenvolvidas pelo Executivo que são positivas, são de facto de promoção desses produtos, mas temos um mercado local que está a precisar de uma redefinição. A praça está a precisar de uma redefinição que a coloque num patamar diferente daquele a que tradicionalmente estávamos habituados.

É um espaço único central em que poderiam de facto ser valorizados e escoados estes produtos até através do uso da Internet, que é uma prática muito recorrente em países, nomeadamente posso-lhe dar o exemplo de Itália e mais concretamente da região da Toscana, que vive praticamente do agro-turismo de qualidade e da produção biológica. Representa uma fatia muito grande da economia dessa região, que é das mais saudáveis da economia italiana, como sabe e, portanto, este tipo de exemplos de produtores que já utilizam a Internet para escoamento dos seus produtos no mercado é uma estratégia a considerar tendo em conta que existe um projecto de implantação de banda larga que bem conhecemos e que foi já trazido a esta assembleia.

Gostaria também de agradecer o reparo e a rectificação que foi feita relativamente ao nome das serras na freguesia do Franco por parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Agradeço de facto essa rectificação, como compreende, o facto de a gente às vezes erroneamente se referir à Serra dos Passos é porque é um termo que é comumente utilizado na gíria aqui do nosso concelho e, portanto, é um excelente reparo que agradeço.

Agora quanto à questão de ter dito falar bem, eu acho que nós estamos aqui para falar bem, eu nunca faltei ao respeito a nenhum membro desta assembleia, Deputado ou Presidente de Junta. A única pergunta que eu coloquei foi em que estado estamos relativamente ao projecto do Parque Eólico.

O Sr. Deputado Baltazar trouxe aqui uma questão relativamente ao Hospital Privado, falou na eventualidade de haver ou não uma alteração de sócios.

Nós votámos uma proposta de parceria, aqui nesta Assembleia, que continha o tipo de valências que esse hospital ia ter, o capital em que participávamos e também uma lista de sócios que vinha anexa a essa proposta.

Se de facto isso alterou, eu penso que: ponto 1, deveria ser comunicado a esta Assembleia porque a deliberação foi tomada relativamente a um conjunto de documentos e de matérias que é perfeitamente normal que tenham alterado no tempo mas agradecemos essa comunicação à Assembleia e se for necessário uma reapreciação do processo.

Um questão mais pessoal, eu sinceramente não nutro grande simpatia para este tipo de intervenções e evito-as ao máximo, mas tenho que responder à Dr.ª Elina o seguinte:

Ponto 1 – Recordar aos Membros desta Assembleia que eu fui eleito na qualidade de Independente nas listas do CDS/PP e que esse estatuto me foi sempre respeitado por esse partido e como já referi várias vezes publicamente, eu não sou, nunca fui e ainda não tenciono vir a ser membro do CDS/PP. Ok?

Agora, o meu grupo tem confiança nas minhas competências. Quando o meu grupo ou a Direcção Concelhia desse partido pelo qual fui eleito decidir que não está à vontade em ter um independente a liderar o seu grupo nesta Assembleia, terão a oportunidade de me comunicar a decisão que tomarem. Esse ponto de vista não me parece a mim que seja do seu direito comentar o que é da nossa vida interna.

Também não tenho que justificar à Sr.ª Dr.ª as minhas preferências religiosas e outras, nem tenho que justificar à Sr.ª Deputada, nem tenho que justificar a esta Assembleia. Gostaria que a Sr.ª Deputada de uma vez por todas não comentasse o meu quadro de valores nesta Assembleia porque não tem o direito e além disso lhe dissesse o seguinte: eu nunca referi que a Sr.ª virou a casaca. E sabe porque é que nunca referi? Porque não há vira-casacas em política porque as pessoas são livres de tomar as suas posições, como eu sou livre enquanto independente de vir nas listas do CDS/PP, a Sr.ª Deputada é igualmente livre de ter tido um passado neste partido e ter considerado que numa determinada altura não estava bem, não se revia na direcção e foi mais bem acolhida no seu entendimento por outro partido e foi nas listas doutro partido. É um assunto que eu gostaria de colocar uma pedra em cima, são tipo de intervenções que não fazem falta nesta Assembleia.

Quanto à questão de silenciar os sinos do concelho, como disse, ouviu-me falar de silenciar os sinos? Antes pelo contrário, até quero que eles toquem. Aquilo que a Sr.ª Deputada ouviu foi que a Igreja deve respeitar os horários estipulados por lei. A Sr.ª Deputada é uma advogada e sabe que não pode defender publicamente uma aplicação discricionária da lei, independentemente de ser igreja, autarquia, associação, indivíduo privado, empresa ou o quer que seja. Eu não sou formado em direito e espantou-me a sua tomada de posição.

Por último, trouxe aqui um assunto que não me apetece estar a tratar com profundidade por uma simples razão: porque esse assunto não foi trazido a esta Assembleia nem fez parte de nenhuma agenda. Estamos a falar do plano de prevenção da corrupção que foi solicitado a este Município e que foi elaborado. O Executivo discutiu-o e votou-o e que enviou para o Tribunal de Contas para apreciação. Enfim, se entenderam que este órgão não tinha ou competência ou legitimidade suficiente para se pronunciar sobre esse relatório, enfim, se assim o entendeu eu não vou estar aqui a discutir uma coisa que o Executivo entendeu não trazer à Assembleia.

A nossa posição ficou bastante clara com a intervenção da nossa vereadora, consta das actas da Câmara, se quiser aconselho-o à leitura.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Mesmo "gaga" terei que vir aqui para defender a honra.

Isto para dizer ao Dr. Luís Sousa que naturalmente quando disse que o Sr. Deputado era do CDS/PP eu considerava, como considero, que ser do CDS/PP não é nada de ofensivo. Não há nessa minha frase qualquer intenção pejorativa, muito pelo contrário. Sabe que eu fui militante do CDS/PP durante muitos anos. Filiei-me, salvo o erro aos 14 ou 15 anos e, portanto, para mim não tem qualquer carga ofensiva. Desconhecia que o Sr. Deputado Municipal era independente, logo quando me referiu que era independente, corrigi dizendo que foi eleito nas listas do CDS/PP.

Registo, contudo, que o Sr. Deputado pelo tom que utilizou e pelo estilo, considerou ao dizer que o Sr. era do CDS o estava a ofender com gravidade e só assim é que entendo o ataque que fez à minha pessoa.

Dizer também que realmente mudei de partido e o Sr. devia saber porque é que eu mudei. E mudei sobretudo por isto (não tanto por ser vira-casacas) mas porque estava um pouco saturada do vira o disco e toca o mesmo.

Gostaria também, em relação ao Dr. Miguel Ângelo, de lhe dizer duas coisas, porque também falou no meu nome. Eu acho que se estão a aproveitar um bocadinho da minha debilidade hoje. Dizer-lhe que compreendo o que diz e que concordo, ou seja, deve haver fóruns, discussão de políticas de desenvolvimento, quer da região quer do concelho. Considero, contudo, que esta Assembleia não deve criar estes fóruns porque esta Assembleia é o fórum por excelência para se discutirem essas políticas de desenvolvimento para a região e para o concelho e tive muita pena que por exemplo o Dr. Miguel Ângelo não desse uma palavra sequer em relação a um instrumento tão importante com o é o PIDDAC e que não fizesse também aqui a apreciação séria e transparente da posição do grupo municipal do Partido Socialista em relação a esse instrumento.

Depois também para dizer, porque se falou nisso em relação ao Hospital Privado, que a Assembleia Municipal quando produziu aquela deliberação que permitiu ao Município integrar a sociedade anónima, aquilo que votamos, como é óbvio, é que a Câmara pudesse integrar a sociedade anónima. Exactamente por se tratar duma sociedade anónima, é isso que distingue a sociedade anónima de qualquer outra sociedade comercial, é que os sócios vão entrando e saindo sem que haja qualquer registo. É impossível alguém dizer a cada momento quem são os sócios duma sociedade anónima porque as acções são ao portador e vão sendo transmitidas. Nessa medida parece-me absurdo que alguém diga que cada vez que há a transmissão de acções, isso tem que vir à Assembleia Municipal.

De resto, os Srs. Deputados que julgo que votaram de forma consciente e livre, terão tido consciência que ao aceitarem que a Câmara integrasse uma sociedade anónima, corriam esse risco de não saberem a todo o momento quem eram os sócios. Estamos a falar de uma sociedade por quotas, não estamos a falar de outro instrumento. Nessa medida parece-me que há aqui alguma confusão.

Há um outro assunto que eu queria colocar à Mesa, sobretudo por saber que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal é médico, que tem a ver com algo que tem sido transmitido, quer ao Executivo, quer a algumas pessoas, que tem a ver com transformações no INEM.

Como sabem esta política que tem sido seguida de concentração de serviços na linguagem do Partido Socialista e de encerramento de serviços na linguagem mais social-democrata, tem dado uma importância vital ao INEM, porque as populações cada vez estão mais afastadas, dos Postos, dos Centros de Saúde e dos Hospitais.

Foi-nos referido que se previa legislação no sentido de que os enfermeiros que compõem actualmente a equipa do INEM fossem substituídos por técnicos de ambulância e emergência (TAE).

Tanto quanto sei, esses técnicos de ambulância e emergência, sem prejuízo de terem uma formação específica com o número de horas, a verdade é que não são enfermeiros, sendo que hoje o curso de enfermagem é uma licenciatura. Portanto, partindo do pressuposto que quanto mais formação se tem mais aptidão se tem para desenvolver uma determinada tarefa, esta substituição pode prejudicar gravemente o funcionamento do INEM, sobretudo aqui na nossa zona, porque muita vez legisla-se para o país onde o hospital está a cinco minutos e o estar lá um enfermeiro ou não estar na equipa do INEM não faz grande diferença.

Nós aqui estamos a falar muitas vezes de localidades que estão a mais de uma hora, a mais de duas horas dos hospitais. Nós sabemos quantos partos já têm sido feitos nas ambulâncias e, portanto, é uma preocupação que esta Assembleia Municipal deve ter.

E nesse sentido eu deixava aqui o desafio ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa, de tentar obter essa informação para que a Assembleia Municipal, confirmada que esteja esta versão dos factos também possa apresentar aqui uma moção de oposição a esse tipo de regulamento. Muito obrigada.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Sr.ª Deputada, mas não é preciso desafio, basta a recomendação ou o pedido.
Temos ainda mais uma inscrição que é o Deputado Rui Sá.

Deputado Municipal Rui Sá (PSD):

Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caras Senhoras, Caros Senhores, Comunicação Social, a todos muito bom-dia.

Esta intervenção vem um pouco para responder ao Sr. Deputado eleito pela bancada do CDS/PP, o Sr. Cunha que se referiu aqui aos transportes de uma forma geral, que é um problema de todas as freguesias, mas muito em particular Vale de Gouvinhas e bem, e digo que o fez muito bem, é nossa preocupação. Eu nesta Assembleia no mandato anterior, o Sr. não estava, já fiz questão de o aqui defender e é efectivamente uma preocupação. Já fiz várias deslocações a Chaves à Empresa de Camionagem da Tâmega, pedindo inclusivamente que passasse pelo centro de Vale de Gouvinhas e também de Vale de Salgueiro e que é uma preocupação nossa a população envelhecida.

Dizer-lhe que está nos nossos planos - não quer dizer que venha a ser concretizado, porque os recursos são escassos como todos sabemos - de adquirir através da Junta de Freguesia uma carrinha de nove lugares e que possa fazer face a estas lacunas, pois como sabe os transportes são de empresas particulares e quando deixam de ter viabilidade ou deixam de tirar rendimento vão terminando e a Câmara não chegará a todos ainda que o apelo seja muito bem feito. Mas quero também dizer-lhe que fiquei satisfeito porque me tratou por Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas e é assim que eu devo ser tratado nesta Assembleia.

Contrariamente, na última Assembleia, um Deputado doutra bancada, fez questão de se referir à minha pessoa como deputado da 4.ª fila. A esse Sr. eu posso e digo-lhe daqui, olhos nos olhos, que efectivamente enquanto estudante nunca estive nas primeiras filas mas também nunca estive nas últimas.

Quando se refere à minha pessoa como estando na 4.ª fila com efeito pejorativo, devo dizer-lhe que estava no sítio certo e estou na minha sala, não estou na mesma sala que o Senhor, isso é importante que fique aqui esclarecido.

Relativamente ao Sr. Deputado, antigo Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, quero também dizer-lhe e vou-lhe responder como Presidente duma Junta de Freguesia, que o Sr. foi um felizardo.

Foi um felizardo porque utilizou trabalhadores do Município para durante alguns anos resolver os problemas da sua freguesia. A minha freguesia nunca os teve e outros tantos Presidentes de Junta nunca os tiveram.

Na minha freguesia tivemos uma vez um trabalhador para serviços de limpeza através do Centro de Emprego e Formação Profissional e o Sr. teve três e utilizou sempre muitos recursos da Câmara Municipal para fazer face às suas necessidades e com isso tudo o Sr. ainda chega ao fim do seu mandato deixa aos seus sucessores a junta empenhada.

Sr. Deputado, a Junta de Freguesia ou o Presidente da Junta de Freguesia é escolhido pela população por ser uma pessoa coerente, idónea, uma pessoa com o perfil de gestão, quase como exemplar e como tal tem a obrigação de gerir os recursos da Junta de Freguesia de acordo com os recursos que entram na sua Junta de Freguesia e o Sr. não o fez, não o desempenhou como muitos outros o desempenharam e como tal não lhe assiste o direito de se queixar.

Presidente da Assembleia Municipal:

Tem a palavra o Deputado Municipal Carlos Fraga.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Não era propósito intervir neste período da ordem do dia mas dado o alargamento e o leque de intervenções, também me senti motivado para intervir. Falou-se aqui e bem, em meu entender das comemorações do centenário da implantação da República. Pela minha parte não vou dizer grande coisa, até porque o Executivo da Câmara Municipal de Mirandela, nomeadamente na pessoa do Sr. Presidente, Dr. José Silvano e também mais recentemente da Sr.ª Dr.ª Gentil Vaz, Vereadora do Pelouro da Cultura, sabem que eu também já fiz aquilo que da minha parte entendia por bem fazer e deixei à consideração superior. Por isso o Executivo decidirá aquilo que melhor vier a entender para assinalar este centenário da República. É minha opinião.

Queria aqui deixar uma sugestão também através da Mesa e colocada naturalmente ao Executivo, que se prende com algo que eu presenciei há dias in loco, na Rua do Emigrante. Tendo subido pelo chamado Bairro Operário e deslocando-me para o Largo Eng.º Barreto de Chaves. A Rua do Emigrante tem trânsito em dois sentidos. No fundo da rua ia-se dando um acidente grave mas não se deu o acidente. O que acontece é que aquela rua ao ter trânsito nos dois sentidos, acontece que nesse terminus da rua, próximo da rotunda Eng.º Barreto de Chaves, há ali uma residência que tapa a visibilidade da curva daquela rua e o que acontece é que devido ao trânsito em dois sentidos qualquer dia há ali uma tragédia.

Depois queria aqui transmitir ao Sr. Presidente da Mesa ou à Mesa o seguinte: que a minha senha de Presença da corrente sessão revertesse directamente para a Câmara Municipal do Funchal.

Quanto à intervenção do Deputado Independente eleito nas listas do CDS/PP, Luís Sousa, eu também tenho que confessar que as fragas não são mudas, têm que falar quando é preciso. Fiquei um bocado perplexo, sem perceber muito bem o incómodo que o Sr. Deputado aqui nos transmitiu pelo toque matutino dos sinos das igrejas da cidade. É natural que quando há eucaristias pela manhã, e isso acontece com bastante regularidade na cidade, que o toque dos sinos se faça ouvir pela manhã, chamando os fiéis. Aos que residimos nesta cidade, isso não nos incomoda, antes pelo contrário parece que até já estamos habituados, sendo o contrário não os ouvir.

Eu gostaria de saber se o Sr. Deputado Luís Sousa, se no local onde ele reside se não há outros ruídos que o perturbem mais durante a noite. É lei e a lei dita isto. Há coisas mais importantes que estão consignadas na lei e também ninguém as leva à risca. Eu recorro por exemplo o caso das aldeias. Quando há um incêndio de noite ou uma catástrofe, as pessoas, para chamarem a comunidade, o primeiro impulso que têm é ir tocar ao sino. Chama-se a isso o "rebate aos sinos".

Ó Sr. Deputado, portanto, não estou a ver, nem entendo este seu incómodo tão grande que hoje na pacatez desta cidade o Sr. disse ter sentido esta manhã. Não entendo esta sua opinião e fico perplexo.

Também o facto de ter dado aqui como um dado adquirido o dito (eu não lhe chamo isso) novo casamento. Que eu saiba Sr. Deputado Luís Sousa o processo não está encerrado, (espero bem que ele não esteja encerrado). Há mais alguém que terá que se pronunciar e mesmo que esta posição venha a vingar, que não é uma deliberação que já esteja consignada na Lei da República Portuguesa, penso que seria totalmente descabido usar o Salão Nobre da Câmara Municipal da nossa cidade, para esse efeito. De facto a Dr.ª Elina Fraga referiu qual seria o lugar oportuno se isso vier a acontecer. Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também. Lembrava aos Srs. Deputados que nós estamos num período de antes da ordem do dia. O Regimento impõe critérios de tempo. Vou dar-lhe a palavra Sr. Deputado Miguel Ângelo, em tempo próprio.

Temos uma inscrição do Deputado Jorge Pereira, é a terceira vez, excedeu em muito, os Srs. Deputados sabem bem as regras do jogo. Sr. Deputado Fraga, deixe-me dizer-lhe que a Mesa regista a sua intenção generosa de desviar o valor que lhe corresponde pela senha de presença mas o Sr. Deputado tem uma opção de reserva ou de discricção, uma vez que na folha tem uma observação e pode fazer esse pedido aos Serviços do Município para que o valor que lhe corresponde seja endereçado a quem quiser e entender.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pereira, pedindo-lhe o favor de respeitar o que eu acabei de dizer.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Sr. Presidente, muito rápido, até falo mesmo daqui.

Sobre a intervenção do Presidente da Junta e meu amigo Rui Sá de Vale de Gouvinhas, – na intervenção dele faz os comentários que entende - dizer-lhe só que provavelmente não estaria na sala, não ouviu a minha intervenção, porque eu penso que disse o oposto daquilo que ele comentou. É só.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

É também para um esclarecimento breve àquilo que o membro desta Assembleia Rui Sá aqui disse.

De facto, aqui, quem na última Assembleia se referiu ao Rui Sá como membro desta Assembleia da 4.ª fila da bancada do PSD, fui eu e fi-lo na altura olhando para si. Não o fiz com sentido depreciativo. Basta ler o que está escrito na acta em que digo que "membro da bancada do Partido Social-Democrata que vem da 4ª fila, digno Presidente de Junta de Freguesia. Não o disse com carácter depreciativo, porque se ler a acta o que eu explorei nesta intervenção foi exactamente a contradição da bancada do PSD que apresentou um cenário catastrófico, quando o Sr. membro desta Assembleia aqui apresentou um cenário completamente diferente.

A mim pareceu-me estranho e daí manifestei na altura a minha perplexidade, como é que duma mesma bancada surgem duas vozes. Pareceu-me na altura, como eu disse, que havia aqui duas linhas no PSD: uma que desenha um cenário catastrófico para a região e outra mais esperançosa, talvez por estar mais perto das populações, que apresentava um cenário bem diferente.

Portanto, não teve carácter pejorativo. Foi apenas para caracterizar que talvez a liderança da bancada não esteja em consonância com todos os membros dessa mesma bancada. Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente da Câmara Municipal:

Bom-dia Sr. Presidente da Assembleia. Eu não vou demorar 2 horas e 10 minutos antes da ordem do dia para responder a todas as perguntas. Se calhar era o que devia fazer, e com a complacência desta Assembleia, para que nada ficasse por responder mas vou tentar ser o mais objectivo possível para responder a todas as questões:

Questão das Comemorações do Centenário da República:

Queria dizer ao Luís Sousa, que foi o primeiro a colocar a questão, que a Câmara Municipal de Mirandela tem programadas várias actividades a desenvolver sobre essa temática no dia 25 de Maio, dia da Cidade, em parceria com uma Associação Cívica e com o Museu do Douro. O objectivo, entre outros, é o de homenagear figuras e personalidades do concelho de Mirandela ligadas à implantação da República. Vai ser produzida e publicada uma monografia de duas delas, mobilizando as escolas para participar na vivência do tema e na produção desta exposição sobre implantação da República. No 25 de Maio, a partir das 14h30, haverá uma arruada com banda e fanfarra até junto à Ponte Velha, junto aos Nichos, onde será colocada uma placa alusiva a um a batalha que houve em Mirandela, assunto já referido pelo deputado Carlos Fraga. A partir das 15h será inaugurada uma exposição sobre os republicanos ilustres do concelho e realizada uma conferência sobre o tema "República e Republicanos ilustres do concelho", também aberta à população em Mirandela. De manhã é o dia da cidade e à tarde serão desenvolvidas essas actividades alusivas ao Centenário da República.

Sinos das igrejas:

Em relação aos sinos, não sabia, mesmo sendo jurista, que a legislação era imperativa no toque dos sinos mas, tenho que perguntar ao meu assessor jurídico porque não sei. Contudo, peço autorização ao deputado Luís Sousa, com um intuito pedagógico, para enviar cópia da sua intervenção a todos os párocos da freguesia para que tivessem conhecimento desta situação e do deputado que a apresentou. Se tiver essa autorização, fá-lo-ei para eles terem cautela com essas situações.

Casamentos civis no Salão Nobre:

Em relação à questão do Salão Nobre, eu quero dizer-lhe, deputado Luís Sousa, que dessa competência não abdo. A gestão das instalações da Câmara Municipal é uma responsabilidade exclusiva do Presidente da Câmara e não da Câmara nem da Assembleia e sobre esse assunto não me fico nas meias palavras. Aprecio a sua frontalidade e também lhe digo que para casamentos civis, e nomeadamente para casamentos gay, não autorizarei a utilização do Salão Nobre. Assumo isso perfeitamente. Tenho outras acções para fazer no salão que poderão ser mais úteis do que essa situação.

Acidente da Linha do Tua:

Em relação a esse acidente da Linha do Tua, posso dizer-lhe que existem relatórios administrativos por parte da CP, da Refer e do Metro de Mirandela que analisaram os diversos acidentes e que têm as suas conclusões. Decorre ainda o processo no Ministério Público respectivo, quer da Carrazeda quer noutras instâncias. Estão ainda a decorrer diligências necessárias para apurar essas responsabilidades.

Os inquéritos administrativos concluíram que o primeiro acidente se deveu a causas naturais da queda de pedras naquele local. Em relação ao último, os relatórios concluíram que a linha não era adequada para aquele tipo de movimento e também para aquele tipo de carruagem. Foi tomada uma decisão pelo Ministério das Obras Públicas que diz que nunca mais reabre a linha sem as obras necessárias para a consolidação e manutenção, que ficaram pelo Sr. Ministro prometidas para os 90 dias seguintes (já vamos num ano e não sei quantos dias, nem quero falar nos dias) e ainda nem sequer começaram obras de consolidação da linha.

Como não começaram, nós não reabrimos o metro do Cachão até ao Tua sem essas obras porque ninguém quer o Metro inseguro. Eu quero o Metro mas quero-o seguro para as populações.

O transporte está a ser feito - porque perguntou nessa sequência - através de dois carros de aluguer, entre a estação de Mirandela e o Tua. O Metro só funciona de Carvalhais ao Cachão e vice-versa.

Barragem de Foz Tua:

Em relação à barragem, senhor deputado Luís Sousa, eu tenho que ser claro consigo e com os Mirandelenses. Enquanto eu for contra a barragem, como sempre fui como princípio geral, não negociarei nada com a EDP. Tenho sido aliciado e já me convidaram para fazer essas negociações. Até já sabe que estive com uma pessoa que também o

conhece e que até tinha falado consigo, o Sr. Presidente da Fundação da EDP, que me chamou a Lisboa com o Sr. Presidente da EDP, não vale a pena esconder nada. Fui o único Presidente que o Sr. Presidente da EDP quis receber porque sou o único que contesta a construção da barragem. Ao longo do tempo já percebi que a contestação gera espaço de diálogo e se calhar até vai gerar outras situações que outros não tiveram. Até ao momento é assim.

Enquanto o Governo não decidir se fecha ou não fecha a linha, se faz ou não faz a barragem, a Câmara de Mirandela não negocia com ninguém contrapartidas sobre um acto em que é contra, isso com toda a clareza.

Parque Eólico da Serra de Santa Combinha:

Em relação ao Parque Eólico da Serra de Santa Combinha no Franco, devo dizer-lhe que houve uma empresa que ganhou o concurso, o que está publicado na Internet e no Diário da República, e que tem dois anos para começar o investimento com as contrapartidas que são públicas, o que também está publicado na Internet. A partir de aí vamos saber se de facto o investimento se faz, que fases tem, que prazo tem, porque até hoje não sabemos. Como sabe também, este concurso é a nível nacional e as contrapartidas e a regulamentação é feita pela Direcção-Geral de Energia. Nós somos apanhados apenas nas contrapartidas regionais.

Realização de feiras:

É bom não esquecer que aderimos à Região de Turismo do Norte. Eles têm competência para decidir onde devemos estar representados porque a perspectiva é agora mais regional que local.

Quanto à atracção de investimento e às políticas de educação, eu não vou estar aqui uma hora a explicar essa situação porque acho que exige um conhecimento e um tempo mais alargado, mas há duas coisas resumidas que eu lhe posso dar. Numa altura de crise a Câmara tomou algumas medidas que são fáceis de detectar.

Em primeiro lugar o investimento público. Se reparar há investimento público e privado a decorrer em Mirandela, em valor muito significativo em termos de milhões de euros. Apreciem ou não apreciem, existe na realidade esse investimento a decorrer.

Ao mesmo tempo que esse investimento decorre e cria postos de trabalho e gera riqueza, existe também por parte da Câmara Municipal a preocupação de facultar aos municípios incentivos específicos, como aconteceu com o IRS, o IMT e o IMI. Temos também um Regulamento de Apoios Económicos que todos podem consultar e conhecer e que traduzem a preocupação do Município para com os mais necessitados, elegendo o combate à pobreza e à exclusão social como um dos grandes objectivos estratégicos.

Política de combate ao desemprego:

Quanto à política de combate ao desemprego, referiu o senhor deputado Luís Sousa duas situações chocantes. Eu acredito que seja chocante para quem não está dentro destes assuntos e não saiba para que foram abertas essas 30 vagas. O Ministério da Educação até hoje ainda não tem um corpo próprio em cada ano lectivo para levar a cabo as actividades de enriquecimento curricular e as tarefas nas respectivas escolas. E por isso ainda entrega à Câmara Municipal a responsabilidade de contratar por avença durante determinado período anual que acaba no final do ano e recomeça no ano seguinte, essas vagas necessárias a essa situação que depois no ano seguinte se repetem até o Ministério ter uma política articulada sobre esta matéria.

Essas vagas coincidiram antes das eleições mas eu não tenho culpa que o ano lectivo comece nesses meses e que as eleições estivessem marcadas para Outubro desse mesmo ano. Isso são coincidências que eu não posso de maneira nenhuma evitar porque nem sou eu que marco o ano lectivo nem sou eu que marco as eleições.

Quanto à 2.ª questão do Chefe de Divisão, eu só tenho que lhe responder uma coisa, assumindo os efeitos disso. Compete à Câmara Municipal e ao Executivo em maioria a gestão e a nomeação dos recursos humanos. Fez essa nomeação e é responsável por isso. Os Mirandelenses quando quiserem que julguem essa decisão.

Empresa Resíduos do Nordeste:

Em relação à questão também posta pelo Deputado Fernando Pilão, dizer-lhe que a Empresa de Resíduos do Nordeste é constituída pelas 13 Câmaras Municipais mas é uma sociedade anónima, assim como o Matadouro do Cachão que está incluído na AIN. Até 30 de Março serão, segundo a nova legislação, apresentados os respectivos relatórios de contas de gestão e devem lá vir de certeza as dívidas e os activos das respectivas empresas e na conta que há-de chegar aos membros da Assembleia Municipal em Abril, de Conta de Gerência, terão oportunidade de ver nessa altura as situações que vêm, quer numa empresa quer na outra. Porquê? Porque eu acho, ao contrário do que se diz aqui - já vamos lá chegar - quando esta assembleia decide com a Câmara pertencer em percentagem a determinada sociedade anónima, só tem que fiscalizar uma coisa: é se a percentagem nessa sociedade anónima está ou não está a ser cumprida. O resto pertence à direcção dessas sociedades que anualmente elabora o relatório de gestão. Nessa altura, os membros da Câmara Municipal que façam os reparos que entenderem, mas que respeitem uma coisa: é que não queiram mais do que aquilo que decidiram, quando se pertence a uma sociedade anónima com 10%, com 20% ou com outra percentagem qualquer.

Acho que não é preciso ser empresário, basta ser político para perceber isto. Se os políticos percebem isto, imagino que os empresários devem perceber muito melhor esta matéria do que eu para colocar estas questões.

Matadouro do Cachão:

Quanto ao Matadouro do Cachão, dizer-lhe que eu não sei neste momento e nem lhe posso dizer se há alguma política de encerramento do Matadouro do Cachão. O que eu lhe digo é que as Câmaras Municipais de Mirandela e de Vila Flor estão a fazer um esforço enorme porque a PEC encerrou o Matadouro e as Câmaras ficaram com ele. Através da AIN investiram lá dinheiro, compraram-no e estão a tentar manter os postos de trabalho.

Na Assembleia-geral em 16 de Março, o Sr. Administrador transmitir-nos-á o ponto da situação dessa empresa e eu depois no Relatório de Contas de Gestão estarei mais habilitado para lhes prestar a esse tipo de esclarecimentos.

Progressão na carreira:

Sobre a progressão na carreira que aqui colocou, Deputado Fernando Pilão, quero garantir-lhe que ainda não decidimos a questão em termos definitivos mas que queremos acima de tudo fazer justiça àqueles que não subiram durante tantos anos devido a novas modificações. A questão não está resolvida nem estará nos próximos tempos. Existem negociações com o sindicato que os representa na Câmara e ainda não está resolvido.

Tenho que lhe dizer com total frontalidade que não é altura para aumentar salários. Não é altura para isso, é altura de crise e em 2.º lugar também não acho adequado, nem os recursos permitem nesta altura essa situação.

Intervenção do Deputado Faustino do CDS/PP:

Devo dizer-lhe que fico contente por saber que lê as agendas todas calmamente, chega-lhe ao conhecimento, reflecte sobre elas, é profundo nas análises que faz sobre a agenda. Era uma das missões dela e penso que está a ser cumprida na sua totalidade. Ainda para lhe dizer que a parte que mais o sensibiliza é a minha introdução, é de facto uma peça política que está na agenda em termos do Presidente da Câmara. Também fico contente com isso porque quando as coisas não estão certas têm que se compor. Só que aqui há uma coisa, a palavra conforme está e a frase está completamente certa, porque se for lá ver bem, em duas das questões lá apontadas em termos de incentivos, numa houve uma abstenção, noutra houve um voto contra. E eu, como quando escrevo, sou eu responsável pela escrita, não é a Câmara nem é a Assembleia, uso a palavra que considero adequada, não podia pôr unanimidade na sua totalidade quando houve questões que só foram aprovadas por maioria. Portanto também podia ser essa, a Assembleia esteve de acordo na sua maioria e eu entendi que devia pôr a maioria para não ferir aqueles que votaram contra. Assumo isso e acho que isso é uma questão correcta sobre essa matéria, independentemente de poder ter sido outra forma.

Em relação à verba no orçamento e que não vê lá os tais incentivos sociais que eu descrevo, eu não consigo perceber essa análise. Se perceber há uma verba em educação que são 2,1 milhões de euros, – soma o orçamento, sabe melhor do que eu, que é economista – parte desse orçamento é para pagar as tais refeições a que se refere, às famílias necessitadas das aldeias e da cidade onde ele se justifique e para pagar o apoio aos livros e a outras situações que estão no Regulamento de Auxílios Económicos que está no âmbito da matéria “Educação”. Só o outro subsídio que existe em termos de apoios sociais e que referiu é que é para questões pontuais daquelas famílias que têm o cartão social e que do cartão social gastam em medicamentos, que é a parte que paga o cartão social e só é medicamentos, às farmácias do Concelho de Mirandela.

A construção de habitações ou a reformulação de habitações foi feita nos últimos anos com a atribuição de determinado número de casos de recuperação de habitações, pelo Centro Regional de Segurança Social, no total de 25, no ano de 2008 e 2009, isto para lhe explicar onde é que está o dinheiro, ou onde é que pode eventualmente ser consultada essa situação.

Quanto à questão da mobilidade eu queria dizer-lhe uma coisa: eu acho que devem convidar o IMTT e o Ministro das Obras Públicas e Transportes para cá estar, porque para perceber o que se passa na mobilidade e nas carreiras, vou-lhe dizer uma coisa que se calhar lhe passa despercebido. É assim: quem atribui as licenças aos transportes públicos para fazerem o transporte entre as aldeias e a cidade ou entre as aldeias e a sede do concelho é o IMTT, através do Ministério dos Transportes, isto é empresas rodoviárias que têm concessões autorizadas por lei para os respectivos circuitos. E pior do que isso é que a maioria das empresas rodoviárias que existem não quer essas concessões porque não tem gente suficiente para que economicamente viabilize o respectivo percurso. Esta é a questão fundamental.

É que se ainda há algumas aldeias que têm esse transporte público, devem-no aos transportes escolares, às vezes feitos pelas mesmas empresas lhe permitam ter solvabilidade económica para o fazer. Aqueles que não têm, já nem sequer têm esse transporte público, porque o Ministério e as empresas rejeitam ter essa concessão porque não lhes é economicamente viável fazer esse transporte, isto a primeira questão. Acho que se deve fazer esse colóquio convoque estes agentes para resolver.

A segunda questão, tem razão, se não existem transportes públicos legais, a Câmara podia fazê-los, mas é preciso também discutir quais os custos desses transportes em 102 aldeias. Quem é que os pode pagar se a CMM gasta por ano nos transportes escolares um milhão e oitocentos mil euros. Estas questões devem ser debatidas com toda a clareza. A população deve ter tudo, mas deve ter tudo de acordo e saber o que custa cada valor. Quando quiser fazer esse debate, à vontade, se não for com a Assembleia, eu Presidente da Câmara disponibilizo-me a isso. Mas convide aquelas entidades que eu referi para podermos discutir esta questão em profundidade.

Reforma do Presidente da CMM:

Em relação ao deputado Baltazar Aguiar, devo dizer-lhe que pensei que o deixava contente por eu dizer que era o meu inimigo de estimação. Quando se tem estimação não se quer mal a ninguém, penso eu. Acho que até é uma atitude carinhosa para com uma pessoa que é adversária política porque eu não digo a todos que são de estimação. Digo apenas àqueles por quem tenho mais estimação porque eles próprios me estimulam mais a dar respostas, puxam mais por mim. Até lhe agradeço essa postura em termos de Assembleia Municipal, por isso é que digo que é um adversário de estimação, mas é nesse pressuposto.

Não é pelas questões que levantou nesta matéria que eu tenho algum problema em responder-lhe.

Eu só poderia sair de Mirandela se tivesse outro sítio para onde ir. Que eu saiba, este Governo não está para cair e que irá durar quatro anos. Que eu saiba, vai haver Assembleia da República durante 4 anos e vamos todos conviver aqui durante 4 anos.

Em segundo lugar dizer-lhe outra coisa que também é importante, porque na questão que pôs, o raciocínio é ao contrário. O seu raciocínio não está correcto porque com a reforma ficarei a ganhar 2.213,00 Euros e actualmente ganho, incluindo despesas de representação, 3.347,00 Euros. Para mudar, teria de ser para melhor em termos financeiros.

Eu pedi a reforma propositadamente, por causa de uma Lei que existe criada por este Governo do Partido Socialista há quatro ou cinco anos que diz o seguinte: “*Não contam mais os mandatos autárquicos a partir daquela altura para a reforma*”.

Eu pergunto, uma pessoa pode ser bom mas burro também não. E se durante xis tempo se desempenhou o cargo de Presidente da Câmara que podia contar para determinado valor, mesmo ficando prejudicado com o pedido de reforma antecipada, eu fi-lo no estrito cumprimento da Lei, por um lado, da legislação por outro, mesmo perdendo 1.200,00 Euros por mês do que se me reformasse mais tarde, na altura certa, que a reforma é desta altura e não é doutra. Só que isto não implica deixar nada. Isto só implica que as pessoas em vez de ter o estatuto de funcionário do Centro de Emprego ou do Instituto de Emprego passei a ter o estatuto de aposentado porque os cargos políticos ninguém mos pode impedir de exercer e os cargos privados também não.

A questão que está aqui não existe para o exercício do cargo, existirá quando eu deixar a Câmara, se a deixasse antes do final do mandato. Ai podiam responsabilizar-me e eu teria que assumir as consequências desse acto porque eu o que prometi aos Mirandelenses é que cumpriria o mandato de Presidente da Câmara até ao fim.

Agora que eu aproveite as circunstâncias que existem mesmo ficando prejudicado para obter a reforma do estatuto que tinha, penso e digo-vos com toda a frontalidade (respeitando quem pense o contrário): fiz aquilo que devia. Se não o fizesse chamar-me-iam todos burro, podem ter a certeza absoluta.

Mas vamos a outra questão. Eu não fiz o que fizeram alguns autarcas socialistas (não digo o nome porque são meus colegas) que se reformaram há seis anos e que acumulavam nessa altura e acumulam hoje o vencimento com o vencimento da Câmara. Hoje o que diz a reforma dos eleitos é que não há acumulação de nenhum vencimento, a não ser o de que se exerce. Se for na privada cada um faz o que quiser e acumula com o respectivo vencimento, descontando para a Segurança Social e depois terá as respectivas percentagens.

Pelo menos não estou na situação de cinco colegas meus deste Distrito que recebem dois vencimentos para estar na respectiva Câmara, disse vos posso dizer com toda a frontalidade. Essa parte, eu não tenho.

Porque é que eu não o disse? Eu não precisei de o dizer porque saiu no Diário da República e nos jornais todos do País, nem foi só do concelho. Toda a gente acabou por saber essa situação da reforma do Presidente da Câmara de Mirandela, o que é importante também porque ficaram a saber que a partir dessa altura ele estava reformado e que não tinha um ordenado de onze ou doze mil euros como numa Empresa Pública do Estado. Pelo menos essa parte conseguiram perceber, que os Presidentes de Câmara – apesar do trabalho – ganham menos do que alguns boys nomeados para as empresas públicas do Estado, esta é uma parte importante que se passa nestas matérias.

Hospital Privado de Mirandela:

Em relação à questão que me põe e que é uma questão pertinente sobre os negócios da saúde, devo dizer-lhe que posso ter jeito para a política mas nunca para negócios, nem da saúde nem doutros, embora gostasse de ter. Também acho que outros têm jeito para os negócios e têm menos jeito para a política, mas isso não está em causa.

O que está em causa é que nesses negócios da saúde, às duas questões concretas que colocou a que eu respondo com toda a clareza. O que esta Assembleia decidiu numa determinada altura foi pertencer a uma sociedade anónima, que era o HTQ, que na altura tinha determinados sócios, com 10% do capital.

Essa sociedade anónima durante o ano de gestão que teve que termina agora em Março para apresentar contas pode ter os sócios que entender, conforme as circunstâncias, por isso é que é anónima. Alguns deles nem se sabe quem são os sócios, até se joga porque os títulos são ao portador e podem ser passados em qualquer altura.

Nesta altura, os sócios do HTQ vão vir todos publicados no tal Relatório de Contas que vamos juntar agora ao próximo Relatório de Contas da Câmara, aliás já foi aprovado esse Relatório de Contas, virá lá quem são os sócios, podem mudar passados dois ou três meses.

O que eu quero é que seja capaz de ao mudar continuar a ter sócios para levar à frente a construção e o futuro funcionamento do HTQ. É esta a preocupação da Câmara Municipal, com 10% nessa situação, como penso que será da Santa Casa da Misericórdia com 10%. Nas sociedades anónimas nós decidimos 10% e esses 10% vão lá estar. Quando apresentarmos o Relatório de Contas em Abril, uns podem não gostar dos sócios, já podem não estar lá outros, outros já podem ter mudado. Eu até posso trazer à Câmara antes vender os meus 10% a outra empresa qualquer, é isto que é uma sociedade anónima até qualquer altura. Agora o que eu acho é que o discurso do Hospital começa a ter mudanças, parece a paisagem do Douro, começa a ter socalcos.

Há uns tempos atrás, antes das eleições, principalmente, não se fazia Hospital Terra Quente, isto era tudo treta, ninguém ia investir este dinheiro em Mirandela, isto era para enganar, para que as pessoas pudessem votar.

Entretanto a obra começa e começa-se a dizer...mas não é para o fim para que se pensa que deve ser, o Hospital não vai ter as valências que vocês acham aí, porque vai ser algum supermercado de saúde.

Eu tenho a certeza absoluta que no final, apesar de o hospital estar concluído e a funcionar, ainda vão alguns dizer que afinal os objectivos deviam ser outros e não aqueles.

Mas o que é importante é dizer-vos uma coisa: o hospital vai ficar concluído e vai funcionar de acordo com o que for possível economicamente fazer e vai contribuir para duas coisas: para a melhoria da qualidade da saúde no concelho e para ter mais postos de trabalho no concelho. Disso podem ter a certeza absoluta.

E é isto que eu também quero fazer o discurso de acompanhamento porque há empresários que apesar das dificuldades, da época de crise, do negócio poder ser no interior pouco rentável, ainda investem nessa matéria e alguns dos quais até são locais e dão o exemplo e a cara nessa situação e eu quero louvar este facto, em termos públicos.

Quanto à designação de maternidade, eu agora percebi que há duas versões.

A mim já me ensinaram agora nesta nova versão, que já não há maternidades, só há unidades da mulher e da criança, por isso passamos a chamar-lhe “Unidade da Mulher e da Criança” e com um sentido ainda mais abrangente. É que de facto já não se chamam maternidades, mesmo as públicas vão passar a chamar-se “Unidades da Mulher e da Criança”, porque além da maternidade poderão ter outros serviços destinados à mulher e à criança, que uma maternidade não comporta. Esta foi a informação que me deram, a que eu vos passo aqui e que se passará a chamar.

Posso dizer neste momento é que o hospital está a ser construído para que num dos pisos fique com todo o equipamento, com toda a construção, com todas as condições exigidas para o funcionamento de uma maternidade. O seu funcionamento final só se saberá no final, tanto desta como de outras especialidades.

Agora, acho que ninguém investe dinheiro na construção, em determinadas situações, para depois não funcionar. Pode vir a não funcionar, até os públicos acabam em determinadas alturas. Se não houver bebês não pode haver maternidade mas espero que não cheguemos a isto. Agora com as novas modalidades pode ser perigoso, que pode não haver bebês suficientes.

Clinica Privada de Hemodiálise:

Em relação à Clínica de Hemodiálise, talvez o Eng.º Baltazar não saiba mas ele foi e é um investimento privado mas tem subjacente um protocolo com a CMM que cedeu o terreno a preços de zona industrial e não a preços de mercado, como aconteceu com o HTQ. Além disso, a empresa compromete-se a construir para os doentes hemodializados alguns bangalows no Parque de Campismo. Seis deles serão construídos até 31 de Dezembro, altura em que já estará a funcionar a Clínica.

Não esquecer que, não obstante o apoio da CMM, estamos a falar de um investimento privado com inegável interesse público que vai servir doentes de Mirandela mas também de outras regiões do país. Eu não me importo de assumir isso nesta vertente e com esta dimensão que acabo por vos dizer da clínica de hemodiálise.

Questões da freguesia de Frechas:

Ao Deputado Jorge Pereira, queria dizer-lhe que não percebo porque precisa duma reunião passado três meses da outra para se preparar para responder. Eu fiz a crítica na outra reunião, devia ter aqui a resposta na última reunião.

Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa: é que a mim ainda me dá impressão que não absorveu muito bem a derrota da Junta de Frechas, é que agora já não é o Sr. o Presidente, é outra pessoa.

Legitimidade para levantar as questões, tem, mas agora o Presidente da Junta já não é o Jorge Pereira, chama-se Maria da Piedade Trigo e acho que as pessoas também têm que por tempos ir engolindo estas questões. Ainda por cima com tantas saudades do trabalho lá efectuado custa mais a passar o tempo.

Eu ponho uma questão:

Fez aí uma acusação a dizer que alguns dos ofícios ficariam na gaveta do Presidente ou na Gaveta do Sr. Vereador das Obras. Uma coisa lhe asseguro: nós podemos perder ou atrasar alguns papéis mas nunca lá ficamos com cheques que passaram a validade e não pudésemos levantar. Disso pode ter a certeza absoluta. Ainda não tivemos tempo para deixar na gaveta cheques que depois passassem a validade e não se pudessem levantar. Isso nós ainda não conseguimos fazer. Perdemos outras coisas mas ainda não conseguimos ter tempo para nos esquecer pelo menos para levantar dinheiro.

Em segundo lugar, dizer-lhe também e é importante que esta questão se refira, que as pessoas fizeram tantos eventos em Frechas à custa da Junta de Freguesia sem o apoio da Câmara, com o trabalho da Junta de Freguesia, contradiz o resultado eleitoral que é soberano e que as pessoas fazem como querem. Ainda por cima votaram maioritariamente na Câmara Municipal e não votaram na sua eleição para a Assembleia Municipal nem para a Junta de Freguesia. Isto é uma questão importante.

A população consegue discernir entre quem faz o investimento e quem diz que faz mas são outras entidades que fazem. Esta é uma questão importante que o próprio resultado eleitoral demonstrou.

Eu tive a maior votação de sempre em Frechas para a Câmara Municipal, pelos vistos não fazendo nada nem colaborando nada nos eventos da Junta de Freguesia.

Assuntos de interesse intermunicipal:

Em relação ao Deputado Miguel Ângelo, dizer-lhe que o fórum que falou está criado, isto é, existe actualmente já um fórum no âmbito da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal, que se chama Assembleia Intermunicipal, onde os membros eleitos para essa Assembleia Intermunicipal podem levar os assuntos que entenderem e terão a dignidade ou pelo menos a amplitude duma assembleia Intermunicipal, que neste caso é todo o Trás-os-Montes.

Nós temos é que também começar a adaptar-nos a discutir algumas questões não no fórum próprio só do nosso concelho mas cada vez mais no fórum intermunicipal que existe. Ele tem condições para funcionar e pode levar a cabo essa e outras discussões, aliás cujo Presidente saúdo pela primeira vez e ficam a saber, é o nosso Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela.

Portanto, é fácil agendar com ele este tipo de debates para fazer num âmbito intermunicipal, nomeadamente na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

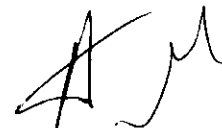
Acessibilidades da Escola EB 2/3 Luciano Cordeiro e responsabilidade parental:

É verdade que a questão que é colocada pela Otilia Raquel se põe e é verdade que nos dias de chuva ainda é pior. Os pais só não levam os alunos dentro da escola porque não podem entrar com o carro pelo portão adentro mas também estão a ser feitas neste momento algumas obras que vão criar outro parque interno para os professores que esperamos que melhore esta situação e vamos fazer os possíveis, para falar com a PSP, que com o carro que têm acompanhe estas horas de ponta.

Ao Carlos Fraga, dizer-lhe que sobre as questões que pôs, elas vão ser analisadas pela Câmara Municipal e no que puder resolver, tomará atenção a estes casos.

E muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia Municipal.



Muito obrigado também Sr. Presidente da Câmara.
Sr. Deputado Luís Sousa pode usar da palavra, faz favor.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Fico contente que o Sr. Presidente tenha sido chamado para essa reunião na Fundação EDP, isso também é certa maneira evidência que o nosso Município é central neste processo e ficarei a observar os movimentos futuros.

Houve só uma questão que não me respondeu, se calhar por falta de tempo, que os temas eram muitos, que foi a questão da providência cautelar. Se há ou não uma providência cautelar por parte da Câmara Municipal em relação à construção da barragem.

Quanto ao envio da minha intervenção aqui para os Párcos, sabe que isso deixa-me satisfeito. Sabe que eu sou frontal, aquilo que disse assino-o, não tenho nenhum problema com isso. Gostaria apenas de ver o texto que é enviado aos senhores Párcos, que eu considero pessoas de bom senso e saberão certamente compreender o alcance das minhas palavras relativamente a esta matéria.

E por último, com alguma nota, enfim triste, a sua decisão relativamente à utilização do Salão Nobre é uma opção pessoal. Respeito-a mas infelizmente temos aqui um fosso entre a sua posição relativamente a estas matérias e a minha. Eu acho que qualquer sociedade moderna – é isso que eu ambiciono para o Município de Mirandela – há espaço para a diferença. O Sr. entende que não mas respeito e são opiniões diferentes.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Reconheço que não tenho grande jeito para respostas de imediato mas não quero que alguém pense que aquilo que o Sr. Presidente referiu me condiciona. Na próxima Assembleia justificarei e direi aquilo que entender e que se me oferecer sobre a matéria.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar: (PS):

Sr. Presidente da Câmara, fico contente que tenha entendido que a minha preocupação era uma preocupação política. Aqui é uma casa da política e onde se discute política.

A questão fundamental não era a questão financeira, era a questão dos valores, porque me preocupa muito com os valores que se passam para a juventude e não gostaria de maneira nenhuma que passasse esta ideia de que na vida o que vale é um golpe de asa e que não vale o estudo, o muito estudo, bem estudado, muito trabalho, bem feito e o empreendimento.

Esta era a minha preocupação e é que também no exemplo que deu dos cinco seus colegas que neste momento acumulam. Eu não queria que no meu País isso acontecesse e fico triste por no meu País virem acontecer dessas situações. Ai creia, estou do seu lado.

Ainda sobre este ponto eu queria pôr uma pequena questão ao Sr. Presidente da Câmara.

No último mapa da tesouraria, estão cerca de 20 milhões de Euros comprometidos entre fornecedores e empréstimo bancário. Vinte milhões de Euros são as receitas correntes da Câmara. Eu gostaria de ouvir um comentário do Presidente da Câmara sobre isto, porque dum lado temos comprometidos 20 milhões de Euros com fornecedores e financiamentos bancários e as nossas receitas correntes são dos mesmos 20 milhões de Euros.

Será que não estão em perigo os salários dos trabalhadores autárquicos? Será que os projectos que estão orçamentados é possível realizá-los?

Gostaria de ouvir uma palavra do Sr. Presidente da Câmara sobre isso.

4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO

Presidente da Assembleia Municipal:

Mais nenhuma inscrição?

O Sr. Presidente quer usar da palavra agora?

Presidente da Câmara Municipal:

Muito rápido para dar as duas explicações. É verdade que eu não me referi (porque me esqueci) ao Deputado Luís Sousa. Existe uma medida cautelar onde a Câmara e algumas associações ambientalistas contestam em termos de PDM a localização da barragem e, portanto, existe essa providência cautelar no sentido de mais uma achega para que não se construa a barragem.

Nunca disse que essa não era a minha posição. Sendo essa a posição da Câmara, a Câmara participou nessa providência cautelar, o que não sei explicar já (como já fui ouvido e os outros também) se já teve resposta positiva ou negativa, isso não sei porque ainda não me foi confirmado pelo Tribunal Administrativo de Mirandela. Isso não sei.

Em relação ao Deputado Baltazar Aguiar, dizer-lhe que em primeiro lugar existe preocupação ou deve existir em todos os organismos sobre o endividamento. Desde que se deva um tostão ou mais do que um tostão, deve existir.

A questão dos 20 milhões ou dos 19 e não sei quanto, é entre investimento a médio e longo prazo e investimento a fornecedores. Os 8 milhões dos fornecedores preocupam-me e é importante que se paguem com as receitas do ano civil normal, entre os 23 e os 24 milhões, serão essas as preocupações. Os outros não são preocupações porque o total é um milhão e duzentos mil euros que se paga cada ano porque elas são dívidas a médio e longo prazo e são divididas nessa perspectiva e estaremos a falar duma coisa e doutra entre 9 milhões de Euros. Eu acho que um orçamento com

vinte e tal milhões, com fundos comunitários tem muitas possibilidades de pagar grande parte desta dívida ou pelo menos não aumentá-la sem pôr em causa a consolidação financeira da Câmara.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Relativamente a essa questão da providência cautelar, acho que esta Assembleia deveria ter sido informada sobre esse procedimento. Eu sei que a Câmara pode participar conjuntamente com qualquer outro tipo de entidade mas é uma questão tão séria que tem a ver com a vida do Município para a qual pode até haver posições diferentes nessa matéria e este órgão é um órgão idóneo e como boa prática deixaria esta nota.

Presidente da Assembleia Municipal:

Quem é que vai usar da palavra?

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Muito bom-dia. Eu nem sequer me tinha apercebido que estávamos já no período da Ordem do Dia.

Presidente da Assembleia Municipal:

Já estávamos no Período da Ordem do Dia.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Pois não foi dito, eu não me apercebi.

Presidente da Assembleia Municipal:

Bom, porque não esteve com atenção Sr.ª Deputada.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Eu tenho estado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então passou-lhe à margem. Mas faz favor, estamos ainda em tempo. Deixe-me esclarecer a Sr.ª Deputada e a Assembleia. No número 4 diz Período da Ordem do Dia e o 1.º Ponto 4.1 fala da Apreciação da palavra do Sr. Presidente. Tem sido essa a rotina, o uso e a tradição desta Assembleia. Como o Sr. Presidente usou da palavra e alguns Srs. Deputados já entraram na pergunta e na resposta, estamos em pleno Ponto da Ordem do Dia.

A Sr.ª Deputada, está a pedir o uso da palavra? Faz favor de registar o nome e o pedido do uso da palavra. Faz favor de usar da palavra Sr.ª Deputada.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Ponto 4.1, é assim que eu estou a seguir. Com isto tudo esqueci-me de cumprimentar todos os presentes e portanto abrevio. No Ponto 4.1, de facto diz o seguinte:

"Apreciação da Informação do Sr. Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do Art.º 53º da Lei n.º 169/99.

Relativamente a esta Informação do Sr. Presidente eu gostaria de tecer alguns considerandos e ao mesmo tempo fazer algum questionamento.

O ponto 1: "Actividades mais relevantes desenvolvidas ou apoiadas pelo Município de Mirandela", o primeiro é a Recolha de Brinquedos e Alimentos". Faz referência à Rede Social de Mirandela e muito bem. Sabemos que a Rede Social (o Banco Solidário da Santa Casa e o Banco Local de Voluntariado gerido pela Câmara Municipal) e outras entidades levaram a cabo uma actividade que terá sido de grande sucesso mas apenas no que diz respeito aos alimentos e brinquedos.

A minha questão e vou tentar ser muito breve, tem a ver com o seguinte: entendo que foi uma acção pontual e que a Rede Social de Mirandela que tem sido pouco falada e pouco dignificada, a meu ver.

Relativamente à Rede Social, era extremamente importante que comesçassem a trabalhar perfeitamente em rede, porque a Rede Social tem uma legislação muito própria, tem competências muito próprias e era extremamente importante que todos os recursos humanos funcionassem em parceria e não apenas pontualmente, porque cada Instituição tem o seu plano de actividades, enfim...e a meu ver acho que se perdem algumas sinergias e não se optimiza, quer tempo, quer vontades, quer pessoas (técnicos).

Gostei da actividade cidade de Belém e relativamente ao ponto que vem aqui sobre a aprovação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas que já se falou, eu queria apenas dizer que é para isso que existe. A democracia a dada altura entendeu que devia haver burocracias e por isso é que se chama burocratas Para que haja transparência nos actos públicos, eles são traduzidos em procedimentos.

Portanto, foi de certa maneira mandatado por uma directiva governamental e muito bem, que esta Câmara deu cumprimento a este plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas. Não vou adiantar-me, até porque nós temos aqui um especialista na matéria, (não está presente na sala, parece-me a mim) de vez em quando leio os seus artigos e ouço nas televisões nalguns debates, que é o Deputado Luís Sousa e, portanto, dessa matéria ele sabe imenso.

Não vamos extrapolar – porque já hoje ouvi aqui a questão de boys, reparem que a questão de boys existe em muitos locais, não será só a nível central, mas também não gosto muito de usar essa palavra, mas também não gosto da outra mais vulgar, porque já nos pediram contenção vocabular em termos populares.

Eu, como Professora de Português gostaria de não embarcar nesse tipo de linguagem. Passava dentro das actividades ao fórum de desporto. Queria manifestar o meu desagrado porque parece que houve um retrocesso. Acho que já estávamos mais à frente, (parecia-me a mim), que estávamos muito mais à frente nas questões desportivas e

agora estamos apenas num fórum, numa carta desportiva municipal. Não vejo mal, mas de facto já era preciso isto ter outro ritmo, muito mais acelerado, relativamente ao desporto. Teria outras considerações, mas deixo para outra oportunidade.

A inauguração das instalações do Pólo de Mirandela do Gabinete do Douro Interior, uma fixação dum serviço que eu louvo e a par vêm as questões ambientais, que vêm no ponto a seguir e talvez faça intervenção no ponto a seguir.

Louvo tudo o que seja a bem do ambiente porque falámos aqui nas vítimas das catástrofes – a última tocou-nos a nós no Portugal insular – não vou referir mas sabemos que há muita desregulação ambiental que contribuem para a dimensão das catástrofes.

Quanto à questão dos programas operacionais, a Câmara faz referência na sua actividade e muito bem à questão do chamado Mercado Social de Emprego, o que agora já não se chamam POCS, são os SEMMAIS e que quer a Câmara, (Autarquia e Juntas de Freguesia) quer a Santa Casa, eu faço parte do Núcleo Local de Inserção e sei bem quão importante é que mantenham essas candidaturas, porque como todos nós descontamos, temos os nossos impostos, vão para muita gente que em dada altura está totalmente desprotegida socialmente, economicamente e não só. É muito importante que a autarquia, as Juntas e Santa Casa acolham estes adultos.

Depois há outras, atenção que estas pessoas não assinam acordos de inserção social apenas na área do emprego do mercado social de emprego. Assinam na saúde e na educação, mas eu não venho fazer a apologia da abrangência desses acordos de inserção, de qualquer maneira não poderia deixar de referir porque o Centro de Emprego tem um papel extremamente importante, são parceiros imprescindíveis no núcleo local de inserção e bem hajam.

Tinha aqui mais umas coisitas, mas como o Sr. Presidente me acusou de alguma distração, eu então penitencio-me e vou ficar por aqui, nos pontos seguintes talvez desenvolva mais.

Muito obrigada.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Deputada Odete Ferreira, dou a palavra à Deputada Fernanda Cerqueira, faz favor. São 13 horas e chamo a atenção dos Srs. Deputados em relação ao alongamento da sua intervenção. Tenha a bondade.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Eu vou ser breve. Sr. Presidente da Mesa e Secretários, Sr. Presidente da Câmara e Srª s. e Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Srs. que estão no Público, muito bom-dia a todos.

Sobre a informação do senhor Presidente da Câmara, vou falar do Carnaval Rio Tua-2010, mas antes deixem-me que comece por vos contar uma história de um modo muito resumido, para não vos maçar muito:

Chama-se Nasrudin e o Ovo:

“Certa manhã, o Nasrudin - o grande místico que fingia ser louco - colocou um ovo embrulhado num lenço e foi para o meio da rua da sua cidade e chamou aqueles que estavam ali ou que por ali passavam e dizia-lhe:

- Hoje temos um importante concurso! - Disse – a quem descobrir o que está embrulhado neste lenço, eu dou de presente o ovo que está dentro!

Mas por mais explicações que o senhor desse sobre o que estava dentro do lenço, como parecia tão óbvio, ninguém arriscava, porque ninguém queria passar vergonha diante dos outros.

Depois de mostrar o que estava dentro do lenço concluiu que todos sabiam a resposta mas ninguém ousou traduzi-la em palavras.

É assim a vida daqueles que não têm coragem de arriscar, as pessoas procuram sempre explicações mais complicadas, e acabam por não fazer nada.

Eu ousei arriscar e falar de algo óbvio, mas difícil de traduzir em palavras:

Numa altura em que o Carnaval é cada vez mais identificado com desfiles nas ruas, eu vou tentar identificar ou caracterizar o Carnaval do Rio Tua, a mim pareceu-me, que com o apoio da Câmara Municipal temos dois desfiles, o do agrupamento da Escola Luciano Cordeiro na sexta-feira anterior ao Carnaval e o de terça-feira.

O público que assiste a cada desfile é um pouco diferente. Sexta-feira são os pais que querem ver os seus filhos e os comerciantes. Na terça-feira é digamos que um “mar de gente” que chega, espera e desespera para ver um desfile cada vez mais pequeno e mais pobre. É da crise dirão, mas não, nem sempre o mais importante nestas coisas é o dinheiro. O meu pai – para mim pessoa sábia – costumava dizer-me, “mais vale uma pessoa que bem mande do que 100 que trabalhem”, é tudo uma questão de organização.

Estamos no interior do País a perder valências constantemente.

Porque havemos de perder algo que nos traz pessoas à nossa cidade?

“O Município de Mirandela, na Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, diz: O Município de Mirandela e o Rancho Folclórico de São Tiago, com o apoio da Junta de Freguesia de Mirandela, organizaram um evento impar no contexto regional. “É brincadeira de Carnaval, não?”

Devemos aqui expressar o reconhecimento público do Rancho Folclórico de S. Tiago, na pessoa do Sr. Augusto, como dinamizador de tal evento, mas é preciso mais.

Porque é que à semelhança de outros municípios não se faz um concurso de carros alegóricos que representem as várias freguesias dos concelhos e até instituições e projectos em que a própria Câmara Municipal é parceira ou outras iniciativas similares.

Haveria de certeza um desfile um pouco mais enriquecido, não?

Por exemplo, no desfile de sexta-feira, no qual participei enquanto professora e onde mais uma vez se sentiu a falta de organização, viu-se que houve pela parte dos professores, pais e alunos um empenho, um trabalho de preparação de meses que no final, depois de tanta falta de organização e tanto corre-corre porque o trânsito tem que circular não pôde ser apreciado nem pelas pessoas que estavam a ver nem pelos próprios alunos que participavam no desfile. Era uma mistura de gerações e confusões. Refiro-me também à participação de alunos das novas

oportunidades que abrilhantaram também o desfile. No final ficou (pelo menos para mim) um vazio e um nem sei bem de quê, misto de revolta e insatisfação por algo que se pretendia que tivesse corrido de outro modo.

Quem sabe se não seria mais produtivo e melhor para a cidade que, em vez de dois, houvesse um desfile que fosse realmente impar e em que aproveitassem a “massa humana” disponível e capaz de contribuir para dar uma boa imagem da cidade. Todos teríamos a ganhar.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):

Rapidamente, Sr. Presidente da Assembleia deu-me a ideia que realmente tinha passado o ponto 4.1, porque falou exactamente na Gestão dos Óleos Alimentares Usados. Tenho ideia disso, passou do Período Antes da Ordem do Dia e depois falou logo a seguir na Gestão de Óleos Alimentares Usados.

Estamos no Ponto 4.1. Relativamente a este ponto, queria dizer o seguinte:

No controle orçamental da receita, queria que me explicassem a diferença entre Previsão Inicial e Previsão Corrigida. Isto é, entre a previsão inicial e a corrigida não há qualquer diferença em termos de números. Se há uma previsão corrigida quer dizer que não se corrigiu nada e, portanto, como há-de constar aqui como previsão corrigida.

Relativamente às receitas liquidadas e às receitas cobradas, entendo que receitas liquidadas serão as receitas apuradas. Ora, receitas liquidadas e receitas cobradas há uma diferença de 144,80 €, num universo de 1.271.000,00 €. Queria que me explicassem qual é esta diferença relativamente a 144,80 €.

Depois, quanto ao Plano, já foi aqui referido várias vezes o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas. Claro que é uma lei e a Câmara naturalmente cumpriu-a e fez muito bem, mas isto não vai com planos, nem vai com papéis, nem vai com modas.

Hoje em dia o problema da corrupção é uma moda e toda a gente vai um bocado em modas mas não se tomam as medidas concretas e necessárias ao combate à corrupção. E a corrupção só se combate com denúncias, tem que haver denúncias, tem que haver investigação e tem que haver cadeia, assim é que se combate a corrupção.

Quando a investigação não tem meios, como se sabe, para investigar este tipo de crimes, o Ministério Público queixa-se constantemente disso e a Polícia Judiciária também se queixa que não tem meios para investigar este tipo de crimes. Agora recorda-me de uma intervenção de uma responsável de Lisboa, do PSD, que disse que não lhe dão meios ao Ministério Público nem dão meios à Polícia Judiciária porque não interessa dar-lhe meios e não interessa denunciar a corrupção. E porquê? Porque realmente o que se passa no nosso País há uns anos a esta parte é que há uma promiscuidade completa entre o poder económico e o poder político. Há uma espécie de convivência para nada investigar, nada denunciar e nada punir, isto relativamente à corrupção. Nesse aspecto o Marx enganou-se nalgumas coisas, mas pelo menos nisso não se enganou porque o poder económico condiciona e influencia muito o poder político.

Agora até é mais evidente esse tipo de promiscuidade relativamente aos dois partidos que têm estado no poder porque saem de Ministros vão para as empresas, depois das empresas vão para Ministros, toda a gente sabe e isso é que leva ao problema da corrupção do nosso País e a dificuldade que há em combatê-la.

Eu percebo agora o Sr. Presidente da Câmara em ter alguma relutância em não deduzir os 10% no seu vencimento, porque se queixa que já ganha menos, também não devia ficar sem mais 10% para compensar as receitas do Município.

Presidenta de Assembleia Municipal:

Obrigado Deputado Fernando Pilão, não sei se o Sr. Presidente quer intervir e a seguir então interromperíamos para o almoço, uma vez que já não há mais inscrições.

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, vou ser muito rápido porque até vão mais descansados para almoçar com as perguntas respondidas, senão ficam ansiosos para a tarde.

Em primeiro lugar, dizer à Deputada Odete que eu concordo perfeitamente com a situação. Primeiro explicar porque é que esta informação é diferente das anteriores. Como sabem, foi a pedido de muitos membros da Assembleia Municipal que se queixavam aqui durante as várias sessões da Assembleia que a informação do Presidente era demasiado resumida e que não trazia lá nada. Portanto, que era melhor que constassem lá as actividades que decorriam nesse período.

Nesse sentido, o meu Chefe de Gabinete elabora todas as actividades que decorrem durante o período, independentemente da sua valorização ou não, com palavras dele, é preciso assumi-lo perfeitamente, alguns não concordam com as palavras, mas é com palavras dele que faz este Relatório.

A Deputada Odete falou sobre alguns temas dela, segundo a opinião que tem sobre essas matérias e eu não vou sequer fazer juízos de valor, vou só dizer-lhe que não sabe mais do Banco Solidário porque não se consegue fazer articulação com a Segurança Social porque diz que legalmente não consegue participar no Banco Solidário porque o seu regime jurídico não se aplica àquela célebre distribuição que fazem duas vezes por ano.

Já fizemos várias reuniões com a Santa Casa, a Segurança Social, Câmara de Mirandela e CLAS (Conselho Local de Acção Social) e não conseguimos ultrapassar a tal questão legal que a Segurança Social diz que não pode ultrapassar. Penso que a Misericórdia nesse sentido está a fazer esse papel. O Banco Solidário é da Misericórdia e na Câmara funciona só o Banco de Voluntariado. Portanto, a essa questão eles podem responder melhor do que eu.

Em relação à Deputada Fernanda, dizer-lhe:

Olhe, eu vou fazer-lhe um desafio como professora que nunca consegui. Tentei desta vez – se trabalha no Agrupamento é capaz de me ajudar nessa matéria – fazer um Carnaval único entre o Agrupamento e a Câmara mas, como era à terça-feira e era feriado para os professores, não consegui e pediam-me que fizesse o Carnaval à sexta-feira.

Como eu não o quis fazer à sexta-feira, deixei para terça-feira e consegui ter esta união entre a Escola e a Câmara Municipal.

Uma boa solução, até como Deputada desta Assembleia nesse grupo parlamentar, é conseguir para o ano ajudar-me nesta tarefa hercúlea de à terça-feira, no Carnaval, fazer este esforço entre a Câmara e o Agrupamento para fazermos o Carnaval em conjunto. Acho que ganhamos todos porque o desfile ia ser muito maior, teria mais eficácia, ia ser brilhante, não tenham qualquer dúvida sobre essa matéria. Essa ajuda eu preciso porque não consegui juntamente com a Sr.ª Vereadora sensibilizar o Agrupamento sobre esta matéria.

A outra é dizer-lhe que de facto o Carnaval está pobre, mas já decorre assim em Mirandela há 4 ou 5 anos e tem conseguido ter nas ruas a assistir mais de 10.000 pessoas em Mirandela.

Essa parte, que é a parte dos resultados, também é importante que se faça notar, independentemente das críticas que tem sobre essa matéria, que acho que deve ter e que devemos fazer o esforço para fazer, a ver se para o ano com a ajuda dos professores ou de alguns professores nós vamos conseguir fazer o Carnaval conjunto, à terça-feira aqui em Mirandela, isso era notável e era bom para a Câmara Municipal.

Em relação ao Fernando Pilão, dizer-lhe que sobre as receitas, é assim: existe sempre a previsão corrigida tecnicamente inscrita porque a receita ou a despesa podem ser corrigidas conforme as alterações orçamentais ou as revisões orçamentais. A rubrica existe, por acaso aí não houve nenhuma discrepância porque não se aprovou nenhuma alteração nesse domínio.

Em relação àquela diferença dos 144,80 € que referiu, é só para lhe explicar que há sempre uma diferença entre a factura enviada e depois a cobrança efectiva, porquê? Porque as pessoas não pagam todas na mesma altura. É emitida a factura de determinado valor, mas depois o pagamento, como é moroso em determinadas situações, às vezes não corresponde uma coisa com a outra, é esta a explicação.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente. A Sr.ª Deputada está a pedir a palavra? Eu há bocado não lhe chamei à atenção mas o teor e a natureza da sua comunicação teria tido lugar noutro período, que era no Período Antes da Ordem do Dia. Faça o favor, tenha em atenção a hora para nos reunirmos aqui senão não há restaurante que nos sirva.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Vou dizer duas coisas muito rápido. Como professora de EVT, colaborei na organização do desfile da Escola, não me chegou essa informação ao Departamento, pelo que não sabíamos disso. Depois, ofereço-me sim senhor, posso colaborar se eventualmente precisarem para o próximo ano. Sabem que eu gosto destas coisas e que estou disponível para ajudar.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então às 14h45 retomamos os trabalhos. Bom apetite para todos.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Pedia o favor de ocuparem os seus lugares porque parece que já temos quórum.

Então vamos retomar no ponto onde ficámos:

PONTO 4.2 – GESTÃO DOS ÓLEOS ALIMENTARES USADOS – CRIAÇÃO DE UMA REDE DE RECOLHA INTERMUNICIPAL.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 01 de Fevereiro de 2010 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar, nos termos do artigo 7.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de Setembro e do artigo 17º, n.º 1, da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro a delegação da gestão dos OAU produzidos no município de Mirandela na empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

Srs. Deputados agradeço então a vossa inscrição para tratar deste ponto 4.2, faz favor.

Para os Srs. Deputados e Sr.ª s Deputadas que não estão com atenção ao que a Mesa está a dizer, eu vou repetir:

Srs. Deputados vamos repetir: Ponto 4.2 – Gestão dos Óleos Alimentares Usados – Criação de uma rede de recolha intermunicipal.


Faz favor, Deputado Luís Sousa.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Se calhar convinha o Sr. Presidente da Câmara dar a indicação do que se pretende com esta rede e depois de esclarecidos surgirão se calhar outras perguntas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Está a referir-se a este ponto? Este ponto Sr. Deputado tem uma nota informativa que a remete para a Assembleia para aprovação, partimos do princípio que os Srs. Deputados a leram.



Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Claro, ficámos esclarecidos com a nota que existe mas se houver informação adicional que queiram prestar.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. Presidente ou algum Sr. Vereador que o Sr. Presidente indique, se quiser enriquecer mais o debate deste assunto que a Assembleia vai ter que deliberar sobre o tema, faça o favor.

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, mais do que a nota informativa, não sou capaz de explicar porque pus ali tudo resumidamente. É uma medida urgente, acho que toda a gente percebe que é urgente, não podem andar por aí espalhados. Isto cria uma rede intermunicipal porque só tem alguma sustentabilidade económica se for em rede e tem também as instituições que podem beneficiar dela e que estão por detrás dessas situações. Mais do que isso, não tenho argumentos sequer para explicar.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Muito boa tarde. Então agora cumprimento todos os presentes, porque há bocado foi de forma atabalhoada. Há alguma informação relativamente como vai funcionar a recolha, enfim... por acaso gostava de saber porque acho um assunto de extrema importância e realmente é extremamente urgente.

Presidente da Câmara Municipal:

A única coisa que eu posso dizer é o que se passa nos outros sítios que já a têm. Existe uma empresa que está organizada para a recolha e que tem carros próprios e dias programados, conforme depois vá sabendo a quantidade que tem e que faz a respectiva recolha.

Presidente da Assembleia Municipal:

Srs. Deputados mais alguns pedidos de esclarecimento sobre a questão dos óleos alimentares e da sua recolha e do seu tratamento posterior? Parece que não há mais ninguém interessado, estão todos suficientemente esclarecidos, então vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por unanimidade, aprovar a delegação da gestão dos O.A.U (Óleos Alimentares Usados) produzidos no município de Mirandela na empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste.

PONTO 4.3 – APROVAÇÃO DA 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 15 de Fevereiro de 2010 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 – Aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita do Saldo apurado na Gerência de 2009 e das Reposições não Abatidas nos Pagamentos;
- 2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Srs. Deputados façam favor de se inscreverem. Alguma informação da parte do Executivo, Sr. Presidente? Parece que não há nenhuma inscrição da parte da Câmara.

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, este ponto tem de vir sempre a esta Assembleia Municipal para incluir no orçamento as verbas sobrantes do ano económico anterior. Todos os anos é feito desta forma e serve única e exclusivamente para isso.

Presidente da Assembleia Municipal:

Trata-se duma operação de carácter administrativo pacífica e muito bem compreendida quanto ao seu alcance. Haverá algum Sr. Deputado que necessite qualquer esclarecimento? Não havendo, vamos votar.

Passamos de imediato à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por unanimidade, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita do Saldo apurado na Gerência de 2009 e das Reposições não Abatidas nos Pagamentos.

PONTO 4.4 – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia Municipal:

Srs. Deputados, como sabem, o Ponto 4.4 trata da eleição dum representante da Assembleia Municipal para 5 pontos distintos:

- Para os ACERS (Centros de Saúde) e depois para a eleição de Presidentes da Junta de Freguesia.

A Mesa pelos contactos que teve com os responsáveis ou líderes de cada bancada municipal, tentou ter algum sinal, ou algum método de eficácia, podendo eventualmente juntar no Ponto 4.5 essas eleições e fazendo uma eleição distinta para o Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar de Centros de Saúde de Alto Trás-os-Montes 1 Nordeste. Querem fazer o favor, os Srs. representantes da bancada dizerem alguma coisa à Mesa no que respeita à condução desta programação?

Sr.ª Dr.ª Elina não quer fazer o favor de dizer alguma coisa sobre isso?

Deputado Paulo Pinto (PSD):

Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do PSD, neste Ponto 4.4.2 – Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar de Centros de Saúde de Alto Trás-os-Montes 1 Nordeste, indicamos o nome da Sr.ª Deputada “Dr.ª Elina Fraga”.

Entendemos ser o perfil e também a possível nomeada para este lugar uma vez que tem dedicado algum tempo às questões da saúde, nomeadamente em relação ao Centro Hospitalar do Nordeste, em particular ao Hospital de Mirandela, tem tido uma preponderância e alguns trabalhos realizados com alguma acutilância ao nível das actividades, ao nível das valências e em tudo que verdadeiramente diz respeito ao Hospital de Mirandela.

Portanto a Dr.ª Elina Fraga é a nossa candidata.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Deputado Paulo Pinto.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Sr. Presidente, parece-me que há aqui três questões e uma delas para a Comissão Municipal de Comércio.

Presidente da Assembleia Municipal:

Foi retirada, peço desculpa eu não tinha dito nada. Peço desculpa à Câmara, mas o ponto 4.4.1 – Comissão Municipal de Comércio, foi retirado.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Então só temos o 4.4.2? Sendo assim, aí também apresentamos um nome como candidato.

Presidente da Câmara Municipal:

Era só para explicar porque foi retirado, às vezes não pensem que falta alguma coisa.

Houve uma alteração legislativa que alterou a composição da Comissão Municipal de Comércio e dela já não faz parte um representante das assembleias municipais.

Presidente da Assembleia Municipal:

A bancada do Partido Socialista tem algum nome a apresentar? Faz favor de apresentar o nome aqui à Mesa.

Vamos ao Ponto 4.4.2 que é a eleição para o Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar de Centros de Saúde de Alto Trás-os-Montes 1.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Apresentamos a Deputada “Maria João Figueiredo Caseiro”

Presidente da Assembleia Municipal:

Do Partido Socialista não apresentam ninguém? Não.

Então a Deputada Elina Fraga pode-me informar quais foram os resultados das diligências em relação à eleição seguinte, onde pretendíamos agrupar, por uma questão de eficácia?

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Eu não juntei os dois pontos por isto: enquanto que no ponto seguinte apenas podem ser candidatos Presidentes da Junta e sendo certo que para além de dois independentes e um Presidente da Junta do CDS/PP, todos os demais Presidentes da Junta foram eleitos nas listas do PSD, justificava-se que eu apresentasse a proposta quer ao PS quer ao CDS de haver uma eleição única em relação a este ponto e julgo que toda a gente aceitou isso.

Em relação a este ponto, podendo ser qualquer Membro da Assembleia Municipal, pareceu-me que de não ser de meter no mesmo saco e, portanto, terão que se fazer duas eleições, sendo uma para este efeito para integrar esta Comissão dos Centros de Saúde e depois em relação aos Presidentes da Junta há um acordo entre todas as bancadas de que em vez de se votar nome, a nome, em relação aos Presidentes da Junta, são votados todos os nomes numa só eleição.

Presidente da Assembleia Municipal:

Eu vou repetir e a Sr.ª Deputada corrija se assim não for, para informar a Câmara. Numa pretendida eficácia que todos temos o dever de defender, fariamos o seguinte:

Para o Ponto 4.42, que é para os ACERS, Agrupamentos dos Centros de Saúde, há dois candidatos, era uma eleição separada. Um nome apresentado pelo Partido Social-Democrata e um nome apresentado pelo CDS/PP.

Para a eleição que concerne ao Ponto 4.5, uma vez que houve um consenso entre os responsáveis das bancadas, seria um acto eleitoral único, se bem que ficava distinto cada nome em relação aos itens que aqui estão, que foram informados previamente.

Não havendo discordâncias ficava assim assente.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Era só para dizer, como há duas candidaturas terá que haver o A e o B.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então ficaria o seguinte se concordassem.

Uma vez que o nome do candidato do Partido Social-democrata foi o primeiro, seria o candidato "A", sendo o candidato "B" do CDS/PP. Vou proceder à chamada para a primeira eleição:

Está terminada a votação. Pedia, como é hábito, um elemento de cada bancada para proceder à contagem se faz favor. Do Partido Socialista o Dr. Miguel Ângelo e do CDS/PP a Dr.ª Fernanda Cerqueira vão ajudar.

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

O resultado da votação do Ponto 4.4.2 é o seguinte:

Votaram 63 membros:

Votos brancos – 8

Votos nulos – 1

Lista B – 6 votos

Lista A – 48 votos

PONTO 4.5 – ELEIÇÃO DE PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos agora passar ao ponto seguinte que é ponto 4.5 que é, recorde, a eleição de 1 Presidente de Junta de Freguesia para 5 itens diferentes. Eu dispenso-me de os referir de novo, de proceder à sua leitura, uma vez que é do conhecimento dos Srs. Deputados. Pedia entretanto à Deputada Elina Fraga se fazia o favor de introduzir nomenclatura para depois podermos votar com grande clareza.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

O grupo municipal do PSD apresenta os seguintes nomes para esta eleição:

Para o ponto 4.5.1 - Delegado do Município aos Congressos da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, apresentamos o Presidente da Junta de Freguesia do Romeu, "Bernardino Pereira".

Para o ponto 4.5.2 - Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, apresentamos o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas, "Rui Sá".

Para o ponto 4.5.3 – Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, apresentamos o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Salgueiro, "Francisco Vieira".

Para o ponto 4.5.4 – Assembleia Distrital, apresentamos a Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador, "Cristina Passas".

Para o ponto 4.5.5 – Conselho Municipal da Educação, apresentamos o nome da Presidente da Junta de Freguesia de Torre D. Chama, "Paula Lopes".

Presidente da Assembleia Municipal:

Mais algum esclarecimento sobre esta matéria?

Deputada Odete Ferreira, faça favor.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS)

Mais uma vez boa-tarde.

De facto todas estas eleições saídas daqui da Assembleia têm seguramente a sua importância. Das outras eu não me sinto capaz de falar, não domino as matérias, mas relativamente ao Conselho Municipal de Educação gostaria de dizer que é o Decreto-Lei n.º 7/2003, o que significa que já lá vão sete anos. Eu estive nesta Assembleia há quatro anos atrás e, fazendo uma retrospectiva, direi que nunca nesta Assembleia me lembro de alguém ter feito um ponto de situação, considerando que é até a Assembleia que dá posse (ou a Câmara já não me lembro bem) ao Conselho Municipal de Educação, o que remete para a sua importância, quer pelo tipo de instituições que estão representadas, como sobretudo pelas suas competências.

De facto as competências são de uma capital importância, nomeadamente estão descritas no artigo 4.º, que me dispenso de ler, que dou por reproduzida, sei que os elementos da Assembleia não têm o Decreto, têm apenas a parte em que vêm descritos os representantes mas não as competências.

Mas por exemplo a alínea f) do art. 4.º diz o seguinte:

“Compete ao Conselho Municipal de Educação tomar medidas de desenvolvimento educativo no âmbito do apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais da organização de actividades de complemento curricular, da qualificação escolar e profissional dos jovens e da promoção de ofertas de formação ao longo da vida do desenvolvimento do desporto escolar, bem como do apoio a iniciativas relevantes de carácter cultural, artístico, desportivo, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania”.

É um articulado com alguma projecção em termos de extensão mas sobretudo de uma importância enorme porque cabe cá tudo no que diz respeito às crianças e aos jovens.

Eu não tenho nenhum feedback e sou professora. Tenho elementos da educação representados no Conselho de Educação e de facto nunca soube nada do que se lá passava, talvez também não seja fácil esta articulação, mas aqui estou na qualidade de deputada da Assembleia Municipal e passados que são sete anos sobre a constituição do Conselho Municipal de Educação, eu perguntaria que avaliação é feita; é um Conselho com assiduidade, os parceiros, as pessoas eleitas vão ao Conselho Municipal de Educação, fazem propostas concretas sobre todas as competências que estão consignadas? São perguntas que eu deixo aqui no ar e quem for eleito, - já sei quem foi indicado pela bancada, a Dr.ª Paula Lopes - penso que esta Assembleia teria toda a legitimidade em depois ter algum feedback daquilo que se passasse no Conselho Municipal de Educação.

Duma maneira geral, parece-me que se calhar não tem sido tão valorizado quanto isso. A meu ver, assim como outros conselhos que é agora o caso também do agrupamento dos Centros de Saúde. Se de facto a lei remete para o envolvimento da comunidade, de várias instituições e sociedade civil, então acho que também deveremos ter um feedback do que por lá se passa, dos planos de acções, enfim... porque de facto há muita coisa que está consignada no Conselho Municipal de Educação (já para não falar da Carta Educativa). Eu não consegui abrir o meu computador infelizmente não abriu os PDFS, tenho pena, mas está já o projecto do Centro Escolar, gostaria de ter consultado, mas penso que a Carta Educativa vai andando, também não faço qualquer pergunta. De qualquer maneira tudo está incluído no mesmo decreto-lei. Sensivelmente era isto, boa tarde.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):

Só um esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa, que é o seguinte:

Se foram registados os que votaram, que é para sabermos se os votos entrados na urna correspondem efectivamente aos que votaram.

Presidente da Assembleia Municipal:

Fizemos a chamada pela folha da Lista de Presenças.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):

E foram apontados os que votaram? Eu não vi apontar nada, é por isso que estou a perguntar. Alguém se pode ter enganado ou haver votos a mais na urna, ou a menos, era por uma questão de verdade na votação.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Sr. Deputado Fernando Pilão, eu agradeço-lhe muito a intervenção e a chamada para o exercício do rigor mas como tem verificado e tem testemunhado nós exercemos a função com a maior das transparências. Muito obrigado, saberemos ter isso em atenção e agradecemos-lhe que sempre que houver dúvidas que coloque à Mesa.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Dirijo-me à Mesa.

Relativamente a esta última intervenção da Sr.ª Deputada Odete, quanto à prestação de contas a esta Assembleia, de facto é necessário instituir um sistema de reporte.

Eu referi isso no anterior mandato, fiz disso lema de campanha, tivemos discussão sobre essa matéria na comunicação social e nós elegemos pessoas para representarem esta casa, há participações em tantos órgãos e fóruns intermunicipais e outros e, portanto, seria boa prática que se instituisse aqui um sistema de reporte a esta Assembleia, eu diria anual, porque os sistemas de reporte, faz tantas actividades durante o ano, é preciso condensá-las, simplificá-las e dar a conhecer a esta Assembleia. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também. Eu acho que sim, que é uma prática saudável e de uso entre as Assembleias, seja de que tipo for, uma vez os Srs. representantes nomeados para qualquer efeito para qualquer missão, em momento próprio, na oportunidade devida, devem dar contas do que fizeram.

Eu julgo que é devido aqui a recuperar de memória de cada vez que a comissão que por mim era coordenada de visita às estruturas de saúde locais, sobretudo o Hospital de Mirandela, tivemos sempre a preocupação de na Assembleia seguinte, imediata à visita, darmos conhecimento sintético ou que fosse, não escrito, do que se passava, o que suscitava desde logo qualquer pedido de esclarecimento ou qualquer tomada de posição, qualquer que fosse.

Muito obrigado de todo. Mais alguma questão sobre esta matéria?

Então vamos proceder à 2.ª eleição

Lista A – é uma única lista.

Está tudo esclarecido, podemos votar?

Vamos proceder à chamada.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Apenas como método, penso que é necessário identificar, ou põe um "A", não há mais nada, porque há a abstenção e há o voto nulo.

Presidente da Assembleia Municipal:

Para que não haja dúvidas, com mais esta chamada de atenção. Não obstante já ter sido dito, há uma única lista, é a lista "A". Vamos então proceder à votação, vou fazer a chamada.

Há alguém que não tenha sido chamado?

O Sr. Carlos Fraga. Faça favor de votar. Sabe do que se está a passar, que tipo de votação é?

Quer que eu repita qual é o tipo de votação? É que agora já é diferente da de há bocado.

É uma votação una de 5 pontos. Vamos então proceder à contagem

Pedia à Deputada Fernanda Cerqueira e ao Sr. Deputado Miguel Ângelo se repetiam a vossa generosidade de vir aqui, uma vez que contaram bem, a mesa pede-vos a comparência

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

Vou indicar o resultado da nossa votação:

Votaram 67 membros:

17 votos brancos

1 voto nulo e

49 votos na Lista A.

PONTO 5 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO

Presidente da Assembleia Municipal:

Então vamos seguir o nosso programa. Vou dar a palavra à Sr.ª Deputada Fernanda Cerqueira e depois estão inscritos o Deputado Baltazar Aguiar e o Dr. Miguel Ângelo.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP)

Boa-tarde a todos. Quem me conhece sabe que mais do que professora, sou animadora, ou seja, - pessoa que dá alma a uma causa, que cria inquietude interior, aquela que eu tenho.

Neste momento, como deputada municipal, a minha causa e a minha inquietude é a educação e a cultura e entristeceu-me muito ver um destes dias a notícia de que o teatro de revista, agendado e amplamente divulgado, até na agenda municipal, para hoje, tinha sido cancelado por falta de alvará. Segundo o mesmo jornal, o auditório municipal não tem licença para a realização de determinados eventos culturais.

Falou-se esta manhã da comemoração do centenário da implantação da República, uma comemoração que Mirandela poderia e deveria saber aproveitar bem e mas mais uma vez apelo para a necessidade de implicar os municípios Mirandelenses nessa iniciativa, que poderá contribuir para um enriquecimento até da divulgação de Mirandela e não estou a falar só a nível local.

Pela minha parte, os meus alunos já estão devidamente informados e implicados nesta comemoração, lancem algum desafio as escolas e que esse desafio chegue realmente a todos os professores do agrupamento. Não me parece que a data – sendo esta um feriado municipal seja o motivo para a não participação.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dois assuntos me trazem aqui e gostaria como ponto prévio de dizer que tenho interesse nestes dois assuntos para que não haja qualquer tipo de questão.

O primeiro deles é pegar na bandeira que o ex-deputado à Assembleia Municipal Sr. Fialho sempre levantava aqui que é a estrada dos Avidagos. O meu interesse na estrada dos Avidagos é que eu sou utente, pelo menos uma vez por semana, da estrada. E queria dizer que em Setembro quando vi o início das obras esfreguei as mãos de contente e disse ok, os pneus do meu carro vão ter menos alguns problemas, vou poder ir calmamente à minha aldeia, como vou normalmente uma vez por semana.

A verdade é que não sei, ou melhor sei, que as eleições correram bem ao Sr. Presidente quer em Pereira, quer nos Avidagos, quer em Abreiro e não percebo o porquê desta retaliação das obras estarem a ser atrasadas.

Esta é a questão que aqui está, quero-lhe dizer Sr. Presidente que a bandeira que o Sr. Fialho aqui trazia eu trã-la-ei também enquanto a estrada dos Avidagos não estiver terminada.

O outro ponto que aqui trago também de interesse para o concelho de Mirandela, tem a ver com a Zona Industrial e tem a ver com a velocidade da Net na Zona Industrial.

Como creio que uma boa parte saiba, qualquer um de nós para desfrutar em suas casas, pode hoje ter em Mirandela uma velocidade entre 18 a 20 megas, para se trabalhar tem-se uma velocidade de 6 ou 8 megas. Isso a mim *causa-me algum transtorno*, como causa a outras empresas que eu sei que também já se dirigiram à Câmara e na pessoa do Sr. Vice-Presidente. Eu próprio o fiz.

Mas antes de o fazer dirigi-me à PT e perguntei como é que isto está e foi-me dito que já estive em projecto a extensão da fibra óptica à Zona Industrial, que resolvia o problema, mas que depois foi tirado e foi-me dito que se a Câmara exercer lobby (e neste caso o lobby era fazer uma simples carta à Administração da PT que tinha interesse e que alguns projectos existentes ou futuros na Zona Industrial poderiam ter problemas) poderia resolver-se a questão e agilizar-se a instalação da fibra óptica na Zona Industrial.

Eu pessoalmente, fi-lo junto e enviei um e-mail ao Sr. Vice-Presidente e sei que mais duas empresas o fizeram. Sei que desde Agosto – vão lá sete meses – essa carta ainda não chegou à PT.

Sei também que o paradigma do desenvolvimento da Câmara não passará com certeza pela Zona industrial, não passará com certeza pelo fortalecimento da sociedade civil, não passará certamente por ter empresas que querem sair daqui, que necessitam como ferramenta de trabalho da Net a uma velocidade razoável.

Portanto, a minha questão e tenho pena que o Sr. Vice-Presidente aqui não esteja, é saber se pensam fazer esse lobby, que é uma mera carta a dizer que há empresas que podem sair daqui ou que não se instalam aqui porque não têm velocidade Net para trabalhar. Isto foi há sete meses.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Srs. Presidentes, Srs. Deputados Municipais.

Anunciou a Câmara Municipal de Mirandela um espectáculo de teatro de revista, “Isto agora... ou vai ou marcha”, da responsabilidade da produtora Marina Mota, quando sabia de antemão não ter o recinto do auditório municipal alvará para a realização do referido espectáculo.

A situação não passaria de caricata se não fosse grave o empenhamento que a edilidade colocou na promoção daquele espectáculo de revista, designadamente através da “Agenda Mirandela” (edição de Fevereiro 2010).

De facto, à luz dos dados divulgados, somos levados a crer que, senão da parte do executivo da Câmara, estamos perante, pelo menos por parte da vereadora da Cultura, à incitação ao ilícito de outrem, em proveito político à custa do erário público.

Não poderia, em nenhuma circunstância, colocar a vereação a possibilidade de autorizar ou contratualizar o espectáculo em causa, pois sabia que o recinto, no qual aliás nos encontramos, não tinha o respectivo alvará de utilização, exigível pela Inspeção Geral das Actividades Culturais, organismo responsável pelo licenciamento deste tipo de eventos.

Mais grave ainda, sabia a vereação que não existia alvará, nem sequer o recinto reunia as condições mínimas para que esse alvará pudesse ser requerido a tempo da realização do espectáculo agendado.

Só alguém muito inocente ou muito ignorante, ou na pior das hipóteses, nem uma coisa nem outra, mas muito oportunista, poderia conceber a possibilidade de o respectivo espectáculo poder vir a realizar-se à responsabilidade das “produções Marina Mota”, mas retirando a Câmara Municipal os dividendos da iniciativa cultural, sem quaisquer riscos, nem grandes custos.

Em início de mandato, o actual executivo deu mostras de pouca exigência, pouca transparência e muita falta de visão sobre as suas competências e responsabilidades no domínio da promoção e divulgação cultural.

Para quem tão facilmente se deslumbra com a ideia da centralidade de Mirandela (abstenho-me de referir aqui os múltiplos indicadores de sucesso propalados na última Assembleia, a da perplexidade, se bem estão lembrados), compreende-se a fascinação com a ideia de atrair a esta região interior o populismo, o magnetismo, e imediatismo, da propalada cultura de massas, protagonizada por uma companhia da capital.

Como era previsível e como aqui ficou dito, o programa deste executivo é errático, navega à vista e agora, por omissão, na ilegalidade da utilização do principal recinto de espectáculos da cidade, gerido directamente pela Câmara Municipal.

Mirandela salta assim para as páginas dos jornais regionais e nacionais pelas piores razões. Não promove nada e ainda por cima lança uma imagem de incompetência fruto de algo que correu mal e de que a vereação procura lavar as mãos, desresponsabilizando-se das razões porque correu mal, mas de que se vangloriaria se afinal os riscos da ilegalidade corresse por conta dos promotores do espectáculo.

Foi má publicidade para Mirandela, pelo caso em si, mas também por colocar em dúvida espectáculos futuros pela mais que justificada apreensão que outros promotores legitimamente colocarão no futuro, mesmo que se lhes jure a pés juntos da posse do competente alvará.

A edilidade assume, ou pelo menos deveria assumir, ao contrário do que fez na página oficial do município durante alguns dias, que não possui capacidade para trazer a Mirandela espectáculos desta natureza e acaba por sair muito mal de toda esta história. Quando pensou que ia caçar um coelho a vereação espantou toda a caça.

Perante esta situação não basta a demissão da vereadora directamente responsável, exige-se que esta falta seja rapidamente reparada sob pena de Mirandela ficar por muito tempo fora da possibilidade de qualquer outra companhia de teatro ou espectáculo cultural vir até nós.

Que agenda cultural pode esta edilidade oferecer durante este mandato? Pode a Câmara Municipal dar conta a esta Assembleia do calendário que prevê ou que previa para a realização de espectáculos durante o corrente ano? Ou vai continuar a anunciar coisas que não se realizarão, desculpando-se sem pudor?

Sem pôr em causa a actual legítima utilização do recinto do auditório municipal, acreditamos que o seu potencial não se esgota na realização das festas anuais dos infantários e escolas da região e deve aspirar a receber e promover espectáculos e eventos culturais de natureza e ambição mais alargados, que façam juz à vontade expressa de dotar Mirandela de efectiva centralidade e referência, oportunidade e excelência, de nível nacional.

Realmente é mais que caricato, é irresponsável, saber que o Auditório não só não possui alvará, como se sabe quais as obras a realizar para o obter e mesmo e ainda assim se prestar a informar telefonicamente do facto.

Refiro-me ao eventual contacto telefónico entre os representantes de ambas as entidades envolvidas reportado pela vereadora e publicado ou divulgado por diferentes órgãos de comunicação social.

Gostava de conhecer o conteúdo dessa conversa telefónica, hoje que parece moda a disseminação pública de conversas telefónicas de figuras públicas com responsabilidades políticas.

Seria certamente muito interessante e oportuno, e até culturalmente estimulante, ter a percepção de como se consegue “vender” a banha da cobra, uma sala de espectáculos sem licença de utilização, cujos efeitos milagrosos, um espectáculo “único” e de nível nacional, afinal se revelou tão nocivo para o doente... Mirandela não irá receber nem este espectáculo em concreto, nem qualquer outro nos próximos anos.

Como pode a vereação afirmar que o problema pela falta de "uma licença especial" é deles? Primeiro, senhor presidente, a licença não é especial, é uma licença básica e comum a qualquer recinto que pretenda apresentar um teatro de revista ou outro tipo de espectáculo; segundo, o problema daquilo que se passa em Mirandela nunca é problema de outrem é sempre nosso, dos Mirandelenses.

O que diz respeito a Mirandela nunca poderá ser problema de outrem, afirmar o que é imputado à vereadora em causa enferma de total demissão das suas responsabilidades que querem tão-somente ver concretizada.

Quantos eventos ocorreram neste auditório, com as mesmas características e alvo das mesmas exigências ou pressupostos, com ganho ilegítimo para o executivo?

Quantas vezes foi este espaço "vendido" quando se sabia estar obsoleto? (para usar as palavras da própria vereadora).

Queremos que Mirandela se dote das capacidades de receber, apoiar e promover espectáculos culturais de nível nacional, mas questionamos os montantes avançados e as bases que sustentam tais afirmações.

Quatro milhões de euros só para adaptação do palco? Até o termo adaptação é chocante face a tal montante. Tem a vereação o caderno de encargos das obras necessárias? Existe orçamento que sustente aquela afirmação? Em caso positivo quem foi o responsável pela sua elaboração? Qual o calendário previsto para a execução das obras e que obras?

Senhor Presidente, senhores Deputados Municipais, muitas questões ficam por esclarecer e muitas dúvidas por clarificar. Interessa, sabendo que Mirandela não tem capacidade para receber espectáculos como este que aqui ficou publicamente interdito, para embaraço de toda a comunidade Mirandelense, qual o plano de recuperação da imagem, mas sobretudo da real capacidade para implementar as medidas adequadas à regularização da utilização deste espaço que agora sabemos obsoleto e votado a um aproveitamento menor tendo em conta a sua missão de serviço público e disseminação da cultura.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, eu não estava para intervir mas afinal parece que me desafiaram a isso.

Em primeiro lugar quero dizer ao Sr. Deputado Miguel Ângelo que eu tenho seguro contra acidentes. Isto deve estar quase tudo a cair, aconselho-os a fazer um seguro e acho que nem se deve fazer aqui a Assembleia Municipal porque isto está num estado! Vocês tenham cuidado, depois não digam que não foram avisados. Que desgraça, que realmente isto é uma grande desgraça de quem vem aqui fazer estas intervenções. Enfim, enfim!..

Se eu ouvisse falar daquilo que às vezes vemos no Hospital, nas urgências, talvez eles também não tenham alvará. Ver aquelas cozinhas, ver certos dispensários que andam por este distrito fora e por este País!..Ó Sr. Deputado, não é preciso ir tão longe... não tenha medo que isto não cai.

O Auditório Municipal de Mirandela foi construído há mais de 30 anos e carece de uma reforma global que custará cerca de dois milhões de Euros. Esse era um investimento já equacionado e diagnosticado pela Câmara Municipal de Mirandela e que terá de concretizar-se até ao final deste mandato.

Não tendo o Município de Mirandela capacidade financeira para suportar na íntegra os custos do investimento, apresentou a 15 de Maio de 2009 uma candidatura para a Reabilitação e Adaptação do Cine teatro no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 e do Tema Prioritário "Desenvolvimento das Infra-Estruturas Culturais", no valor de cerca de 600.000 Euros, sendo financiado a 70%. Essa candidatura teve o parecer favorável da Direcção-Geral das Artes e do IGAC. Como vê o Executivo está dentro do assunto.

No sentido de efectuar uma intervenção mais global, foi aprovado um Plano de Acção no âmbito do Projecto TuaMirandela, tendo sido pré-contratualizado o investimento de 3.000.000 de Euros.

Essas intervenções estavam já pensadas pelo Município de Mirandela e a sua necessidade foi reforçada depois das vistorias efectuadas pelo IGAC, serviço tutelado pela Direcção Geral dos Espectáculos. Na vistoria realizada em Maio de 2008 foram detectadas algumas anomalias que embora necessárias para a renovação do alvará de licença de recinto, exigido pelo Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de Dezembro, não punham em causa a segurança e a integridade física das pessoas. Eu volto a repetir "não punham em causa a segurança e a integridade física das pessoas". Portanto, não tenham medo que isto não cai.

Como tal, foi possível continuar a oferecer eventos culturais organizados pelo Município de Mirandela mas já não iniciativas culturais de grande envergadura que exigissem licença de representação. Quer dizer, podemos fazer aqui eventos culturais dos Municípios, dos Jardins Infantis ou das Paróquias.

Assim, foi possível realizar actividades culturais, lúdicas e recreativas organizadas por entidades públicas e privadas e com finalidades de interesse social sem colocar em perigo os artistas e os espectadores.

O IGAC e a DGESP tinham conhecimento desta situação e dos projectos entretanto preparados e apresentados para colmatar essas deficiências - depois vem o rol das deficiências - que tinham a ver com o sistema de iluminação, com saídas de emergência, com sinalética, com o revestimento das paredes, com as portas de saída, com a numeração dos lugares, com o livro de reclamações, com os serviços de segurança e com os paramentos verticais fissurados. Realmente isto está mesmo nuns caos!

Em jeito de conclusão, urge dizer que o Município de Mirandela nunca deixou colocar em risco a segurança das pessoas e que teve uma preocupação prioritária colmatar as deficiências detectadas de forma a tornar o Auditório Municipal mais funcional e mais moderno.

O grupo parlamentar do PS continua da mesma maneira, parece que ficou com os livros do antigo CDS/PP e a vocês vai acontecer-vos a mesma coisa.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):



Eu venho aqui falar frontalmente porque quando estou além a falar há para ai uns ruídos esquisitos nas últimas filas e eu gosto de falar olhos nos olhos e não gosto que falem nas minhas costas, para isso é que existem os micros para vir aqui falar.

Venho falar sobre as questões que tenho para propor, que são estas:

Relativamente à situação de um prédio que está junto à Cocheira e que está a céu aberto, tem poluição que é propósito até de um artigo num jornal que foi retirado, em que diz que os cheiros lá são insuportáveis, relativamente aos vizinhos que ali habitam naquela situação.

Se a Câmara tem alguma intervenção que possa fazer relativamente àquele local, gostaria de saber o que se passa relativamente a isso.

Também referente a uma notícia que os comerciantes apresentam queixa na ASAE contra uma superfície chinesa. Isto vem a propósito de, - segundo o jornal – a Câmara já tinha notificado a superfície que não tinha condições para licenciar e deviam encerrar as portas.

Ora, a Câmara notifica uma entidade comercial para encerrar as portas por falta de licença, mas pelos vistos não tem sequer licença ou condições para realizar um espectáculo nesta sala conforme já foi aqui dito.

Por outro lado, foi a Câmara Municipal que inaugurou a Casa do Futebol Clube do Porto em Mirandela, espantosamente com o Sr. Presidente da Câmara, espantosamente com o Presidente do Futebol Clube do Porto, Pinto da Costa e com o treinador Jesualdo Ferreira e espantosamente sem sequer um papel entrado nesta Câmara para efeitos de licenciamento.

Quanto a licenciamentos, sabemos por estas atitudes aquilo que se passa e parece que há dois pesos e duas medidas, o que nada nos surpreende.

O que é mais surpreendente é que os comerciantes queiram regular a actividade comercial com a intervenção da Câmara. Querem que a Câmara intervenha na livre concorrência e não querem concorrência e então pede-se à Câmara para fechar uma superfície comercial, como se os Srs. comerciantes não soubessem que antes desta superfície já houve abertura aqui em Mirandela de várias “grandes superfícies” e na altura ninguém pediu qualquer intervenção por causa da concorrência que essas grandes superfícies fizeram e fazem aos pequenos comerciantes.

Ainda relativamente à cultura, naturalmente que nós respeitamos todas as actividades culturais na plêiade cultural, mas o que se tem verificado é que a maioria da cultura feita por esta Câmara e apoiada por esta Câmara é uma cultura pimba. Senão vejamos o Carnaval que é uma cópia mal feita do Carnaval brasileiro.

O mesmo se diga relativamente ao espectáculo que estava previsto e outros que a Câmara tem promovido e que em nossa opinião há alternativas de cultura que deviam ser promovidas pela Câmara Municipal.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Obrigado Sr. Presidente. O Deputado Dinis Veiga enganou-se, preparou uma resposta para uma resposta para uma eventual intervenção aqui, mas acertou ao lado. É porque eu não falei de questões de segurança, eu nem sei quais são as questões que estão subjacentes à emissão do alvará pela Inspeção-geral das Actividades Culturais. É isso que eu gostava de saber.

Centrar a questão aqui nas questões de segurança, que o tecto nos vai cair na cabeça é desviar aquilo que é o essencial nesta questão do espectáculo contratualizado entre as produções Marina Mota e a Câmara de Mirandela.

Sem prejuízo daquilo que o meu antecessor disse acerca da qualidade dos espectáculos, sobre essa eu também fiz algumas referências, mas não é isso que está em causa.

O que está em causa e foi intrinsecamente confirmado pela intervenção do Deputado Dinis Veiga, é que a Câmara sabia que não tinha condições para contratualizar este espectáculo e mesmo assim fê-lo. Então porque é que o fez? Está a incitar ao ilícito por conta d'outrem, correndo os riscos desse alvará não ser emitido por conta das Produções Marina Mota? Se realmente não existem condições para termos este espectáculo, porque é que foi contratualizado?

Diz-se que os produtores foram informados telefonicamente da situação, eu não sei se foram informados telefonicamente ou não, o que eu sei é que por uma questão de ética, se de facto o espaço do Auditório não está licenciado para teatro de revista ou outros eventos do género, a Câmara não pode contratualizar, mesmo informando que não tem esse alvará, porque o que as produções Marina Mota dizem é exactamente o contrário, é que isso nunca lhes foi dito.

Portanto o que é preciso aqui esclarecer é:

Que cultura queremos para Mirandela? Essa é a questão de fundo, concordo com o que disse o deputado Fernando Pilão. Essa é uma questão de fundo e uma questão muito importante.

Mas à parte disso, é preciso saber se vai haver por parte da Câmara uma iniciativa no sentido de introduzir as obras necessárias à obtenção deste alvará para fazer futuros espectáculos? Vai a Câmara estar interessada em espectáculos deste tipo para o futuro? Tinha a Câmara em agenda alguns desses espectáculos ou não? É que de facto este espectáculo foi promovido pela Câmara, vem na agenda emitida pela Câmara. Portanto a Câmara não pode dizer que não o promoveu. Promoveu e contratualizou, sabendo que não tinha condições para o realizar aqui. Essa é que é a questão central. Nunca aqui ninguém me ouviu e está escrito aquilo que eu aqui li, falar em questões de segurança.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Boa-tarde a todos.

Se me permitem e com o devido respeito, neste momento a minha preocupação com a segurança é outra.

Todos nós temos vivido estes tempos pluviosos que têm passado e eu venho aqui na defesa do interesse rural, principalmente da minha freguesia.



O que eu já estou a sentir e é o que vai acontecer é que os caminhos rurais estão todos completamente danificados. Sabemos também que a própria Câmara não tem meios suficientes em termos de máquinas para acudir a todo o Concelho num tempo curto.

O que eu apelava aqui à Câmara Municipal era que vá fazendo porque este tempo com certeza que vai melhorar e vão começar as sementeiras, vão começar todos os trabalhos agrícolas e que providencie em realizar um plano de intervenção e eu presumo que todas as freguesias o vão solicitar e a Câmara deverá estar prevenida para essa situação e se possível acorrer a todas elas.

Deputada Municipal Matilde Machado (PSD):

Sr. Presidente da Mesa e Srs. Secretários, Srs. Deputados Municipais, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Boa-tarde a todos. A minha intervenção vem no sentido de poder esclarecer da melhor forma a todos vocês e à população em geral de como está a decorrer a implementação do Banco Solidário na cidade e no concelho de Mirandela. Acho estranho que a Professora Odete desconheça o processo visto na sua bancada parlamentar ter colegas que estão directamente envolvidas no projecto.

Na anterior Assembleia Municipal referi que o Banco Solidário tinha efectuado a sua primeira campanha, de alimentos e brinquedos. Referi também que tinha sido um projecto piloto...projecto este que, tanto quanto sei, sempre que é solicitado pelas famílias ou pessoas mais carenciadas da cidade ou do concelho, através dos Serviços Sociais da Santa Casa e dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Mirandela, tem obtido uma resposta e um apoio.

Como disse e muito bem, o Senhor Presidente da Câmara, a Santa Casa e a Autarquia têm tido algumas reuniões com a Segurança Social relativamente a este projecto.

Não significando isto que o Banco Solidário não tenha actuação presente e futura.

Existe no ninho das empresas um armazém onde estão depositados bens doados...bens alimentares, brinquedos, roupas, móveis, entre outros. E sempre que é solicitado nos Serviços Sociais da Câmara Municipal ou da Santa Casa faz-se a recolha e procede-se à sua distribuição por pessoas e famílias que vão requerer esse apoio.

Assim sendo, o Banco Solidário actualmente tem expressão nos Serviços Sociais da Câmara e da Santa Casa visto serem estes os parceiros para a criação do mesmo.

Mas aquilo que ambos os parceiros sociais ambicionam é um rosto próprio, com sede, com pessoal a trabalhar no terreno e principalmente com a boa vontade das "gentes" de Mirandela e do concelho.

Espero que o Banco Solidário seja sempre motivo de orgulho para todos nós. Assim a vossa colaboração na dinamização do mesmo será sempre acolhida com o propósito do projecto, distribuir sorrisos.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Mais uma vez boa-tarde. É normal, quando não se têm os papéis à frente, quando ouvimos é natural que a comunicação oral não fique perfeitamente compreendida e, portanto, eu não fiz nenhuma confusão.

Também nem sequer quero chamar aqui à colação algumas coisas que eu sei porque não tenho que estar a expor o que é do meu conhecimento mais privado. Por isso atenção, vamos diferenciar as situações; a minha intervenção, quando falei no banco solidário, tem a ver rigorosamente com o facto de ter havido uma actividade que louvei a nível do Natal e que foi muito bem até porque quem me conhece sabe perfeitamente que a minha actuação ultrapassa largamente a função educacional e o enfoque foi a regularidade ou o acesso a outros bens.

Se de facto já estão arrumadas, organizadas, enfim... sei que já houve pessoas que necessitaram e que me foi dito que ainda não podiam ter acesso, a não ser a bens alimentares.

Portanto, se a informação me foi dada erradamente, ok, não tem nada a ver. O facto de haver na bancada socialista alguém que está ligado ao banco solidário não colide absolutamente nada com determinadas situações.

Apenas um esclarecimento pontual, porque nós precisamos de facto. Também sei que a Câmara tem o banco local de voluntariado, sei ver as diferenças, mas há bens e eu conheço duma maneira geral o que a Santa Casa faz, aliás louvei os vários aspectos nomeadamente nos Pocs, na empregabilidade das pessoas, portanto acho que fui bastante clara na minha intervenção, de manhã. Não é nenhuma crítica, é avançar porque de facto nós temos pessoas com graves carências e se há roupas, se há móveis, vamos avançar.

Eu não posso ser solidária, porque infelizmente não tenho tempo, mas faço-o doutra forma.

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):

Boa tarde a todos. Eu não podia ficar calada porque há coisas que é importante que as pessoas quando falam nelas, sejam de que bancada for, seja quem for, que tenham os conceitos devidamente definidos e preparados para falar. E eu como estou ligada ao emprego e à formação e volto a repetir, faço sempre muita questão de quando digo água, é água, quando quiser dizer uma água tingida, é sumo, ou vinho ou o que calhar. Mas quando eu digo banco solidário é um banco solidário.

Quando se criou ou nasceu o banco solidário do qual eu sou representante da Santa Casa, porque sou membro da Santa Casa está-me dado como avença, digamos assim, sou eu a responsável, a cara da Santa Casa no que diz respeito à Mesa da Santa Casa e eu vou depois pôr os pontos nos is e explicar as coisas porque é importante que as pessoas saiam daqui com as coisas devidamente arrumadas na cabeça.

O Banco Solidário quando nasceu, nasceu um bocado pelo fruto da minha insistência na Mesa e que o Sr. Provedor achou por bem criar, porque eu fui voluntária durante muitos anos do banco alimentar em Lisboa e sabia minimamente como é que se tratavam as coisas e quando pertenci à mesa, eu disse sempre que devíamos arranjar um banco alimentar, que aqui só por si não justificaria e daí ter evoluído para solidário, para não agregar só alimentos e agregar outras coisas.

Quando se começou a preparar a legislação, foi-se buscar a legislação, trabalhar-se os princípios, os regulamentos, foi também entendido que só por si um banco solidário em Mirandela não teria suporte suficiente se não

tivesse uma instituição de solidariedade social como retaguarda para o manter. Isto porquê? Porque para ser uma instituição de solidariedade social para o qual o banco solidário já tem regulamentos feitos, não ficou com o regulamento fechado, neste momento é uma valência da Santa Casa mas não tem regulamento fechado, o que quer dizer que pode evoluir para uma IPSS, pode evoluir quiçá para uma organização não governamental, o que é que aconteceu? Verificou-se que não havia suporte, nem financeiro, nem humano que aguentasse ter uma instituição de solidariedade social, especificamente um banco solidário. E mais, com os vários entraves que as várias instituições estatais põem, quer a Segurança Social, quer a própria Câmara, porque depois há coisas que são bloqueadas aos próprios estatutos individuais das instituições.

Daí que, mais uma vez repito, acabou por ficar mais uma valência da Santa Casa, assim como é o Hospital e eu também vos digo, sou responsável na mesa por essa unidade, como ficou aí respondido e continuou-se a trabalhar nos estatutos e nos regulamentos. Isto é a parte burocrática, mas na base do assento de apoio de prestação de trabalho, para além de ajuda da Santa Casa, foi criada em paralelo, esse sim, com uma estrutura já mais sólida e mais regulamentar, o banco local do voluntariado.

O banco local do voluntariado não surge por mero acaso, á acreditado pela Segurança Social, as pessoas que se inscreverem como voluntárias têm que obrigatoriamente fazer formação, vão ter que usar um cartão de identificação como são voluntários e esse banco de voluntariado vai juntar todas as pessoas interessadas em fazer voluntariado, em vez de se andar a dizer, aí eu por acaso agora até gosto de velhinhos e os velhos até nem gostam deles, porque não têm jeito nem paciência, têm que fazer formação. Eu até posso dizer que gosto de velhinhos e cada vez que eu vou para ao pé de um velhinho ele está mortinho que eu me vá embora. E se calhar fazia melhor figura se fosse fazer voluntariado ajudar a limpar a cozinha dum dos refeitórios da Santa Casa. As pessoas fazem voluntariado mas não quer dizer que tenham que estar nas instituições, a pessoa faz voluntariado, se for um dia para o banco solidário, que por acaso as instituições têm funcionado em Mirandela, na altura era o Director do Centro de Emprego o Sr. Bernardes, cedeu um pavilhão no NACENT para guardar o equipamento. A pessoa pode fazer voluntariado, se for ter comigo ou com a Matilde que é representante efectiva como trabalhadora da Santa Casa que está afecta ao banco de voluntariado e dizer: têm calças para fazer bainhas? – Temos. Têm botões para pregar? – Temos. Não precisam de estar ao pé dos velhinhos nem estar a fazer nada. Isso é fazer voluntariado.

Isto é para dizer que o Banco Solidário está para ficar, assim o banco de voluntariado começa a estar organizado e as pessoas se inscrevam não para se mostrarem como voluntárias. As pessoas não precisam de se mostrar como voluntárias, o voluntariado tem muita coisa para fazer, não é obrigatoriamente estar de corpo presente nas instituições.

Peço desculpa, é isso que é importante.

A Santa Casa é neste momento o elo de ligação com o Banco Solidário porque eu não sou trabalhadora da Santa Casa, sou membro da Mesa. Há uma trabalhadora responsável que é a Dr.ª Matilde, quando me quiserem contactar eu estou no Ninho de Empresas e eu mandá-la-ei para a Dr.ª Matilde ou ele enviará para mim. Isto é o que se passa com o Banco Solidário, não há esquemas nenhuns, está a evoluir, o banco solidário tem um ano, não é nada que possa argumentar, quando as pessoas quiserem ser prestáveis têm sempre ocasião de o fazer.

Presidente da Assembleia Municipal:

Da Mesa do Executivo há alguma questão que queiram acrescentar Sr. Presidente?

Presidente da Câmara Municipal:

Eu não quero acrescentar nada Sr. Presidente da Assembleia mas quero esclarecer duas ou três questões que foram aqui levantadas, senão ficava mal comigo próprio. Espero é que depois da explicação não haja outro período depois da ordem do dia para se voltarem a pronunciar algumas pessoas porque algumas só têm criatividade depois das explicações.

Eu queria começar por uma questão simples, sem politiquices e sem aproveitamentos, que é a questão posta pelo Deputado Miguel Ângelo e pela Deputada Fernanda do CDS/PP.

Se estivesse aqui o Primeiro-ministro no meu lugar e acompanhem as últimas evoluções dos últimos dias e o Governo do Partido Socialista no meu lugar, diriam assim ao Deputado Miguel Ângelo: tem que se retratar porque senão está a pôr em causa o interesse do Concelho e o interesse geral da população do Concelho.

Tal a maneira de apresentar aqui, que eu diria que ainda seria pior do que a da Dr.ª Manuela Ferreira Leite na Conferência Luso Francesa há pouco tempo atrás. Esta era para ter humor, embora vocês não se tivessem rido, pouca gente vê televisão nos últimos dias...

Vamos à questão definitiva deixando a questão da politiquice, que de facto o interesse público com uma intervenção destas podia ficar em causa se eu tivesse a mesma compreensão da democracia que tem o Primeiro-Ministro deste País, mas não tenho.

Questão pontual: o que aconteceu no Auditório, nos jornais, isto é, sem saberem pelos jornais e pela comunicação social ou pela Marina Mota.

A Marina Mota tem uma empresa que no início do ano fez uma consulta à Direcção Geral de Espectáculos a dizer quais as salas deste País onde poderia fazer eventos dela pagos com receita própria de bilheteira para ela e depois negociar com os respectivos Municípios.

Essa resposta dada pela Direcção Geral de Espectáculos foi: tem Mirandela e mais o resto dos sítos onde ela terá actividades pelo País para aqueles espectáculos específicos. Nessa sequência, e aqui não houve nenhuma contratualização com a Câmara de Mirandela, era a empresa que queria fazer o espectáculo em Mirandela, com receita de bilheteira própria para a empresa, com isso beneficiava a cidade dum espectáculo, se a Câmara entrava ou não entrava nesta situação.

Foi contactada a vereação da cultura neste caso para saber que dia, data, local, hora e isso tudo.

A Direcção da Cultura disse-lhe: - a Sr.ª tem a certeza que pode fazer este espectáculo em Mirandela? Nós temos alguns problemas no Auditório? - A Direcção de Espectáculos é que me deu as salas de espectáculos.

Quando, entretanto, foi tirar a licença foi-lhe dito que licença do IGAC para esse tipo de espectáculos com bilheteira própria não havia e que não satisfazia as condições o Auditório de Mirandela.

Tudo que ela diga sobre isso para ser indemnizada ou não de despesas que eventualmente tenha feito ou não na promoção do seu espectáculo a nível nacional, problema dela.

Segundo ponto: que a Câmara de Mirandela neste momento não tem licença do IGAC para esse tipo de espectáculos, principalmente os que cobram bilheteira directa, não tem, porquê, já vos vou explicar porquê, porque é que chegou aqui.

Em 28 de Março houve uma vistoria a este Auditório. O Relatório da Vistoria aponta seis casos em que este Auditório tinha que ter intervenção:

- 1- Inexistência da compartimentação entre as várias áreas do recinto de acordo com o previsto no Regulamento das Condições Técnicas;
- 2- Reforço da iluminação em caso de emergência no interior da sala e área do foyer, de forma a garantir adequada evacuação do público.
- 3- O recinto ter os assentos numerados com a respectiva identificação.
- 4- Ter duas saídas afastadas quanto possível das entradas.
- 5- Sinalização dos meios de combate a incêndios.
- 6- Sinalética indicativa da saída.

Foram estas, numa inspecção ordinária em 28 de Março de 2008, que esse Instituto juntamente com a Câmara e com a Inspecção encontrou neste Auditório, como falhas.

Nessa sequência a Câmara de Mirandela pede e diz: já que estas deficiências não põem em causa a segurança do edifício, nem a segurança das pessoas, pedimos que enquanto não fizermos as obras se prorrogue esta licença por mais um ano.

Vejam lá que consideraram isto pondo tanto em causa a segurança, que deram prorrogação até 30 de Dezembro de 2009, para continuar com a licença do IGAC.

Porque é que depois de 2009 até hoje não há licença do IGAC? Porque nós não pedimos a renovação para 2010 para este tipo de espectáculos, porque temos conforme já explicou o Professor Dinis de começar em obras este ano com os dois projectos apresentados aos dois programas comunitários, sobre obras neste Auditório e que não são só este tipo de obras que aqui estão na inspecção que custam os dois milhões.

Já que tínhamos que fazer obras neste Auditório, porque não fazer a tal fossa para a orquestra que não temos, que é obrigatória para espectáculos de determinada dimensão, porque não fazer obras num palco que comportasse espectáculos de alta dimensão que só pode ter Bragança e Vila Real e outro tipo de situações que são necessárias neste Auditório, com pintura das paredes, reforço do som e de outro tipo de iluminação, etc., etc.

Isto custa dois milhões de Euros. Tivemos dois programas comunitários que o financiaram. Financiaram-no estão lá aprovados. Se em 2010 íamos começar as obras, não íamos pedir este tipo de licença específica para espectáculos pagos com bilheteira própria que tem que ter autorização do IGAC.

Esta é a questão que é preciso assumir e eu assumo por completo.

A Câmara sabia, tem a prorrogação da licença até Dezembro de 2009, não tem em 2010 porque tem um plano de obras para este Auditório que ainda há-de começar durante o ano de 2010 e para isso não tinha necessidade de voltar a pedir essa licença sem fazer estas obras.

Esta é a realidade daquilo que aconteceu. O que dizem os jornais e cada um interpreta como quiser, assumo cada um aquilo que quiser, a realidade é esta, isto para responder às duas questões.

Foi mal tratado na opinião pública e nos jornais, foi. Ficou mal este retrato. Foi. Agora também não me admira que uma pessoa que gastou algumas dezenas de milhares de euros no País inteiro a fazer publicidade do seu espectáculo e depois quando pediu a licença não a ter, ela devia ter a precaução necessária para saber se podia programar o espectáculo tendo a licença ou não e não a Câmara a dizer-lhe que a devia ter ou não quando ela contactou a Câmara, porque nós já fizemos espectáculos doutra natureza que foram feitos e podem ser feitos desde que não tenham bilheteira a cobrar directamente pela empresa que está a organizar, porque nem sequer temos bilheteira adaptada a esse tipo de situações da cobrança de receitas directas.

A questão colocada pelo Eng.º Baltazar, dizer-lhe que ao contrário do que está a imaginar, nós já fizemos é um grande esforço. Nós gastámos, a Terra Quente, dez milhões de Euros a pôr banda larga na cidade e no concelho de Mirandela, Vila Flor, Macedo de Cavaleiros, Carrazeda, mas deixe-me dizer mais do que os outros que ainda não a têm. E essa banda larga começou em Março de 2008 e acabou em Dezembro de 2009, de montar a banda larga.

Sem banda larga não pode haver rede de fibra óptica necessária para essa situação.

Se nós tínhamos investido dez milhões de Euros para estruturalmente modificar todo o concelho e não só a Zona Industrial, mas também a Zona Industrial que fica com acesso a essa banda larga, é evidente que agora temos que ter um concurso de concepção e de utilização dessa banda larga através duma empresa que faça os conteúdos.

E nós não queremos entregar só à PT. Nós queremos é que várias empresas façam ou concorram a esse tipo de situação. Está atrasado, os empresários já queriam há mais tempo, têm toda a razão, agora que estão feitos os pressupostos onde se gastaram dez milhões de euros para que todos em Mirandela possam ter acesso à velocidade máxima, porque esta banda larga tem a velocidade máxima que pode existir em termos segundo dizem os técnicos especialistas nesta matéria, é dessa situação que nós estamos à espera.

Foi feito já o concurso, estão a responder as entidades, não sei se sabem também que a DST? Ganhou a parte que o Governo lançou para o resto dos concelhos que não estavam com banda larga e já não temos só a PT como operadora, temos a PT, temos a DST, temos outras operadoras que vão concorrer entre elas, aquela que oferecer melhores condições à Associação de Municípios para a exploração desta rede, será essa que terá essa exploração. Demora algum tempo mas teve que se seguir todo este percurso para que pudéssemos ter esta infraestrutura.

Em relação ao Fernando Pilão, quanto à estrada dos Avidagos, não sei se conhece o prazo da obra. É que se conhecesse o prazo da obra, que foi contratualizada, veio nas Actas das Câmara, está adiantada, não está atrasada.

O prazo da obra são 26 meses, eles vão acabá-la até final de 2010, veja quanto estão adiantados.

Outra questão diferente é nós querermos que a obra tivesse 26 meses e só fosse feita em 12. Eu isso concordo. O empreiteiro está no direito dele, a obra tem 26 meses de prazo de execução e foi com esse prazo, entre 24 e 26 meses que ela foi adjudicada. Dir-me-ão, mal, porque devia ser mais rápido porque já era precisa 2 anos antes, é verdade, só está nesta altura e ele está a cumprir o prazo e ninguém lhe pode fazer rigorosamente nada.

Sobre o prédio junto à Cocheira, é assim. Nós temo-nos substituído a muitos particulares em casas que estão mal ou a cair ou em terrenos que estão abandonados mas não nos podemos substituir a todos nem temos dinheiro para isso, nem temos forma para isso. Estamos agora a substituir-nos a um munícipe que é o Dr. Damasceno Campos na casa que tem ali porque estamos todos com o credo na boca que aquilo caía e andamos a fazer ali uma vigilância com notificações. Tivemos que tomar posse administrativa porque ninguém executa nada das notificações que lhe são feitas.

Esse local que falou tem uma licença de construção que já caducou, o alvará já caducou, já foram anos e anos nisto, está ali abandonado, não anda. Nós daqui a pouco se calhar vamos fazer outra posse administrativa, tomarmos conta daquilo, a Câmara gastar o dinheiro e depois dá-o aos particulares que pagam quando quiserem ou quando entenderem, nem sempre temos recursos financeiros para essa situação.

Quanto aos casos e aos exemplos que deu do comércio de grande superfície que falou do Four You, penso que é a essa que se refere, onde falou a Associação Comercial, a Câmara só tem uma exigência em relação a esses estabelecimentos comerciais quando estão licenciados para comércio, é o horário. A Câmara não pode intervir rigorosamente em mais nada, só pode intervir no cumprimento ou não do horário. E o que a Câmara notificou essa superfície – média ou pequena – foi que não tinha horário de funcionamento e se não tinha horário de funcionamento não podia ser licenciada, porque o licenciamento para comércio já estava dado àquele espaço que estava ali. Comunicou à ASAE, como também todos sabem quem faz a inspeção hoje destas situações não é a Câmara é a ASAE, por isso é que eles pediram à ASAE que fiscalizasse os respectivos horários dos estabelecimentos comerciais.

Quanto ao resto, da política da Associação Comercial ou dos comerciantes de Mirandela em relação às superfícies dos chineses, dos americanos, dos suíços ou dos irlandeses, é uma política que é deles, é decidida na Assembleia de Sócios de associados da Associação, eles levá-la-ão à frente como entenderem, as entidades oficiais têm é que cumprir aquilo que lhe está estabelecido.

E o que lhe está estabelecido e todos temos que dizer e temos que compreender a preocupação deles é que já estão vendidos mais dois espaços em Mirandela, a antiga moagem e outro espaço ao lado também para exemplos e construção de armazéns desta natureza e as pessoas começam-se a interrogar se aqui devido à situação geográfica não se pode tornar um pólo deste tipo de negócios e com isso destruir o resto do comércio existente. Eu acho que as pessoas têm todo o direito de se interrogarem sobre estas matérias, cumprindo a Lei, é evidente e deixando o mercado competitivo em termos gerais ser feito.

Isto é uma situação perfeitamente normal, a Associação pode decidir, nós só temos é que exigir o horário e o cumprimento desse horário. A Associação só pediu à Câmara um horário determinado de xis a xis horas durante os dias da semana, não pediu rigorosamente mais nada, nessa matéria.

Penso Sr. Presidente que são essas as questões.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, queria só voltar à questão da banda larga. A Associação de Municípios tem a ver com o uso para os Municípios não tem a ver e não está seguro ainda nesta altura de que possa vir a ser alargado ao tráfego normal e privado.

Daquilo que eu lhe falava erra tão-somente de lobby junto da PT para que a PT levasse a sua fibra óptica como estava pensado, à zona industrial.

Por este andar da carruagem, olhe, daqui a 3, 4, 5 anos, estamos aqui com a mesma questão, informe-se melhor.

Presidente da Câmara Municipal:

Eu peço ao Eng.º Baltazar e peço a esta Assembleia que o Eng.º Miranda Director da Associação de Municípios envie a todos os membros desta Assembleia a deliberação da Associação de Municípios sobre o projecto de estudo da banda larga em relação às entidades privadas e à Zona Industrial específica de Mirandela e, portanto, eu vou-lhe pedir que envie a todos os membros para que o Sr. Eng.º Baltazar possa corrigir ou não aquilo que afirmou aqui hoje.

Em relação ao que ele diz, é verdade que nós podíamos fazer um contrato com a PT rapidamente para lá chegar, achamos que para o negócio que criámos investindo 8 milhões de Euros, temos que esperar por este tipo de concertação. São opiniões completamente diferentes mas que eu respeito e para quem precisa rapidamente tem que se ter uma noção diferente da questão estratégica e global.

Eu esqueci-me de dizer ao Dr. Pilão e também ao Miguel Ângelo que falou disso, aproveito para dizer que não discutem a questão da programação “pimba”. É verdade que podem discutir alguma coisa, mas aos dois principalmente, raramente os vi aqui nos concertos da Esproarte, que penso que poderiam satisfazer algumas das vossas pretensões culturais.

Presidente da Assembleia Municipal:

Solicito aos Srs. Membros da Assembleia que tenham em consideração o espírito que o Regimento prevê para este ponto.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Agradeço essa flexibilidade que o Regimento tem dado para estas intervenções até porque há assuntos que surgem da dinâmica do debate e é só uma chamada de atenção relativamente a este tópico da banda larga que também já foi trazido aqui a esta Assembleia no mandato anterior e eu gostaria que ficasse assegurada a qualidade da banda larga à Zona Industrial porque isso potencia as actividades empresariais aí sedeadas, mas é preciso também

assegurar nesse investimento, daí que é bem vindo o tal documento estratégico de trabalho que o Dr. Miranda poderá providenciar a esta casa, é fundamental que fique assegurado também a utilidade pública dessa banda larga.

Eu agora vou invocar aqui um exemplo que muito possivelmente até vai satisfazer os membros da bancada do PSD, eu tive oportunidade na Madeira, praticamente qualquer jardim público tem banda larga aberta e as pessoas preenchem esses espaços, espaços que muitas das vezes, zonas históricas que estão vazias, um mal crónico das nossas cidades, porque há especulação imobiliária de comprar aí os prédios todos e a gente sabe que acaba por não ficar lá gente a viver e esses espaços ficam espaços fantasmas no meio da cidade e que podem ser agora ocupados novamente com muitos jovens que se dirigem com os seus laptops, com os seus telemóveis de última geração e que usufrui em desse bem público que é a Internet, que aliás eu recomendo à actividade turística desta região, adoptarem por sistema, oferecerem esses serviços grátis nos hotéis, nos agro-turismos, etc., porque as pessoas quando vão descansar ao fim de semana querem ficar em comunicação e muitas das vezes deparam-se com esses problemas de inexistência de Internet, ou existindo, pagando a preços absurdos.

Portanto, neste grande projecto em que há uma grande fatia de investimento público, é preciso assegurar também a utilidade e utilização também por parte das instituições públicas.

É preciso ter atenção que isto abre uma série de potencialidades em termos de organização de base de dados, etc., que não seria possível doutra maneira com sistemas de comunicação mais lentos e é preciso pensar isso tudo.

Esta Assembleia terá toda a vantagem de receber o dito documento estratégico para apreciação, para que possamos estar mais inteirados de qual é essa planificação.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Apenas para um pequeno esclarecimento relativamente a esta questão do espectáculo das Produções Marina Mota, não já em relação à questão em si, mas a algumas questões que foram aqui levantadas.

Em primeiro lugar, que fique claro que eu não acho que a minha presença neste Auditório num qualquer espectáculo qualifica esse espectáculo, ou seja, o facto de haver aqui espectáculos em que eu possa não participar, não retiram qualquer qualidade a esse espectáculo.

Portanto, Sr. Presidente de Câmara o facto de eu eventualmente não ter estado presente em alguns espectáculos da Esproarte, porque estive em muitos, não tira qualidade a esses espectáculos.

Sr. Presidente, com certeza reconhecer-me-á o facto de no meu percurso em Mirandela ter batido por Mirandela, ter lutado por Mirandela, ter trazido eventos para Mirandela, ter procurado dar o melhor por Mirandela, sem receber nada em troca.

Portanto, essa questão de me atribuir a mim essa qualificação é excessiva e eu não a posso aceitar.

Assim: eu gostava de saber qual é a programação que está prevista pela Direcção da Cultura por este Executivo para este Auditório ao longo deste mandato, ao longo deste ano. Gostava de saber qual é, porque se não existe então ela é errática, é ocasional.

Eu não disse que ela era de má qualidade. Eu disse é que eu gostava de discutir essa qualidade, mas não foi essa a questão essencial que eu levantei, nem sequer me referi ao espectáculo como espectáculo pimba.

Por isso Sr. Presidente, agradeço que tenha confirmado tudo aquilo que eu disse, ou seja, a Câmara sabia que não tinha alvará, sabia que não tinha pedido esse alvará e aceitou perante as Produções Marina Mota que eles viessem cá fazer o espectáculo.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ficamos todos esclarecidos disso e o Sr. Presidente da Câmara também ficará. Julgo que terminámos este ponto, não há mais nenhuma inscrição, temos que votar o voto apresentado pelo Deputado José Almeida e perguntar se existe algum Município que queira intervir.

Então vamos votar o voto que já foi lido pelo Deputado José Almeida no início desta sessão.

Quem é que vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

PONTO 6 – PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO

Presidente da Assembleia Municipal:

Algum Município está presente e pretende usar da palavra neste 2.º período aberto ao público? Não vejo ninguém. Então nessa circunstância damos por terminada a nossa sessão.

Um bom fim-de-semana para todos.

Nos termos do número 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes pelo que foi deliberado aprovar a mesma, sem prejuízo de eventuais correcções ou rectificações a efectuar no texto definitivo.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezanove horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos da Lei.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

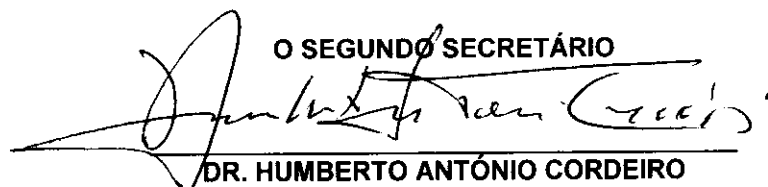

DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Faltou justificadamente

DR. RUI FERNANDO MOREIRA MAGALHÃES

O SEGUNDO SECRETÁRIO


DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO